

Tiago Fernandes, coord.

José Santana-Pereira

João Cancela

Edalina Rodrigues Sanches

Neste livro são estudadas quatro dimensões da cultura política: a confiança nas instituições políticas nacionais, como o parlamento, o governo, ou os partidos políticos; a satisfação com a democracia e o interesse pela política; a confiança nos *media*; e a confiança e satisfação com a União Europeia. O seu contributo principal é mostrar como a cultura política tem causas políticas. Em primeiro lugar, está ligada à incapacidade dos governos

democráticos e da União Europeia em gerarem emprego e segurança económica ao cidadão comum. Em segundo lugar, a confiança nas instituições tende a ser maior com governos unificados, baixa corrupção e partidos fortes e aberto à sociedade civil. Finalmente, a confiança na União Europeia aumenta quando há instituições que permitem um debate alargado sobre políticas públicas e elevada soberania nacional.

Instituições e qualidade da democracia

Cultura política na Europa do Sul



Instituições e qualidade da democracia

Cultura política na Europa do Sul

Tiago Fernandes, coordenação

José Santana Pereira

João Cancela

Edalina Rodrigues Sanches



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Diretor de publicações: António Araújo
Diretor da colecção Estudos da Fundação: Gonçalo Saraiva Matias
Título: Instituições e qualidade da democracia: Cultura política na Europa do Sul
Coordenador: Tiago Fernandes
Autores: José Santana Pereira, João Cancela e Edalina Rodrigues Sanches
Revisão de texto: Mariana Matias
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e Tiago Fernandes
Junho de 2019

ISBN: 978-989-8943-77-4
Depósito Legal n.º 456 543/19

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotam o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

Índice

Introdução

**Instituições e Qualidade da Democracia:
Cultura Política na Europa do Sul 5**

Capítulo 1

**Confiança nas instituições políticas
nacionais: parlamento, governo, partidos
políticos, justiça e sindicatos 23**

Introdução 23

Os estudos sobre a confiança nas instituições
políticas na Europa do Sul 24

Evolução da confiança nas instituições políticas
nacionais na Europa do Sul (2000-2015) 26

Uma visão institucional da confiança 28

Confiança política e desempenho
institucional: resultados 33

Conclusão 36

Anexo 39

Capítulo 2

**Satisfação com a democracia
e interesse pela política 41**

Introdução 41

Atitudes face à democracia na Europa
do Sul: literatura e hipóteses 42

Evolução de indicadores macro 44

Determinantes macro 47

O impacto da crise na relação com a democracia 49

Conclusão 51

Capítulo 3

Confiança nos *media* 53

Introdução 53

Escolhas conceituais e metodológicas 54

A confiança nos *media* na Europa do Sul:
padrões e evolução 55

Confiança nos *media* e nas instituições
políticas na Europa do Sul 58

Fatores explicativos da confiança
nos *media* na Europa do Sul 60

Conclusão 65

Capítulo 4

Atitudes em relação à União Europeia 69

Introdução **69**

Evolução das atitudes em relação à UE

na Europa do Sul (1973-2016) **70**

Os fatores explicativos das atitudes em relação

à CEE/UE na Europa do Sul **76**

Conclusão **81**

Agradecimentos 83

Bibliografia 85

Notas 97

Introdução

Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura Política na Europa do Sul

A ideia de que a cultura política é a causa explicativa fundamental tanto das origens como da solidez dos regimes políticos é tão antiga como a própria história do pensamento político. Na *Política*, Aristóteles referia-se à importância de que se revestem os sentimentos dos cidadãos para a sobrevivência dos regimes. Mais tarde, no século XVIII, podemos encontrar também na obra de Montesquieu reflexões sobre o *espírito* das nações, bem como sobre a centralidade dos costumes e da moral e da importância da sua adequação às leis vigentes. E no século XIX Tocqueville sugeria que «os costumes de um povo» e a sua «condição moral e intelectual» eram a base dos regimes políticos (Tocqueville 1994, 106).

Não obstante a influência marcante destas raízes intelectuais, o estudo sistemático da cultura política só se encetou verdadeiramente com a disseminação de estudos de opinião realizados com base em inquéritos aplicados a amostras representativas da população (Coppedge 2012, 225). A obra *The Civic Culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba, foi determinante para o estudo da cultura política, ao ter introduzido importantes inovações conceituais e metodológicas. Almond e Verba propõem que a cultura política seja estudada a partir das atitudes que os indivíduos mantêm em relação a quatro objetos distintos: o sistema político, os seus *inputs* (pressões, reivindicações), os seus *outputs* (resultados) e o lugar do próprio indivíduo no contexto do regime político.

Relativamente a cada um destes objetos, os autores distinguem entre orientações de natureza cognitiva, afetiva e avaliativa. A partir da matriz gerada pelo cruzamento entre objetos e atitudes, os autores definem três tipos-ideais de cultura política: a paroquial, a de sujeição e a de participação. A cultura política mais condizente com um regime democrático seria a «cultura cívica», que contemplaria uma mescla de diferentes aspetos característicos de cada um dos três tipos-ideais. Em particular, a cultura política cívica não é um permanente impulso de participação política; antes pelo contrário, a participação é moderada, e até temperada com alguma passividade em relação a determinados aspetos do funcionamento do regime político (Almond e Verba 1963, 29-30).

No contexto da crescente sofisticação teórica dos estudos de cultura política, o contributo de Easton foi preponderante, na medida em que estabeleceu a distinção entre tipos de apoio aos regimes democráticos – apoio *difuso* e apoio *específico*. O apoio difuso corresponde à adesão a princípios basilares do funcionamento do regime. Já o apoio específico, esse prende-se com elementos tais como a avaliação do desempenho do sistema na prática, ou a relação mantida face às elites políticas. É o apoio difuso, sintetiza Easton, que permite que os membros de uma determinada comunidade «se oponham aos titulares de cargos públicos e ainda assim conservem o respeito pelos próprios cargos» (1975, 473).

O modo mais apropriado de proceder à operacionalização desta distinção teórica é ainda hoje objeto de aceso debate entre aqueles que examinam a cultura política. Pippa Norris (1999) propõe um quadro de análise em que diferentes objetos políticos são dispostos num eixo unidimensional. No polo correspondente ao apoio difuso encontramos o apego à comunidade política, medido por variáveis como a identificação do indivíduo com o seu próprio país e o seu interesse pelo bem-estar dos seus concidadãos. No polo oposto, o do apoio específico, situam-se as atitudes e preferências sobre atores políticos concretos. Entre ambos encontramos as orientações nutridas pelos cidadãos no que diz respeito aos princípios de funcionamento do regime, às suas normas e procedimentos, e à confiança em instituições políticas.

Autores como Torcal e Montero (2006) contestam esta abordagem unidimensional, sugerindo que as escolhas teóricas que lhe estão implícitas não fazem justiça ao alcance do contributo de Easton. De acordo com esta linha de argumentação, imputar uma única dimensão aos processos de apoio político constitui um equívoco na medida em que diferentes objetos podem ser alvo de um apoio assente em princípios gerais (difuso) ou baseado no desempenho (específico). Conferir ao conceito de apoio político a sua multidimensionalidade implica, assim, considerar que, face aos vários objetos políticos (comunidade política, princípios do regime, normas e procedimentos do regime, instituições políticas e autoridades políticas), é possível nutrir, em maior ou menor grau, um apoio de natureza específica e difusa.

Desde a década de 1970 que a literatura de Ciência Política tem diagnosticado sinais de crescente descontentamento e distância dos cidadãos perante as instituições democráticas, fenómeno que tem sido designado por «crise permanente de confiança na democracia».

Verificou-se, nas décadas finais do século XX, que vários indicadores de cultura política entraram em queda. E assiste-se, desde então, a um declínio nos níveis de confiança nas autoridades democráticas e de satisfação com a democracia, verificando-se simultaneamente uma redução na participação eleitoral, um aumento de volatilidade eleitoral, e uma quebra no enraizamento social dos partidos, assim como da confiança interpessoal e do capital social (Crozier, Huntington e Watanuki 1975; Pharr e Putnam 2000; Norris 2007; Putnam 1993; 2000).

Contudo, alguns autores têm também argumentado que este facto em si não é negativo, e que pode até ser positivo. O aumento de desconfiança seria assim resultado do aumento dos níveis de educação e informação, o que teria gerado «cidadãos críticos» (Norris 2007), mais interessados em debater política e menos deferentes face às elites. Segundo este argumento, a redução dos níveis de satisfação com o funcionamento dos regimes democráticos pode ser encarada como uma consequência decorrente de um entendimento da cidadania mais exigente e menos passivo em relação à autoridade do que aquele que prevalecia em gerações anteriores (Inglehart e Welzel 2005; Welzel e Dalton 2014).

A evolução dessa desconfiança tem também sido apresentada como resultado do sucesso da própria democracia, sobretudo desde finais dos anos 1980, perante outro tipo de regime alternativo, o autoritarismo comunista. O desaparecimento desta forma de regime a partir de 1989-90 teria levado a que a avaliação da democracia pelos cidadãos deixasse de ter um termo de comparação externa. Aqueles teriam passado, desde então, a avaliar a democracia, sobretudo a partir de critérios de desempenho interno, o que teria elevado os seus níveis de exigência. O grande apoio e confiança nas instituições da democracia estariam assim «inflacionados» durante o período da Guerra Fria (Schmitter 2016).

Finalmente, há ainda o argumento de que, apesar da desconfiança ter aumentado, o apoio à democracia como a melhor forma de regime continua alto. Esta hipótese interpretativa baseia-se na noção de que a insatisfação perante o funcionamento da democracia não implica, necessariamente, uma erosão da defesa da ideia da democracia como o melhor regime político. Estes «cidadãos críticos» manifestariam igualmente uma vincada preferência pela democracia em relação a qualquer outro regime, e, além disso, apresentariam uma menor deferência perante a autoridade (Welzel e Dalton 2014). Tal explicaria os níveis mais baixos de confiança partidária, a menor ancoragem social do voto, e a predileção por novas formas de participação política, mais contenciosas, em detrimento de outras mais tradicionais, como a pertença a partidos políticos. Influenciados pela investigação de Inglehart (1971), estes autores sustentam ainda que os valores pós-materialistas estão mais disseminados entre as novas gerações de cidadãos nas democracias consolidadas, o que conduz a uma maior predisposição para respeitar os direitos das minorias e a um questionamento mais frequente dos ditames de instituições tradicionais como, por exemplo, os partidos políticos.

Com este estudo procuramos apresentar uma visão diferente. É verdade que a crise de confiança não tem de gerar necessariamente o colapso de um regime democrático ou uma transição para o autoritarismo. Aliás, os regimes democráticos podem perdurar apesar de níveis baixos de qualidade democrática. Mas a crise da confiança é claramente um desenvolvimento negativo, no sentido em que gera simultaneamente cidadãos menos propensos a respeitar as regras informais e as normas legais da democracia (Schmitter 2016). Assim, a consolidação e qualidade democráticas podem ser erodidas pela crise da confiança.

Mais, a existência de um vasto grupo de cidadãos descrentes das instituições políticas contribui para a criação de um reservatório de apoiantes de movimentos não-democráticos ou iliberais. Como Linz e Stepan observam, a democracia torna-se «o único jogo disponível quando, mesmo perante crises políticas e económicas graves, a esmagadora maioria das pessoas acredita que qualquer mudança política tem de emergir dentro dos parâmetros das fórmulas democráticas» (1996, 5, tradução nossa). Os partidos populistas e xenófobos têm recentemente capitalizado este descontentamento, apresentando-se como defensores do povo e do cidadão comum contra as elites, e introduzindo nos seus programas as bandeiras da proteção social face ao mercado e a igualdade socioeconómica, numa postura chauvinista e antiliberal. Veja-se, por exemplo, o caso da Frente Nacional, em França, que, desde 2002, se moveu para a esquerda no eixo económico. Também o Brexit e a vitória populista de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA) capitalizaram a desconfiança política e o sentimento de afastamento em relação ao poder do cidadão comum, pondo em causa a ordem democrática nacional e liberal internacional bem como a sobrevivência da própria União Europeia (UE), pela primeira vez, desde os finais da Segunda Guerra Mundial (Fernandes e Cruz 2019).

Na verdade, foi recentemente avançada a hipótese de estar em curso um processo de desconsolidação democrática, marcado pela diminuição do apego à democracia, sobretudo, entre as gerações mais jovens de várias regiões do globo. Roberto Foa e Yascha Mounk (2016; 2017) sustentam que as transformações na cultura política poderão ser mais profundas do que afirmam autores como Pippa Norris ou Russell Dalton. Foa e Mounk revelam que, na última vaga do World Values Survey (WVS), realizada

entre 2010 e 2014, a proporção de indivíduos que apoiam os princípios de governo democrático desceu significativamente.

Além disso, os autores revelam que existe uma vincada assimetria geracional na distribuição das preferências políticas, sendo os mais jovens aqueles que menos apoiam os princípios democráticos. Estes desenvolvimentos, a par de outras evoluções no plano institucional, levam Foa e Mounk a sugerir a necessidade de introduzir no debate a possibilidade de estar atualmente em curso um processo de desconsolidação democrática nas atitudes e na cultura política. A confirmar-se, esta hipótese implicaria que a irreversibilidade da consolidação democrática estaria menos assegurada do que as teorias vigentes fariam supor (Dias 2016). E é verdade que os anos da Grande Recessão foram marcados por uma descida generalizada do apoio específico (mas não necessariamente do difuso) à democracia (Belchior 2015, 45).

Com este livro procuramos estudar quatro componentes da cultura política: a confiança nas instituições políticas nacionais, como o parlamento, o governo, os partidos políticos, a justiça e os sindicatos (capítulo 1); a satisfação com a democracia e o interesse pela política (capítulo 2); a confiança nos *media* (capítulo 3); e ainda a identificação, confiança e satisfação com a UE (capítulo 4).

O primeiro capítulo analisa a confiança nas instituições e os seus fatores explicativos. A confiança nas instituições políticas nacionais é essencial para a estabilidade e a durabilidade dos regimes democráticos. Ela é um barómetro do valor que os cidadãos atribuem ao conjunto de instituições políticas que fazem parte do ambiente político em que estão inseridos. Neste sentido, a confiança política¹ expressa os níveis de apoio popular de que um regime democrático

goza (Newton e Norris 1999, 2; Norris 1999, 37), podendo, inclusivamente, ser entendida como um indicador de «apoio específico ao regime» (Easton 1975; Norris 1999) ou, pelo contrário, de «desafeição política» (Torcal e Montero 2006). No entanto, nos últimos anos um conjunto significativo de estudos – a que faremos referência mais adiante – tem procurado identificar os fatores explicativos da confiança política (ver, por exemplo, Zmerli and Van Der Meer 2017). Como uma parte da literatura tem procurado destacar, existe uma relação entre confiança e outras atitudes políticas como a satisfação com a democracia (Inglehart 1999; Almond e Verba 1963; Warren 1999; Zmerli e Newton 2008) e a própria participação política (Kaase 1999).

Explorada no segundo capítulo deste volume, uma das preocupações centrais dos estudos comparados de cultura política – linha de investigação bastante relevante para os propósitos deste volume – diz respeito à evolução das atitudes, crenças e avaliações dos cidadãos relativamente à democracia, na sua dupla aceção de princípio de governo e de regime concreto. A título de exemplo, a hipótese de Lipset sobre as bases socioeconómicas da democracia enfatiza o facto de as reservas de legitimidade – entendida como a «capacidade de um sistema político engendrar e manter a crença de que as instituições políticas existentes são as mais apropriadas para uma determinada sociedade» (Lipset 1959, 86) – serem cruciais para a conservação dos regimes democráticos. Mas igualmente importante é a predisposição para o envolvimento dos cidadãos no processo político (Sanders e Bellucci 2012). Mesmo que adotemos uma definição restritiva de cultura política – isto é, cingindo-a às atitudes e excluindo dela os comportamentos –, o envolvimento político pode ser medido através de variáveis como, por exemplo, o grau de interesse reportado na política. A análise desta variável permite

compreender em que medida a população de um determinado país acompanha a atualidade política e é capaz de mobilizar recursos cognitivos para a formação de uma opinião sobre as matérias em debate. Importa recordar que, no quadro inicialmente proposto por Almond e Verba, a cultura cívica caracterizava-se pela existência não só de traços participativos, mas também de traços passivos.

De resto, é teoricamente possível conceber que uma parte dos cidadãos afirme concordar com os princípios de funcionamento dos regimes democráticos e até se sinta satisfeita com os resultados da democracia, mas que, por uma dada confluência de fatores, não manifeste especial interesse pela política (Klingemann 2014). Em sentido oposto, também é plausível que um indivíduo descontente com o funcionamento da democracia se envolva de forma mais ativa de modo a procurar solucionar as questões que lhe suscitam maior insatisfação. Esta diversidade de possíveis configurações das várias dimensões, bem como o seu eventual impacto na democracia, alerta para a necessidade de integrar na análise que a seguir se desenvolve não só o apoio à democracia, seja ele difuso ou específico, como também o grau de motivação da população para se envolver politicamente.

O terceiro capítulo do nosso estudo debruça-se sobre a importância da confiança (e da desconfiança) nos *media*, tema que grande parte da literatura científica sobre a problemática tende a olhar como um fator importante, exprimindo receios sobre as consequências de um ceticismo amplamente difuso. Em termos gerais, a confiança é um mecanismo de economia de recursos num mundo complexo, em que não existem fontes de informação suficientemente completas e de fácil alcance alternativas aos *media*. Ao confiarmos nos meios de comunicação social, não precisamos de nos dedicar à verificação e validação

de todas as notícias que nos chegam através dos jornais ou da televisão, o que reduz bastante o fardo associado à necessidade de nos mantermos informados, atual pilar de uma cidadania democrática bem exercida (Jones 2004; Jakob 2010; Coleman 2012).

A confiança nos *media* é também entendida como necessária para a sobrevivência dos meios de comunicação social independentes, visto que a desconfiança poderia levar, por um lado, a um menor consumo dos mesmos (criando-lhes dificuldades de natureza económica), por outro, ao apoio à forte restrição das suas atividades (criando-lhes problemas em termos de liberdade). E perder credibilidade pode significar perder audiências, influência social e legitimidade (Jakob 2010). Isto privaria ou prejudicaria fortemente o contacto dos cidadãos com aquele que Dautrich e Hartley (1999) consideram ser um ator essencial da democracia: os *media*, fornecedores de informação sobre assuntos importantes, que agem simultaneamente como vigilantes dos detentores de cargos públicos.

Mas será que a desconfiança nos *media* leva a que se deixe de consumir produtos mediáticos? Na verdade, seria mais do que expectável que as pessoas não lessem jornais ou assistissem à programação (informativa) de canais televisivos em que não confiassem. No entanto, o quadro parece ser bem mais complexo (Jones 2004; Jakob 2010). Ao tentarem perceber se essa desconfiança conduziria a menores níveis de exposição aos *media*, Tsfati e Cappella (2003) observaram que esta hipótese é confirmada no caso da exposição a meios de comunicação social *mainstream* (como os canais nacionais de televisão), mas que a magnitude do impacto do ceticismo nos hábitos de exposição é muito pequena – ou seja, até os mais céticos se expõem aos *media* em que não confiam. Num estudo posterior, os mesmos autores verificaram que a necessidade

de cognição – definida enquanto preferência por atividades cognitivas, de raciocínio, análise e discussão – era uma variável moderadora importante: para as pessoas com baixos níveis desta necessidade, a relação entre ceticismo e exposição é forte – os mais céticos expõem-se menos aos *media mainstream* –, mas esta desaparece à medida que aumentam os níveis de necessidade de cognição (Tsfati e Cappella 2005). Assim, para os indivíduos que atribuem maior importância à gratificação associada ao cumprimento do ritual de exposição à informação, os níveis de confiança não têm impacto nos hábitos de consumo dos meios de comunicação. Aliás, a inexistência de alternativas funcionais aos órgãos comunicativos dominantes poderá estar na base do seu consumo também por parte dos céticos (Tsfati e Peri 2006). Além disso, o ceticismo não está associado a uma menor frequência de utilização dos *media*, mas à expressão de preferências explícitas a favor de um determinado meio de comunicação social (Rimmer e Weaver 1987).

Note-se que o ceticismo não leva necessariamente à desinformação, mas acima de tudo à seleção de outras fontes de informação para além dos *media* tradicionais. A relação entre a confiança nos meios de comunicação e o recurso a fontes alternativas de informação (não mediáticas) é negativa (Jakob 2010). Na verdade, o ceticismo está associado a uma maior probabilidade de consumo de *media* extranacionais ou sectoriais, e não *mainstream* (*online e political talk radio*), embora não conduza ao abandono total dos *media* dominantes (Tsfati e Cappella 2003; Tsfati e Peri 2006).

Por outro lado, para que haja efeitos da exposição aos meios de comunicação social, a confiança é necessária. Note-se que a credibilidade da fonte é uma condição fundamental para a ocorrência de influência (Hovland 1954; Eagly e Chaiken 1993), o que implica, assim, que os

media só produzirão efeitos quando são vistos como confiáveis ou credíveis; caso contrário, a desconfiança irá bloquear o seu potencial de influência (Iyengar e Kinder 1987; Kinder 2003; Miller e Krosnick 2000; Tsfati 2003). Ainda, as fontes estigmatizadas são alvo de maior escrutínio e as pessoas tendem a proteger-se contra as mesmas, portanto, os seus efeitos são menos prováveis (Petty, Fleming e White 1999); e o mesmo se aplica a fontes que não inspiram confiança.

Em suma, o ceticismo em relação aos *media* não leva necessariamente a menores níveis de exposição a informação política, mas, acima de tudo, a uma postura de prevenção que torna os efeitos da exposição menos líquidos. Parafrazeando Pippa Norris (1999), um determinado grau de ceticismo poderá tornar as audiências num conjunto de cidadãos críticos e, por conseguinte, mais exigentes em relação à qualidade do serviço público prestado pelos meios de comunicação social, e também mais imunes aos seus efeitos persuasivos ou cognitivos. Este não tem de ser um cenário negativo, tendo em conta a literatura que aponta para os efeitos nefastos de uma exposição frequente e pouco filtrada aos conteúdos mediáticos. Mas também não é claramente positivo, dado que os efeitos benéficos da exposição em termos de mobilização (Newton 2006) e de informação (cf. Santana Pereira 2016b) não são despididos. Mais uma vez, e tal como Belchior (2015) argumenta em relação à confiança nas instituições políticas, é difícil estabelecer uma fronteira entre «confiar demasiado» e «desconfiar demasiado» dos meios de comunicação social.

Desde a década de 1970 que os níveis de confiança nos meios de comunicação social e nas instituições políticas (principalmente no parlamento, e menos no executivo) tendem a variar *pari passu*, e, a nível individual, a estar fortemente correlacionados (Bennett *et al.* 1999;

Jones 2004; Lee 2010). Na UE, a nível macro (taxas de confiança por país), a relação aparenta ser também positiva em 2010 (Santana Pereira 2012). Estes resultados reforçam a ideia de que há efetivamente uma dimensão da confiança política que inclui não apenas as instituições políticas, mas o processo político em geral, designadamente as instituições formais, os detentores de cargos políticos e as instituições que regulam os próprios *media* (Jones 2004).

Por último, o capítulo quarto ocupa-se das atitudes dos cidadãos em relação à Europa comunitária. Ao longo da história da integração europeia, estas atitudes foram ganhando cada vez mais relevância. Primeiro, as eleições diretas dos membros do Parlamento Europeu (PE) criaram um potencial para que os temas europeus obtivessem mais destaque na agenda pública³ e para que as atitudes dos cidadãos em relação a estes temas e ao quadro institucional europeu se tornassem mais expressivas. Em segundo lugar, têm-se realizado vários referendos, cujos desfechos levaram ao reforço ou a um travão ao projeto europeu e à participação de alguns Estados ou Estados-membros no mesmo (para pormenores sobre os referendos sobre a Europa, realizados nos países da Europa do Sul, cf. Santana Pereira e Tibúrcio 2017).

Também da maior importância são as transformações da UE a partir do Tratado de Maastricht. Desde então a UE passou a funcionar cada vez mais como fonte de políticas públicas adotadas ao nível dos países, mas sem uma legitimidade eleitoral e democrática direta. E os governos têm cada vez menos capacidade de decidir e implementar políticas públicas nacionais, incluindo a política orçamental, que é provavelmente o documento basilar da democracia parlamentar tradicional. Instituições europeias como o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE) têm, assim, uma muito menor legitimidade democrática, o que se

tornou ainda mais visível durante a recente crise financeira, com as políticas de austeridade impostas por estas instituições sobre os países da periferia do sul da Europa (Della Porta *et al.* 2016).

Mas quais são as atitudes-chave sobre a UE a serem estudadas? Pippa Norris (1999) propõe uma adaptação do quadro analítico de Easton (1965) ao estudo do apoio à UE. Considera cinco dimensões em específico: 1) sentimento de pertença à comunidade política; 2) atitudes de apoio aos princípios; 3) atitudes de apoio aos processos; 4) atitudes de apoio às instituições da UE; e, finalmente, 5) atitudes face às autoridades ou atores políticos detentores dos cargos de representação política e institucional a nível europeu. Neste livro, procuramos focar-nos nas quatro primeiras componentes do modelo analítico proposto por Norris (1999; 1999b; cf. também Belluci e Memoli 2012). Quanto às atitudes em relação aos atores políticos, estas são deixadas de fora por razões de ordem substantiva e metodológica: por um lado, os atores políticos da UE tendem a ser ainda mais invisíveis do que as instituições que gerem, sendo o cargo de presidente da CE uma notável exceção; por outro, não existem dados comparativos e longitudinais relativos às atitudes dos europeus sobre os protagonistas da Europa comunitária.

A primeira dimensão diz respeito ao sentimento de pertença e/ou identificação com uma comunidade política, que pode ser definida como uma vinculação genérica à nação (ou entidade supranacional), que vai além das instituições de governo que a regem num determinado momento, bem como a predisposição para cooperar politicamente (Norris 1999; 1999b). Este aspeto é explorado neste livro através da análise da evolução da ligação dos cidadãos à Europa. A segunda dimensão, relativa ao apoio aos princípios do regime, pode, segundo

Norris (1999), ser medida a partir da avaliação da pertença à UE como «uma coisa boa», visto que a integração é parte central dos princípios e valores predominantes da UE. Noutros estudos, contudo, este mesmo indicador foi utilizado como medida genérica de apoio à integração (Henjak, Tóka e Sanders 2012) ou ao regime (Hobolt e Vries 2016). A terceira dimensão tem em conta a avaliação do funcionamento do processo político da UE, isto é, o seu desempenho, e é detalhadamente analisada por Norris, recorrendo a dados sobre a satisfação com a maneira como a democracia funciona na UE (1999). Por fim, o apoio às instituições que compõem o regime político, pode, de acordo com a autora, ser medido a nível europeu através de indicadores de confiança em instituições-chave tais como a CE ou o PE.

Por várias razões, a Europa do Sul é uma região privilegiada para se estudar a cultura política. Portugal, Espanha, Grécia, Itália e França, apesar de muitas diferenças quanto ao nível de desenvolvimento socioeconómico, peso internacional, religião e tradição democrática, partilham um conjunto de traços singulares. Em primeiro lugar, são países onde, desde os inícios da idade moderna, se identificou uma pouca cívica cultura política. Os níveis de confiança interpessoais sempre foram baixos, apenas reservados aos membros da família mais próxima, o que Banfield definiu como «familismo amoral». Por sua vez, a desconfiança em relação aos outros em geral é a norma. Laços de solidariedade mais gerais e impessoais, essenciais à participação política democrática e às iniciativas cívicas, são difíceis de estabelecer. Pelo contrário, esta cultura política favorece laços de tipo clientelares e de patrocínio como forma de ligação privilegiada entre elites e massas, o que historicamente se traduziu em corrupção e na compra do voto (Banfield 1958).

As origens históricas deste padrão cultural estão relacionadas com o padrão de desenvolvimento político desta região. Desde os inícios da época moderna que a evolução política deste conjunto de países se caracteriza por mudanças bruscas de regime por meio da força militar e/ou da violência política, oscilando entre fases de abertura democrática instável e períodos de estabilização pela repressão e suspensão dos direitos cívicos e políticos. A fase de maior estabilização política foi apenas possível através de regimes autoritários, que duraram partes significativas dos primeiros dois terços do século XX. Nestas circunstâncias, é normal que o padrão da relação entre o cidadão, o Estado e as instituições políticas seja pautado pela desconfiança, e que mesmo após a euforia participativa das transições de regime para a democracia – após a Segunda Guerra Mundial em Itália e França, e durante os anos 1970 em Espanha, Grécia e Portugal –, se instalem o cinismo e o desencanto (Bernhard, Fernandes e Branco 2017; Tereso Magalhães 2018).

Finalmente, as balizas temporais que este livro abarca, desde finais da década de 1970 até aos dias de hoje, correspondem a uma nova era na evolução dos regimes democráticos à escala mundial, caracterizada por profundas tensões entre capitalismo e democracia. A chamada era da globalização e do neoliberalismo – baseada na desregulação dos mercados laboral e financeiro e na privatização dos serviços públicos – tem gerado extrema volatilidade económica e crises frequentes. A Europa do Sul, em boa parte periférica no sistema capitalista internacional, foi bastante afetada por estas dinâmicas. A Grande Recessão de 2007-2014 gerou uma grave crise social e política nas democracias da Europa do Sul, tendo sido interpretada por parte da UE como uma crise da dívida nos países da periferia europeia. Embora em 2007 apenas a Grécia tivesse um *deficit* excessivo face aos parâmetros

da UE (Della Porta *et al.* 2016), foram impostas a este conjunto de países condições de acesso ao crédito que passavam pela desvalorização interna, cortes no Estado-providência, e no setor público. Com o concomitante aumento das desigualdades, desemprego e pobreza, gerou-se nestes países uma crise democrática, visível no exponencial aumento do protesto dos cidadãos e do simultâneo decréscimo da confiança nas instituições, que atingiu os níveis mais baixos de sempre nesta região (Della Porta *et al.* 2016, 14-18).

Contudo, a tendência de declínio da confiança nas instituições políticas na Europa não é unívoca e, mesmo no contexto da mais recente crise económica, são importantes as diferenças observadas entre os países (Marien 2011). Se é verdade que houve quedas abruptas de confiança na Europa do Sul quando comparada com outras regiões (Torcal 2014) – tendo atingido os níveis de confiança em instituições políticas basilares como o parlamento, o governo e os partidos os valores mais baixos de sempre, entre os anos 2000-2015 (Muro e Vidal 2016, 4-5) –, existem também diferenças importantes, como este volume demonstrará. Por exemplo, o apoio difuso à democracia diminuiu de forma significativa na Grécia, por contraste com o que sucedeu em Portugal e nos restantes países.

O que pode explicar estas diferenças? Uma primeira abordagem são as teorias culturais da confiança, que sugerem que esta é gerada fora da esfera política. Assim, a confiança política é determinada pelo nível de confiança social que os indivíduos desenvolvem ao longo da vida, resultante da sua socialização e das normas e valores culturais específicos da comunidade em que estão inseridos (Mishler e Rose 2001). Almond e Verba foram os primeiros a teorizar esta relação, ao postularem que a confiança social – a confiança que as pessoas têm umas nas outras

– era uma componente importante da cultura cívica democrática. Por outras palavras, ela representava um recurso generalizado que regulava o funcionamento do sistema político democrático e sem a qual as instituições políticas teriam pouco significado (Almond e Verba 1963, 357). Robert Putnam (1993), por sua vez, argumentou que a integração dos cidadãos em redes associativas produziria formas de capital social e de confiança mútua que seriam importantes para fomentar a eficácia e a vitalidade das instituições políticas democráticas. Para estes autores, a confiança social está estreitamente interligada com a confiança nas instituições políticas e na comunidade política. Nesta perspectiva, a confiança institucional não seria mais do que uma extensão da confiança interpessoal e do capital social.

Newton e Zmerli (2011), mais recentemente, investigaram as inter-relações entre três variedades de confiança. A primeira – *confiança social particular* – estaria associada a grupos ou pessoas específicas (por exemplo, confiança na família, na vizinhança, e em pessoas conhecidas). A segunda – *confiança social generalizada* – diria respeito à crença de que a maioria das pessoas são confiáveis, independentemente de se conhecerem mutuamente ou de possuírem perfis sociais diferentes (por exemplo, confiança em pessoas conhecidas pela primeira vez e em pessoas de diferentes nacionalidades e religiões). A terceira – *confiança política* – captaria as avaliações dos indivíduos relativamente a um conjunto de instituições políticas (parlamento, governo, partidos políticos, etc.).

O primeiro conjunto de resultados evidenciou que a confiança particular social é aquela que atinge o nível mais elevado entre os cidadãos, seguida depois, e inesperadamente, da confiança nas instituições políticas. Confirmou ainda a existência de correlações positivas entre

confiança social (sobretudo a particular) e confiança nas instituições políticas (Newton e Zmerli 2011, 180-3). O segundo conjunto de resultados demonstrou que os níveis agregados de confiança interagem com os níveis individuais de confiança, e que as três formas de confiança formam um triângulo de relações de interdependência, sendo as correlações entre confiança social e confiança política as mais fortes (Newton e Zmerli 2011, 185-192).

Contudo, muitos estudos revelaram que as teorias culturais por si só são insuficientes para explicar a confiança nas instituições políticas (Zmerli e Newton 2008; Newton e Norris 1999). Assim, a segunda abordagem explicativa propõe em alternativa que a confiança política resulta essencialmente do desempenho ou da qualidade dos resultados produzidos pelas instituições políticas. Newton e Norris (1999) corroboram este argumento ao demonstrar que a avaliação do desempenho dos governos e das instituições políticas é o que melhor fundamenta o declínio dos níveis de confiança na Europa observados entre a década de 80 e de 90 do século XX. Mishler e Rose (2001) revelam, no contexto dos países da Europa pós-comunista, que as origens da confiança residem, sobretudo, em explicações institucionais: confiar ou não confiar é largamente determinado pelo desempenho político e económico dos países. Num estudo similar aplicado ao contexto de três estados bálticos – Estónia, Letónia e Lituânia – Lühiste (2006) revela que as variáveis que medem o desempenho das instituições políticas (percepções sobre economia, corrupção, evolução dos direitos cívicos) explicam melhor a confiança nas instituições políticas do que as variáveis culturais (confiança interpessoal).

Os vários estudos que seguem esta segunda abordagem, utilizam quer dados micro (avaliação da situação da economia, do desempenho do

governo, etc.) quer macro (crescimento do PIB – Produto Interno Bruto, taxa de desemprego, índice de corrupção política, tipo de instituições políticas, etc.) para testar os seus efeitos na confiança (Zmerli e Van der Meer 2017). Para além disso também são examinadas as relações micro-macro, ou seja, de que forma as avaliações dos cidadãos são mediadas por indicadores de desempenho da economia (Van der Meer 2017, 272-79). Listhaug e Wiberg (1995) verificaram que, no plano macro, o desemprego está negativamente correlacionado com a confiança no governo e no parlamento.

Sobre a confiança nos *media*, a literatura especializada tem vindo a focar-se sobretudo nas atitudes políticas das audiências enquanto fatores explicativos. A ideologia e a identificação partidárias desempenham aqui um papel importante. A confiança nos *media* parece estar correlacionada negativamente com a força da identificação partidária e/ou com a identificação com o conservadorismo político (Cook e Gronke 2001; Jones 2004; Groeling 2008). Por sua vez, Ladd (2012) verifica que há uma relação negativa entre confiança nos *media* e críticas aos mesmos por parte das elites dos partidos com que as pessoas se identificam: se os líderes do partido com que simpatizamos criticam os *media*, a probabilidade de sermos cétricos em relação a eles é maior. Outro fator atitudinal relevante é a perceção de dependência em relação aos meios de comunicação social (Jackob 2010): as pessoas que consideram depender dos *media* para se manterem informadas sobre assuntos importantes têm uma maior probabilidade de expressar confiança nos mesmos.

Um segundo conjunto de fatores da confiança nos meios de comunicação social diz respeito ao tipo de *media* a que as pessoas se expõem mais frequentemente. Neste âmbito, Jones (2004) reporta uma associação negativa entre confiança e exposição a meios alternativos,

como, por exemplo, a *talk radio* nos EUA, fortemente conservadora, ou os conteúdos políticos na internet. A evidência é menos clara no que concerne aos meios tradicionais, pois se Jones (2004) encontrou uma relação entre confiança e níveis de consumo de televisão ou de imprensa nos EUA, Jakob (2010) verificou que a exposição à televisão e à imprensa tabloide tem um impacto positivo nos níveis de confiança nos *media* reportados pelos alemães.

Alguns dos estudos que procuram analisar os fatores da crescente desconfiança nos *media* nos EUA focam-se no seu conteúdo, embora a maioria não explore de forma direta a relação entre os níveis de confiança e a frequência de exposição a enquadramentos da política como um jogo, a adoção de posturas interpretativas em vez de meramente informativas por parte dos jornalistas, ou a aparente obsessão dos meios de comunicação com escândalos políticos e detalhes das vidas privadas dos líderes políticos (Jones 2004; para uma análise sistemática desta última tendência, ver Santana Pereira 2016c).

No entanto, alguns estudos recentes deram já esse passo importante. Por exemplo, Ladd (2012) verifica que a confiança nos *media* tem uma associação negativa a uma cobertura noticiosa de estilo tabloide (isto é, com um enfoque em notícias *soft*). Santana Pereira (2012) tenta também estabelecer uma relação deste tipo. Em primeiro lugar, o autor especula sobre a relação entre confiança e boas práticas jornalísticas, observando, por exemplo, que «a Itália é um país em que a confiança nos média é muito baixa (como veremos mais adiante) e, ao mesmo tempo, caracterizado pela *The Atlantic* como um contexto em que as notícias e entrevistas falsas são bastante comuns nos jornais – mesmo nos jornais reputados de alta qualidade, como o *La Repubblica*» (p. 73; nossa tradução). Depois, ao analisar os fatores

subjacentes aos diferentes níveis de credibilidade (atribuída por especialistas) e confiança (reportada pela opinião pública) nos meios de comunicação social, verifica que, além da forte e esperada relação com a confiança nas instituições políticas em cada país, a credibilidade dos *media* (na perspetiva dos especialistas) é maior em contextos com graus mais elevados de profissionalização dos jornalistas e maior equilíbrio político nos conteúdos televisivos. Observa ainda que os meios de comunicação social são vistos como mais dignos de confiança pela opinião pública nos países em que as ameaças de natureza política à liberdade de imprensa são menores (Santana Pereira 2012).

A literatura sobre os fatores subjacentes às atitudes em relação à UE também é particularmente rica (Sanders, Magalhães e Tóka 2012; Hobolt e Vries 2016). Entre os estudos dos determinantes da identificação com a Europa enquanto comunidade política, merece destaque a análise levada a cabo por Isernia *et al.* (2012), que cobre o período temporal compreendido entre 1992 e 2007 e todos os Estados-membros em cada uma destas datas. Os autores testam explicações de natureza funcional e identitária. As primeiras baseiam-se no facto de a integração europeia ser, desde o seu início e acima de tudo, um projeto de natureza económica, e são relativas ao desempenho da economia, à interdependência entre a economia nacional e a dos outros Estados-membros, à transferência de fundos europeus para o país e à perceção de que o país beneficiou da entrada na CEE (Comunidade Económica Europeia) / UE. Por sua vez, as dimensões identitárias dizem respeito a características nacionais que podem tornar a identidade europeia menos preponderante: o tamanho do país, a satisfação com o funcionamento da democracia no país, a saliência da identidade nacional e a exposição à globalização (económica e social).

Os resultados mostram que tanto as explicações de natureza funcional como identitária são relevantes. Além disso, os autores não observam qualquer evidência de que os fatores económicos percam importância com a passagem do tempo, em benefício do poder explicativo dos fatores políticos. Por sua vez, Scheuer (1999) estabelece uma ligação entre a oscilação nas proporções dos que afirmam sentir-se europeus e os momentos-chave da construção da Europa comunitária, tais como o Ato Único Europeu, o alargamento a sul e o Tratado de Maastricht. Enquanto o primeiro teria reforçado os sentimentos de pertença, estes dois últimos momentos teriam levado à sua erosão, entre os países do Norte e de forma mais generalizada, respetivamente.

Quanto aos determinantes do apoio à integração europeia, o estudo de Henjak, Tóka e Sanders (2012) testa empiricamente três abordagens presentes na literatura sobre o tema:

- (i) a racionalidade instrumental – o apoio é maior nos contextos e por parte dos indivíduos em que a integração mais facilmente se traduz ou traduziu em benefícios líquidos do ponto de vista económico;
- (ii) mobilização cognitiva/gosto adquirido – são os indivíduos mais escolarizados e mais informados sobre política que exibem atitudes mais favoráveis, visto que tendem a ser mais cosmopolitas e, consequentemente, a desenvolver atitudes favoráveis a uma instituição supranacional como a UE;
- (iii) recurso a heurísticas – as pessoas usam a sua ideologia ou opiniões em relação à *performance* política nacional como pistas para desenvolver e exprimir uma avaliação sobre a complexa e abstrata UE.

Os resultados dos testes empíricos levados a cabo por esta equipa de investigadores mostram que as três abordagens têm poder explicativo

(sendo que, em termos de heurísticas, o padrão é de transferência e não de substituição ou compensação: a relação entre a avaliação do regime político nacional e o apoio à integração europeia é positiva). Os autores sublinham, contudo, que as principais causas do apoio à UE estão relacionadas com as condições económicas e políticas próprias de cada país. No entanto, o que significam especificamente essas condições políticas, mormente quais as suas dimensões institucionais, permanece por estudar.

Mais recentemente, Freire, Teperoglou e Moury (2014) observaram que, tanto em Portugal como na Grécia, a opinião de que a integração não é algo de bom é partilhada, acima de tudo, por pessoas que se afastam do centro ideológico (heurística), que avaliam negativamente a evolução da economia nacional (instrumental), e que se posicionam de forma crítica em relação aos acordos com a *troika*. A tese do cosmopolitismo só se verifica em Portugal, com os cidadãos com níveis mais elevados de escolaridade a expressar um maior apoio à integração.

E o que sabemos sobre os fatores que influenciam a satisfação com o funcionamento da democracia na UE? Analisando dados de 1994, Norris (1999a) observa um papel modesto de variáveis individuais como a idade, a classe social e os níveis de escolaridade, mas também de fatores sistémicos (como as atitudes expressas por líderes de opinião ou a maturidade das democracias), embora o principal preditor seja a avaliação do desempenho da UE em termos de políticas públicas. Com base também em dados de 1994, Rohrschneider (2002) verifica que quando os cidadãos sentem que os seus interesses não são representados pelas instituições europeias expressam menor satisfação com a democracia na UE, independentemente do estado da economia – um resultado particularmente forte em países com instituições sólidas. Isto

aponta para que os cidadãos valorizem também os aspetos processuais, além dos resultados alcançados pelas instituições europeias. Karp, Banducci e Bowler (2003) observaram que, em 1999, a insatisfação com a maneira como a democracia funcionava na UE era, sobretudo, resultado da desconfiança em relação às instituições europeias, por um lado, e da noção de que o PE era uma instituição fraca no quadro da UE, por outro. Ainda assim, esta última asserção é especialmente válida relativamente aos cidadãos com elevados níveis de conhecimento sobre a UE.

Esta tensão entre explicações de natureza procedimental e de desempenho é abordada por Hobolt (2012), que testa ambas enquanto fator explicativo das variações no grau de satisfação com o modo como a democracia funciona na UE nos seus 27 Estados-membros em 2009, bem como por Bellucci e Memoli (2012), num estudo comparativo dos fatores explicativos da satisfação com a democracia a nível nacional e europeu em dois grupos de países: os nove Estados-membros mais antigos no período 1999-2006 e os 27 Estados membros em 2004-2006.

Hobolt (2012) conclui que ambas são importantes, embora as variáveis de natureza procedimental (em que inclui a confiança no PE) sejam mais relevantes para explicar as atitudes dos cidadãos com elevados níveis de conhecimento sobre a UE. Bellucci e Memoli (2012) verificam também, nos dois grupos de países, a importância da confiança nas instituições europeias e observam uma relação inversa entre um indicador de qualidade da governação a nível nacional e a satisfação com o funcionamento da democracia na UE. Há uma relação positiva entre a avaliação do funcionamento da democracia a nível nacional e europeu, o que significa que a satisfação com o funcionamento da democracia na UE não encaixa numa lógica de compensação ou diferenciação.

Em Portugal, esta dimensão atitudinal era, em 2012, explicada essencialmente por fatores associados ao contexto nacional, em termos de desempenho económico e governativo, mas também pelas atitudes em relação ao programa de resgate; também as heurísticas do posicionamento ideológico e valorativo bem como os níveis de educação foram fatores importantes (Freire, Teperoglou e Moury 2014). E Roth (2009) documenta que nos primeiros anos da crise das dívidas soberanas a confiança no PE e na CE recomeçou a decrescer após um período de moderada recuperação.

O modo como se olha para as instituições políticas nacionais também importa: Muñoz, Torcal e Bonet (2011) demonstram que a confiança no PE está associada à mesma atitude relativa às instituições nacionais, mas que a direção da associação depende do nível de análise. No plano individual, os autores verificam que as pessoas que confiam mais no parlamento nacional tendem também a confiar mais no europeu; no quadro macro, os países em que se encontram amplos níveis de confiança nos parlamentos nacionais são aqueles em que a confiança no PE é mais baixa, e vice-versa. Os contextos em que a *performance* institucional é superior são também aqueles em que a confiança na câmara legislativa europeia é mais baixa. Torcal, Muñoz e Bonet (2012) sublinham igualmente o papel de fatores de natureza afetiva e instrumental, mas reportam que os primeiros perderam poder explicativo entre 1994 e 2006, enquanto as explicações instrumentais, associadas aos benefícios da pertença à UE, se tornaram mais importantes, devido à politização das temáticas europeias nalguns Estados-membros e ao reforçar da integração, nomeadamente através da implementação da moeda única.

Em suma, os estudos sobre os fatores subjacentes às atitudes em relação à UE têm, acima de tudo, mostrado que os cidadãos utilizam

a heurística nacional (por exemplo, a avaliação do desempenho do sistema político nacional e confiança nas instituições políticas que o compõem), bem como informação de tipo funcional e instrumental (por exemplo, a avaliação dos benefícios da integração, particularmente em termos económicos), quando avaliam a sua relação com a UE (Hobolt e Vries 2016). Em certos casos, fatores de natureza procedimental, associados ao modo como se perspetivam as instituições europeias, e fatores identitários, relacionados com a exposição à globalização, foram igualmente considerados relevantes.

Apesar dos importantes avanços relativamente à compreensão dos diferentes objetos/tipos de confiança, verifica-se uma escassez de estudos que considerem fatores mais objetivos de desempenho das instituições políticas. Por outras palavras, tendem a prevalecer as percepções dos indivíduos sobre o desempenho institucional. A bibliografia tem-se restringido, sobretudo, a analisar os padrões de confiança a partir de percepções sobre as instituições e de outras dimensões da cultura política (por exemplo, o posicionamento esquerda-direita, valores coletivos como a tolerância e a confiança interpessoal, identificação partidária, e participação política), gerando por vezes explicações tautológicas. Da mesma forma, as explicações baseadas apenas na evolução da conjuntura económica e das políticas sociais não são suficientes para explicar mudanças na cultura política. Por exemplo, estas só passaram a estar significativamente associadas a alterações na opinião pública sobre a UE a partir do início da Grande Recessão.

Alguns trabalhos têm, aliás, sugerido que é necessário atentar à natureza própria das instituições como explicação da cultura política. Corrupção, instituições mais participativas, políticas públicas inclusivas ou discriminatórias e robustez da sociedade civil parecem influenciar

significativamente os níveis de confiança política (Van der Meer e Zmerli 2017, 7-8). Também Listhaug e Wiberg (1995) verificaram que instabilidade governativa gera menor confiança. Mas estes argumentos ficam por testar de forma sistemática e desagregada durante períodos temporais mais longos.

Para comprovar uma teoria geral dos fatores políticos, a análise dos dados do projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem) é aqui fundamental. O projeto internacional V-Dem é um dos principais centros do renovado interesse sobre os processos de democratização (Lindberg *et al.* 2014). A novidade da abordagem V-Dem reside no facto de esta ser multidimensional e desagregada. É multidimensional, pois considera diversas conceções de democracia como válidas, duas das quais são analisadas neste livro: eleitoral/liberal e participativa. Do ponto de vista da recolha e análise de dados, o projeto V-Dem constituiu uma base de dados sobre mais de 300 indicadores institucionais e organizacionais de democracia para todos os países do mundo desde 1900, sendo as avaliações feitas por especialistas nas dimensões / países considerados no estudo. Algumas das variáveis que contemplamos neste estudo medem características dos partidos (grau de centralização do processo de escolha dos candidatos), o tipo de governo se é mais unificado ou mais dividido, a relação entre partidos e sociedade civil, a profissionalização dos *media* e a liberdade de imprensa, a natureza deliberativa das instituições responsáveis pelas políticas públicas e o índice de corrupção do executivo (Coppedge *et al.* 2016; Lindberg *et al.* 2014).

De um ponto de vista metodológico, o V-Dem apresenta um enorme avanço face aos índices sobre democracia existentes. A maioria destes índices não cobre de forma suficiente longos períodos de tempo, tendendo a focar-se, sobretudo, em dinâmicas contemporâneas,

com muito pouca informação anterior à década de 1980. Esta limitação torna difícil formular hipóteses e assunções causais sobre os regimes democráticos, já que os desafios atuais das democracias são frequentemente determinados por legados do passado. Ora para tal ser demonstrado, são necessárias séries temporais longas. Mais ainda, os índices existentes são muito pouco sensíveis a gradações entre países e ao longo do tempo. Por exemplo, em 2004 a Freedom House dava a mesma classificação na escala de «Direitos Políticos» a democracias tão diversas como a Dinamarca, Panamá, África do Sul, Uruguai e Estados Unidos da América (Coppedge *et al.* 2011, 249; Lindberg *et al.* 2014). É também comum que países que tenham eleições competitivas adquiram a mesma classificação em termos de «nível de democracia», apesar de frequentes e óbvias diferenças em muitos aspetos. Em todos os índices existentes (Freedom House, Polity) os países democráticos têm uma classificação sempre muito aproximada, o que sugere que as escalas de medição não são suficientemente finas. Neste livro pretendemos ultrapassar estas limitações, ao utilizar a muito mais vasta e completa base de dados V-Dem, o que permitirá um avanço face ao estado do conhecimento sobre o impacto das instituições na cultura política e na qualidade da democracia (Fernandes, Cancela *et al.* 2015).

O principal contributo deste livro é destacar que as causas da cultura política e da crise da confiança das democracias contemporâneas são, sobretudo, políticas. Em primeiro lugar, este volume visa mostrar como a crise da confiança em Portugal, Espanha, França, Grécia e Itália está claramente ligada à incapacidade de os governos das democracias nacionais e da UE durante os últimos 30 anos gerarem prosperidade, emprego e segurança económica ao cidadão comum. A era da globalização nesta região trouxe, assim, consequências negativas para a

relação dos cidadãos com os regimes democráticos. Aliás, os níveis de desconfiança face às instituições democráticas nacionais (governo, partidos, etc.) e à UE, tal como de insatisfação com a democracia, estão diretamente associados ao aumento do desemprego, dos níveis de pobreza e desigualdades sociais, e aos débeis níveis de desempenho e crescimento da economia. Isto apesar de um crescente – e paradoxal – interesse pela política por parte dos cidadãos. Estas tendências pioraram desde a Grande Recessão de 2007-2014, durante a qual os níveis de desconfiança nunca foram tão baixos, observando-se, pela primeira vez, uma avaliação negativa e quebra de apoio à UE em função do desempenho da economia.

No entanto, a economia não explica tudo. Os fatores institucionais são decisivos. Em primeiro lugar, a confiança nas instituições representativas nacionais (governo, parlamento, partidos, etc.) tende a ser maior em contextos de governo unificado, quando os índices de corrupção são mais baixos e o processo de escolha dos candidatos mais centralizado. Níveis elevados de corrupção destroem a confiança nas instituições. Quando os atores políticos usam os benefícios dos cargos que ocupam e o acesso aos recursos do Estado para fins privados, instala-se uma crise de confiança. Este resultado empírico reforça o argumento de que a responsabilidade da crise das democracias cabe, na maior parte dos casos, às elites políticas e não às massas. Nas palavras de Juan Linz, «democratic breakdown is a result of processes initiated by the government's incapacity to solve problems for which disloyal oppositions offer themselves a solution... A regime's unsolvable problems are often the work of its elites» (Linz 1978; veja-se também Bermeo 2003 e, mais recentemente, Fishman 2018 sobre o

papel central de uma cultura política inclusiva por parte das elites no aprofundamento da democracia).

Com frequência se apresenta a ideia de que descentralizar os processos de seleção dos candidatos é um bom mecanismo para incrementar o grau de confiança nos partidos e para nutrir as ligações entre os partidos e a sociedade. Por um lado, favorece o envolvimento dos militantes (e, no limite, dos eleitores) nas decisões dos partidos. Por outro, permite contrariar alguns dos sintomas de crise que os partidos vêm enfrentando e que são visíveis na queda do número de militantes e dos níveis de participação eleitoral, entre outros (Dalton, Wattenberg e McAllister 2000).

Mas contra as nossas expectativas, a descentralização do processo de escolha dos candidatos tem um efeito negativo no grau de confiança nas instituições representativas, nomeadamente na confiança relativa ao parlamento e ao governo. As reformas estatutárias não parecem assim gerar mais confiança. Na verdade, a satisfação democrática está não só fortemente associada à existência de partidos fortes, mas também onde estes estabelecem laços sólidos com organizações da sociedade civil. Não é tanto a participação cidadã autónoma na sociedade civil ou os partidos descentralizados e abertos que favorecem laços de confiança entre cidadãos e democracia, mas antes a capacidade de os partidos e organizações da sociedade civil estabelecerem alianças políticas, canais de comunicação e colaboração regulares. Os partidos continuam a ser decisivos não só para a mobilização do voto e no debate político, mas também como atores estruturantes fundamentais da própria vida cívica e associativa. A sociedade civil e os movimentos de cidadãos, por si só, não são substitutos dos partidos nem constituem uma forma inovadora e mais perfeita de democracia.

Não é assim de estranhar também que sejam os sindicatos, frequentemente alinhados organicamente com partidos políticos, que melhor têm resistido à erosão da confiança, continuando a ser vistos como tendência de declínio da confiança e como organizações centrais da democracia e da participação (sobre a importância de laços fortes entre partidos, sindicatos e intelectuais, veja-se Fishman 2004; Fernandes 2014; Fernandes e Branco 2017; Fishman 2017).

Também instituições mais abertas favorecem uma cultura política democrática. A existência de mecanismos deliberativos no processo de tomada de decisões políticas estimula o interesse na política, embora essa associação se verifique apenas no período da crise económica recente e esteja também relacionada com o declínio dos níveis de satisfação com a democracia, com cidadãos mais exigentes. Mas naquela que é uma dimensão central da vida das sociedades democráticas – os *media* (jornais e televisão) –, a confiança tende a ser tanto maior quanto maiores forem os níveis de liberdade de imprensa, assim como a profissionalização da atividade jornalística. Pelo contrário, quando estes declinam, aumenta, sobretudo, a confiança nos *media* não tradicionais (internet).

Finalmente, a confiança e o apoio a instituições políticas supranacionais (UE) estão positivamente relacionados com duas dimensões de nível nacional: a existência de instituições que permitam um debate alargado acerca de políticas públicas, sobretudo se o processo de decisão inclui representantes de todo o espectro político e setores relevantes da sociedade; e elevados níveis de soberania nacional no contexto do sistema internacional. Paradoxalmente, o apoio à democracia a nível supranacional é maior quanto maior for o nível de democracia a nível nacional.

O fortalecimento da democracia a nível nacional é fundamental para o sucesso da integração europeia – seja esta num modelo de maior colaboração interestadual em áreas fundamentais (como a defesa, os direitos sociais, etc.), num modelo confederal ou federal – e para a manutenção e expansão de uma ordem liberal internacional, garante da paz, segurança e prosperidade na Europa ocidental, nos últimos 70 anos. Três razões sustentam este pressuposto. Em primeiro lugar, as origens da integração europeia pós-1945 estão na rejeição dos dois modelos totalitários do século XX (fascismo e comunismo soviético) e na defesa de um modelo alternativo: a democracia baseada na concertação social e na partilha de poder e recursos entre capital e trabalho. Mas estão também na rejeição do modelo de capitalismo ultraliberal, financeiro e desregulado, que esteve na origem da Grande Depressão na década de 1930 e das suas consequências políticas (ascensão dos populismos nacionalistas, fascismos e extremismo revolucionário comunista, ou seja, a crise das democracias de entre as guerras mundiais). A democracia europeia pós-1945 pressupõe, assim, regulação política do capitalismo (regulação keynesiana, com elementos de estatismo).

Em segundo lugar, as democracias tendem a ser mais desenvolvidas economicamente e mais prósperas: a inovação é maior em democracias em virtude da liberdade de pensamento, da investigação científica e da circulação de informação; o Estado de direito e a imparcialidade da justiça estão mais garantidos nas democracias; a corrupção e o favoritismo pelos agentes públicos são mais fáceis de denunciar e combater com uma opinião pública informada, uma imprensa livre, e direitos de controlo e fiscalização dos governos pela oposição parlamentar. Democracias nacionais consolidadas e de qualidade são, por isso, condição essencial para a prosperidade económica na Europa. Neste

sentido, a desindustrialização das economias europeias e a rivalidade económica da Ásia constituem desafios sérios à centralidade económica e política da Europa.

Em terceiro lugar, a experiência das democracias federais ou confederais bem-sucedidas (EUA, Índia, Alemanha, Suíça, Holanda) mostra que a democracia interna dos Estados (partidos e sociedade civil fortes a nível federal, e um parlamento vivo com capacidade de controlo orçamental) é condição *sine qua non* para a estabilidade e sobrevivência da própria federação. As democracias federais que emergiram a partir da agregação de unidades políticas prévias, mas que aboliram a autonomia política dessas mesmas unidades (a Itália, por exemplo) caracterizaram-se, na longa duração, por elevada instabilidade política, colapso institucional, corrupção e dualismo territorial (Fernandes e Cruz 2018).

As conclusões deste livro permitem, assim, um otimismo moderado e cauteloso em relação ao futuro. O impacto negativo da globalização e das desigualdades por ela gerada pode ser mitigado pela construção, através da ação política, de reformas institucionais e organizacionais. Medidas que reduzam a corrupção; a reconstrução do velho modelo de partido de massas, coerente ideologicamente e com laços fortes com as organizações da sociedade civil; um sistema de *media* pluralista e isento; instituições abertas ao diálogo e consulta com os cidadãos no processo de políticas públicas; e soberania dos Estados são condições fundamentais para aumentar a confiança nas democracias nacionais e no próprio processo de construção europeia.

Capítulo 1

Confiança nas instituições políticas nacionais: parlamento, governo, partidos políticos, justiça e sindicatos

Introdução

A confiança nas instituições políticas é importante para a estabilidade da democracia. Quando os níveis de confiança descem abruptamente, como aconteceu recentemente em algumas democracias da Europa do Sul, significa que o elo entre os cidadãos e o sistema político enfraqueceu. A confiança política exerce ainda uma influência determinante em diversas atitudes políticas como, por exemplo, a satisfação com a democracia e a participação política (Inglehart 1999; Almond e Verba 1963; Warren 1999; Zmerli e Newton 2008; Kaase 1999). Assim, faz sentido investigar que fatores potenciam a confiança política ou, pelo contrário, a enfraquecem. As teorias culturalistas sugerem que a confiança política é uma extensão da confiança interpessoal e do capital social adquirido pelos indivíduos ao longo da vida (Mishler e Rose 2001; Putnam, Leonardi e Nonetti 1983). Pelo contrário, as teorias institucionais argumentam que as instituições políticas são as principais geradoras de confiança – os indivíduos confiam quando as instituições funcionam bem e produzem boas políticas públicas.

Este capítulo segue esta segunda linha de pesquisa e tem como objetivo fundamental analisar os determinantes da confiança nas instituições

políticas em cinco países da Europa do Sul – Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal – entre os anos 2000 e 2015. Trata-se de uma região interessante do ponto de vista comparativo: integra democracias com diferentes arranjos institucionais (Bruneau *et al.* 2001) e sistemas partidários que variam no seu grau de estabilidade (Sanchez 2017). Além disso, estes países foram afetados de forma desigual pela recente crise da Zona Euro (Magalhães 2014; Kriesi e Pappas 2015). Enquanto Grécia e Portugal experimentaram a versão mais aguda da crise e tiveram de ser resgatados pela *troika*, Espanha, Itália e França assistiram ao agravamento de vários indicadores macroeconómicos como, por exemplo, a dívida do governo e o aumento da taxa de desemprego.

Estas diferenças contextuais são importantes para a análise da confiança. Como veremos mais adiante, os níveis de confiança nas instituições políticas diminuíram consideravelmente nesta região desde o início do século XXI, mas sobretudo depois do início da crise. Neste sentido, importa questionar: em que medida o declínio de confiança se ficou a dever a fatores de ordem económica e/ou institucional? Além disso, existem diferenças substantivas no efeito destes fatores antes e depois

do início da crise? A abordagem explicativa aqui utilizada dá primazia ao desempenho institucional enquanto principal produtor de confiança política. Entendemos o desempenho institucional de duas formas complementares públicas (em linha com outros estudos, veja-se Mishler e Rose 2001; Rothstein e Stolle 2008; Kumlin e Haugsgjerd 2017). Em primeiro lugar, do ponto de vista económico, uma vez que os cidadãos são sensíveis aos resultados das políticas públicas implementadas pelos seus governantes. Em segundo lugar, em termos da qualidade das instituições, uma vez que instituições mais inclusivas, transparentes e estáveis são suscetíveis de gerar níveis mais elevados de confiança.

Com o objetivo de testar estes argumentos, começamos por apresentar e discutir uma seleção de estudos sobre confiança política na Europa do Sul. De seguida, recorreremos aos dados agregados do Eurobarómetro para retratar a confiança dos cidadãos em cinco instituições políticas nacionais: parlamento, governo, partidos políticos, justiça e sindicatos. Esses dados serão analisados comparativamente e ao longo do tempo (entre os anos 2000-2015). Continuamos com a realização de várias análises estatísticas de modo a explicar o grau de confiança nas políticas representativas (partidos políticos, parlamento e governo) com base num conjunto de variáveis económicas e institucionais. As análises permitirão verificar que variáveis têm mais peso na confiança e se o seu efeito se altera significativamente antes e depois do início da crise. Na secção final deste capítulo sintetizamos as principais conclusões e implicações deste estudo.

Os principais resultados deste estudo indicam que os fatores económicos – desemprego e taxa de risco de pobreza – são os principais geradores da crise de confiança. Entre as variáveis institucionais, os níveis de corrupção e os métodos mais inclusivos de seleção

dos candidatos também estão associados aos níveis mais baixos de confiança. Estes padrões apenas se alteram ligeiramente com o início da crise da Zona Euro.

Os estudos sobre a confiança nas instituições políticas na Europa do Sul

A tendência de declínio da confiança nas instituições políticas na Europa não é unívoca (Marien 2011), e mesmo no contexto da mais recente crise económica são importantes as diferenças observadas entre os países (Torcal 2014, 1547). Os dados da opinião pública captam quedas abruptas de confiança na Europa do Sul, quando comparada com outras geografias (Torcal 2014). Entre 2000 e 2015 os níveis de confiança em instituições políticas como o parlamento, o governo e os partidos políticos atingiram os valores mais baixos de sempre (Muro e Vidal 2016, 4-5). De resto, esta tendência de erosão da confiança parece também afetar os *media* e as instituições europeias.

Desde o início da crise da Zona Euro, a Europa do Sul tem sido um terreno fértil para avaliar as atitudes dos cidadãos relativamente às instituições políticas, seja através de estudos de caso, seja através de estudos comparativos. Teixeira e Freire (2010), por exemplo, analisaram os determinantes da confiança nos parlamentos em Portugal, Espanha e Itália, entre 2000 e 2008, com base em quatro modelos explicativos. O primeiro testa o efeito dos recursos individuais (características sociodemográficas); o segundo, dos valores e das atitudes políticas (interesse pela política, recursos cognitivos, valores pós-materialistas e exposição aos *media*); o terceiro considera os níveis de apoio específico ao regime (confiança no governo, apoio aos incumbentes, avaliação do desempenho do governo e da economia); e finalmente o quarto, a confiança social e as redes sociais

(associativismo, confiança nas instituições e confiança interpessoal). Os resultados mais significativos para os três países demonstram que quanto maior o interesse pela política, a confiança no governo e noutras instituições políticas, maior é a confiança nos parlamentos. Vale a pena ainda destacar algumas especificidades por país. Veja-se, por exemplo, que Portugal é o único em que as variáveis de avaliação de desempenho (da economia e do governo) atingem significância estatística, enquanto na Itália o posicionamento na escala esquerda-direita e os valores pós-materialistas têm mais peso. Por outro lado, a confiança social apenas tem efeito significativo no caso espanhol (Teixeira e Freire 2010, 30-32).

Torcal (2014), por sua vez, analisou os fatores explicativos da confiança nas instituições políticas em Espanha e Portugal durante o período de crise. Começou por observar que entre 2008-2012 estes dois países registaram um aumento considerável da desconfiança relativamente ao parlamento, partidos políticos e elite política, sendo o fenómeno menos visível no que concerne às instituições do sistema legal (sobretudo no caso de Portugal). A evolução heterogénea dos indicadores de confiança levou o autor a colocar em causa a natureza unidimensional da confiança, demonstrando, em primeiro lugar, a existência de leituras distintas para diferentes tipos de instituição e, em segundo, que o aumento significativo da desconfiança está particularmente associado às instituições representativas (Torcal 2014, 1550). A fim de explicar as causas deste fenómeno, o autor utilizou dados de painel e estimou modelos de regressão considerando os níveis de confiança nas seguintes instituições enquanto variáveis dependentes: partidos políticos, governos regionais (municipais em Portugal), parlamentos e sistema legal (tribunais). As principais variáveis independentes contempladas pelo autor medem avaliações instrumentais da economia

(avaliação da situação económica do país e da situação económica pessoal, presente e futura) e responsividade política³ (ou seja, em que medida as elites políticas se importam com o que os cidadãos pensam).

Um dos resultados mais reveladores é o de que a responsividade política é o mais importante e robusto preditor de confiança em todas as instituições consideradas, sugerindo, assim, que o facto de os cidadãos pensarem que as elites políticas não querem saber da sua opinião afeta negativamente e significativamente a sua confiança nas instituições (Torcal 2014, 1553). Este estudo encontra também um efeito das avaliações da economia, sobretudo das avaliações sociotrópicas, na generalidade das instituições políticas, sendo a exceção a confiança nos tribunais, que são as instituições que recolhem níveis mais elevados de confiança entre os cidadãos. A confiança social também é um preditor consistente de confiança institucional em Portugal e Espanha.

Analisando os casos de Itália, Portugal, Grécia e Espanha, Muro e Vidal (2016) observam o já supramencionado declínio da confiança nas instituições políticas. Os autores testam os efeitos de vários indicadores que medem desempenho da economia (2016, 11). Os resultados da sua investigação revelam que os níveis de dívida pública, o desemprego e as perceções de corrupção são os principais preditores da confiança política. Os efeitos da inflação, o PIB e a eficácia do governo são menos evidentes, ao contrário do coeficiente de Gini (indicador de desigualdade na distribuição dos rendimentos), que também emerge como um preditor significativo da confiança política.

Num segmento da literatura que examina as atitudes dos cidadãos relativamente à democracia, a confiança política é, muitas vezes, vista como indicador de apoio específico à democracia (Norris 1999; Teixeira,

Tsatsanis e Belchior 2014). Dompnier e Magni (2012), por exemplo, utilizaram indicadores de confiança nas instituições democráticas – nomeadamente, confiança no parlamento, na administração pública e na justiça – para medir níveis de apoio popular à democracia em França. Os autores demonstraram, entre outras coisas, que o facto de os cidadãos se identificarem politicamente com os partidos que estão no governo influencia positivamente a sua confiança nas instituições políticas, nomeadamente no parlamento (Dompnier e Magni 2012, 340).

Um estudo semelhante de Teixeira, Tsatsanis e Belchior (2014) examinou os níveis de apoio (específico e difuso) às democracias portuguesa e grega entre 2008 e 2012. O apoio específico à democracia foi medido pelo grau de confiança nas instituições políticas, enquanto o apoio difuso foi operacionalizado pelo grau de satisfação com o funcionamento da democracia, e pelo apoio ao regime democrático quando comparado com outras formas de governo. Para explicar o declínio observado nos níveis de apoio específico à democracia nos anos da crise, os autores testaram três tipos de hipóteses explicativas sobre os efeitos dos fatores sociodemográficos (sexo, idade, educação e *habitat*), atitudinais-cognitivos (valores pós-materialistas, ideologia, voto, interesse pela política e exposição aos *media*), e de desempenho (avaliação da economia e do governo, e avaliação da resposta dos partidos à crise). Os resultados deste estudo destacam, em particular, o papel das avaliações do desempenho do governo, da economia, e dos principais partidos durante a crise, enquanto principais geradores de apoio à democracia (Teixeira, Tsatsanis e Belchior 2014).

Estes estudos demonstram que a confiança está intimamente ligada à forma como os indivíduos percebem o funcionamento das instituições. Se os indicadores macroeconómicos são positivos e o sistema

político é percebido como sendo eficaz, transparente e pouco corrupto, os níveis de confiança tendem a ser mais elevados. Ainda que a crise de 2008 tenha tornado as explicações económicas mais recorrentes, também é certo que este período ficou marcado por mudanças importantes no sistema político – transformações nos padrões de formação do governo e nos partidos – que poderão ter contribuído para um decréscimo nos níveis de confiança política. Na quarta secção deste capítulo testaremos estas expectativas; mas antes disso apresentamos a evolução dos níveis de confiança na Europa do Sul, na secção que se segue.

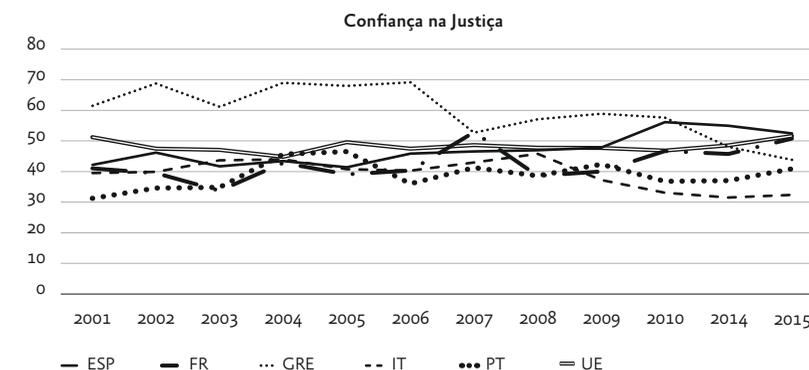
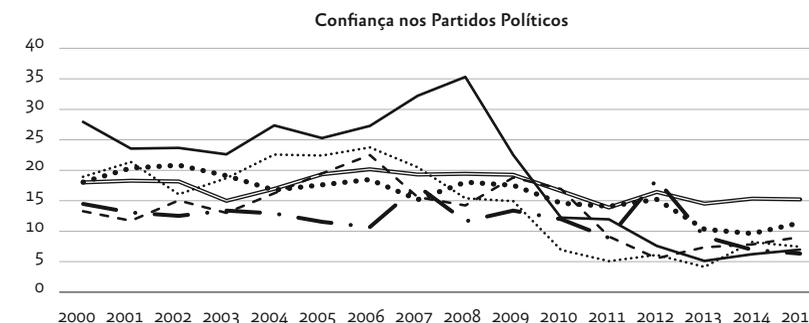
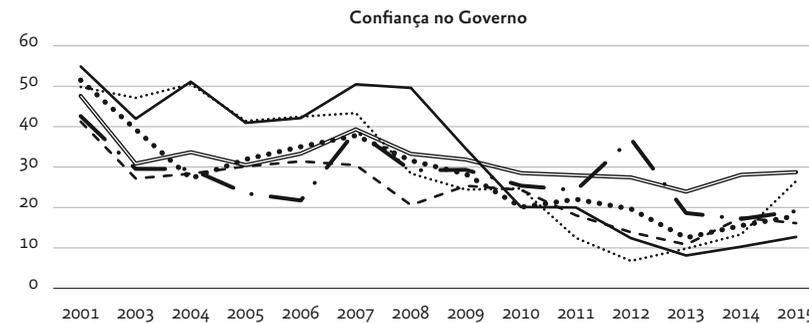
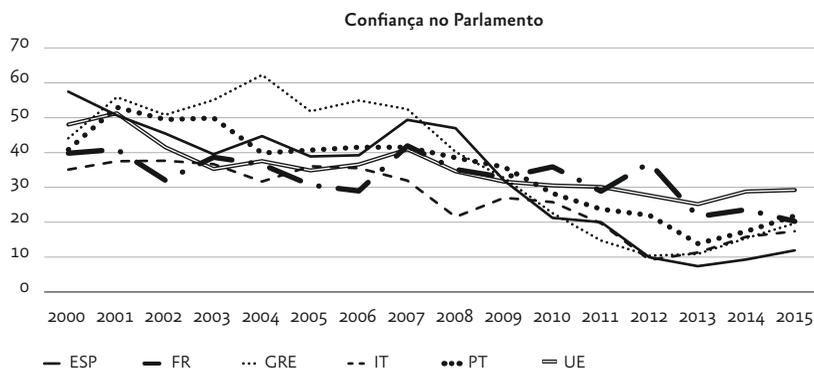
Evolução da confiança nas instituições políticas nacionais na Europa do Sul (2000-2015)

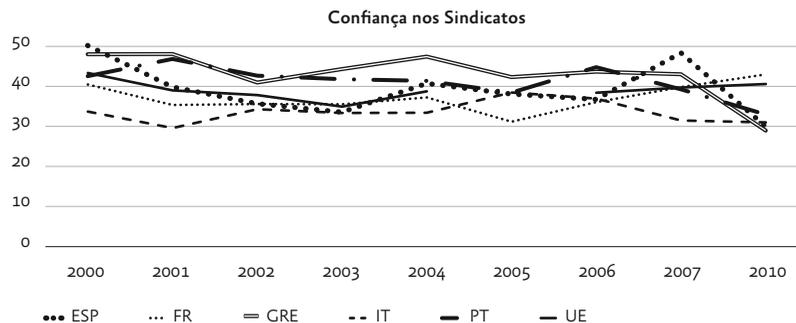
A fim de retratar os níveis de confiança em instituições políticas nos países da Europa do Sul recorreremos às séries temporais do Eurobarómetro entre 2000 e 2015. Na figura 1 apresentamos a percentagem de inquiridos que referiu confiar no parlamento, governo, partidos políticos, justiça e sindicatos. A leitura conjunta dos gráficos permite identificar quatro resultados iniciais. Em primeiro lugar, entre 2000 e 2015 a confiança depositada nas instituições políticas representativas desceu em todos os países da Europa do Sul, embora de forma irregular ao longo do tempo. A confiança no parlamento desceu de 56 % para 12 % em Espanha, de 40 % para 20 % em França, de 44 % para 20 % na Grécia, de 35 % para 17 % em Itália, e de 41 % para 29 % em Portugal. Quanto aos níveis de confiança no governo, estes também registam quebras abruptas, descendo de 55 % para 13 % em Espanha, de 43 % para 20 % em França, de 50 % para 26 % na Grécia, de 41 % para 16 % em Itália, e de 52 % para 18 % em Portugal. Seguindo uma tendência semelhante, os partidos políticos destacam-se, no entanto, por serem as instituições que recolhem menos confiança entre os

inquiridos, no período em análise. Entre 2000 e 2015 a percentagem de inquiridos que afirma confiar em partidos políticos desce de 28 % para 7 % em Espanha, de 15 % para 6 % em França, de 13 % para 9 % na Grécia, e de 18 % para 11 % em Portugal.

Em segundo lugar, os níveis de confiança na justiça e nos sindicatos parecem ter resistido melhor a esta tendência de declínio. Em termos gerais, estas instituições gozam de níveis mais elevados de confiança junto dos cidadãos. Em três países identifica-se uma evolução favorável entre 2000-2015, ainda que com algumas oscilações ao longo do tempo: em Espanha a confiança na justiça cresce de 42 % para 53 %, em França, de 41 % para 51 %, e em Portugal de 31 % para 41 %. Em sentido inverso, a confiança desce em Itália de 40 % para 31 %, e na Grécia de 62 % para 44 %. Finalmente, a confiança nos sindicatos desce de forma transversal, ainda que sem grandes flutuações ao longo do tempo, sendo a exceção a França, que aumenta de 41 % para 43 %.

Figura 1 Confiança nas instituições políticas nacionais (% que tende a confiar)





Fonte: Inquéritos do Eurobarómetro, disponíveis [online aqui](#).

Questão: «Gostaria de lhe fazer agora uma pergunta sobre a confiança que lhe inspiram certas instituições. Para cada uma delas, diga-me, por favor, se tem ou não confiança nela?»

Nota: Em cada ano existiu normalmente mais do que uma ronda do Eurobarómetro, pelo que, para facilitar a leitura dos dados, são apresentadas médias anuais.

Em terceiro lugar, há diferenças interessantes ao longo do tempo. Entre 2000 e 2006, Portugal, Espanha e Grécia registam níveis de confiança mais elevados do que França e Itália, assinalando depois quebras significativas de confiança a partir de 2008, com o início da crise da Zona Euro. Isto é mais ou menos evidente quando observamos os níveis de confiança no parlamento, no governo e nos partidos políticos. A partir de 2008, Portugal, Espanha e Grécia são as democracias mais afetadas pelo declínio da confiança, o que é particularmente visível no que toca à confiança nos partidos políticos, que são as instituições representativas a recolher menos confiança entre os cidadãos desde o início do século XXI. O facto de observarmos um declínio da confiança na maioria das instituições políticas sugere que estas estão significativamente correlacionadas, como, aliás, se confirma no quadro A.1 (ver anexo). Finalmente, os gráficos evidenciam também diferenças entre os países, com a Espanha e a Grécia a serem mais afetadas pela crise de confiança do que os restantes países aqui considerados.

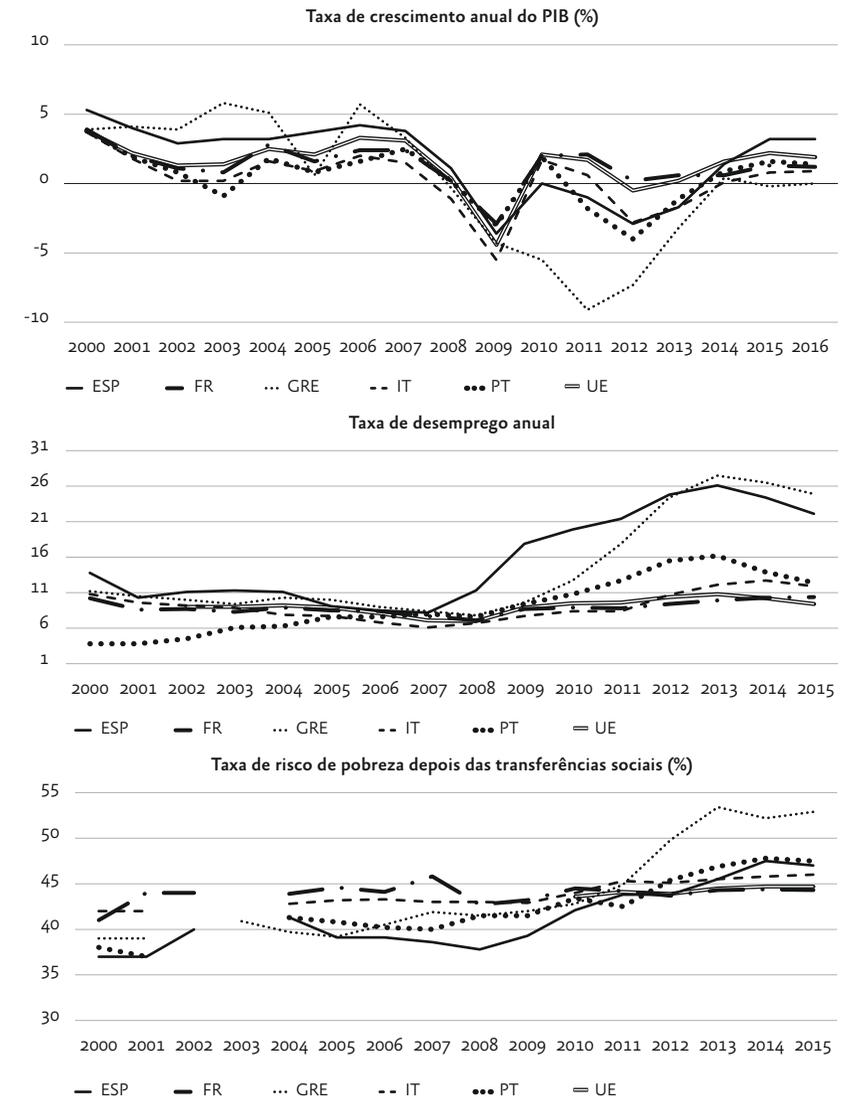
Uma visão institucional da confiança

Nesta secção recorreremos a um conjunto de variáveis económicas e político-institucionais para explicar o declínio de confiança nas instituições representativas – parlamento, governo e partidos políticos. O enfoque nestas instituições justifica-se porque foram as mais afetadas pela crise de confiança observada entre 2000 e 2015. As nossas principais explicações derivam fundamentalmente das teorias institucionais da confiança (Zmerli e Van der Meer 2017; Rothstein e Stolle 2008) e podem ser agrupadas em duas grandes hipóteses. A primeira é inferida a partir de vários estudos (por exemplo, Muro e Vidal 2016; Van der Meer 2017) que associam os resultados das políticas públicas com os níveis de confiança política, e postula que *quanto pior o desempenho da economia, mais baixos serão os níveis de confiança nas instituições políticas (H1), sendo esse efeito mais forte depois de 2008 devido à deterioração dos indicadores macroeconómicos (H1a)*. A segunda hipótese relaciona características específicas das instituições com a confiança política (veja-se Rothstein e Stolle 2008, entre outros) e testa a expectativa de que *instituições menos inclusivas, transparentes e estáveis geram níveis mais baixos de confiança política, sendo esse efeito mais forte depois de 2008 (H2a)*.

Para testar estas hipóteses recolhemos dados de diversas fontes, que posteriormente iremos utilizar numa análise de regressão para dados de painel. Antes, analisamos os padrões evolutivos das variáveis que contemplamos no nosso modelo explicativo. Na figura 2 apresentamos a taxa de crescimento anual do PIB, a taxa anual de desemprego, e a taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais, entre 2000-2015. Escolhemos estes indicadores para testar a H1, porque permitem caracterizar o desempenho global da economia,

mas também os níveis de bem-estar e de proteção social da população. Observamos, em primeiro lugar, que todos os países da Europa do Sul registaram uma desaceleração progressiva do crescimento da economia desde o início do século XXI, embora ao longo do tempo existam diferenças importantes entre os países. Em 2008, no início da crise da Zona Euro, o PIB tinha crescido pouco mais de 1 % em Espanha, 0,2 % em Portugal e em França, e tinha contraído - 0,3 % e - 1,1 % na Grécia e em Itália, respetivamente. Entre 2008-2012 Espanha, Grécia e Portugal registaram os piores desempenhos económicos observados entre 2000-2015, e só a partir de 2012 se começa a assistir a uma lenta recuperação do PIB. Em termos da taxa de desemprego, observamos, de modo conjuntural, uma evolução que segue a forma de um «U», como sucede, aliás, com o PIB. Até 2007 os níveis de desemprego descem de uma forma mais ou menos transversal (sendo a exceção Portugal) e começam a crescer novamente até, pelo menos, 2014. De todos os países da Europa do Sul, Espanha e Grécia são os que apresentam uma evolução mais negativa, com um quarto da população ativa desempregada entre 2011-2014. Em Portugal, Itália e França, os níveis de desemprego anuais também aumentam, mas nunca ultrapassam os 16 % (registados em 2013 por Portugal).

Figura 2 Indicadores de desempenho económico



Fonte: Eurostat, disponível [aqui](#).

Relativamente à taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais, a França apresenta os valores mais baixos ao longo de todo o período observado, não havendo uma deterioração deste indicador no período pós-2008. Portugal parte do patamar mais elevado em 2000 (21 %), no entanto o risco de pobreza diminui ligeiramente nos anos seguintes, ficando abaixo dos restantes países entre 2005 e 2015. A Itália mantém uma evolução sem grandes oscilações, com a taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais a rondar, em média, os 19 % entre 2000-2007, e os 19,2 % entre 2008-2015. A Espanha (desde 2012) e, principalmente, a Grécia (desde 2010) são os países onde se observa um aumento mais acelerado da taxa de risco de pobreza. Em 2015 este indicador atinge 22,1 % em Espanha, e 21,4 % na Grécia.

Consideremos agora os indicadores que iremos utilizar para testar o efeito das instituições na confiança política – a nossa expectativa é a de que instituições mais inclusivas, transparentes e estáveis gerem níveis mais elevados de confiança. Para demonstrar esta relação, selecionamos do projeto *Varieties of Democracy* um conjunto de variáveis que medem o índice de corrupção a nível do executivo⁴, o grau de centralização do processo de seleção dos candidatos dos partidos⁵ e o tipo de governo em que medida é unificado ou dividido⁶.

A escolha destes indicadores radica num conjunto de estudos que associam características das instituições e confiança. Segundo Rothstein e Stolle (2008), a confiança social, por exemplo, depende do grau de eficiência, equidade e transparência das instituições políticas, pois é com base nesta informação que os cidadãos constroem noções de segurança e de confiança. O pressuposto de que as perceções de corrupção afetam negativamente a confiança dos cidadãos nas instituições e elites políticas tem sido bastante teorizado e testado empiricamente (Rothstein

e Stolle 2008; Torcal 2014; Muro e Vidal 2016; Uslaner 2017), daí que seja importante considerar o seu efeito neste estudo. Descentralizar os processos de seleção dos candidatos é muitas vezes visto como um bom mecanismo para incrementar o grau de confiança nos partidos e para nutrir as ligações entre os partidos e a sociedade. Por um lado, favorece o envolvimento dos militantes (e, no limite, dos eleitores) nas decisões dos partidos. Por outro, permite contrariar alguns dos sintomas de crise que os partidos vêm enfrentando e que são visíveis na queda do número de militantes e dos níveis de participação eleitoral, entre outros (Dalton, Wattenberg e McAllister 2000). Assim, espera-se que descentralização e confiança estejam positivamente correlacionadas. Finalmente, governos mais divididos (em que diferentes partidos controlam o executivo e a legislatura) podem ter um efeito negativo na confiança, na medida em que acarretam um maior risco de conflito e de instabilidade política, e estudos passados demonstraram que a instabilidade política gera desconfiança (Listhaug e Wiberg 1995).

Antes de testarmos estas relações, avançamos com uma análise descritiva de cada uma destas variáveis (ver figura 3). A Grécia e a Itália apresentam os índices de corrupção mais elevados (note-se, no entanto, uma ligeira melhoria na Grécia a partir de 2011). A Espanha evolui dos mais baixos índices de corrupção na Europa do Sul, para assinalar, entre 2010 e 2014, o aumento mais significativo. França e Portugal estão numa posição intermédia, apresentando este último uma evolução positiva nos anos mais recentes.

No que diz respeito aos processos de seleção dos candidatos, estes são mais descentralizados nos partidos franceses, italianos e portugueses. Na França as principais mudanças nas leis dos partidos foram introduzidas no início dos anos 2000. O Parti Socialiste adotou medidas de

democratização da escolha do líder e dos candidatos para revitalizar as bases e mitigar as consequências dos maus resultados eleitorais obtidos durante a década de 1990 (Faucher-King e Treille 2003). No entanto, aquando das eleições presidenciais de 2002, enquanto os Les Verts realizaram as suas primeiras primárias fechadas para a escolha do candidato presidencial, os socialistas optaram por não o fazer (Luca e Venturino 2015, 132). O método foi aplicado mais tarde (em 2008) para a escolha da líder Martine Aubry. Em 2011, as primárias tinham contagiado partidos da esquerda à direita do espectro político, estando a ser utilizadas pelos verdes, Front National, Union pour un Mouvement Populaire (UMP), e pelos socialistas em diferentes atos eleitorais (Luca e Venturino 2015, 133-34; Mény 2017).

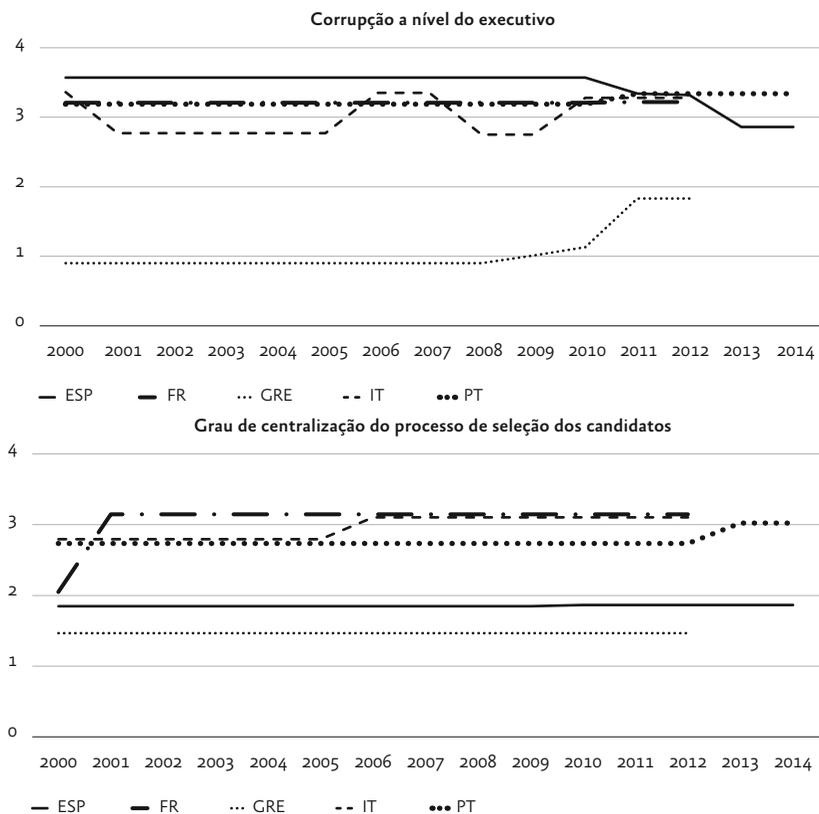
Também na Itália os partidos de esquerda foram os primeiros a introduzir o método das primárias. O Democratici di Sinistra (DS) adotou a regra de «um membro, um voto» para a escolha do líder em 2001, e em 2007 o Partito Democratico (PD) adotou as primárias como o procedimento base para a escolha de candidatos para todos os cargos públicos de representação (Luca e Venturino 2015, 131). Em 2012, além do PD, o Sinistra Ecologia Libertà (SEL) e o Movimento 5 Stelle (M5S) também escolheram os seus candidatos através deste procedimento (Luca e Venturino 2015, 132). Na segunda metade da década de 2000 as primárias tornaram-se o método padrão para a escolha dos líderes na maioria dos partidos de esquerda, quer a nível local quer nacional (ver evolução na figura 3).

Em Portugal existiram algumas reformas (antes e durante o período de crise) no sentido de potenciar o envolvimento dos militantes na escolha dos líderes e dos candidatos. Estas iniciativas foram visíveis no caso do Partido Socialista (PS), que, em 1998, adotou o sistema de primárias fechadas para a escolha do líder e em 2012 descentralizou o processo

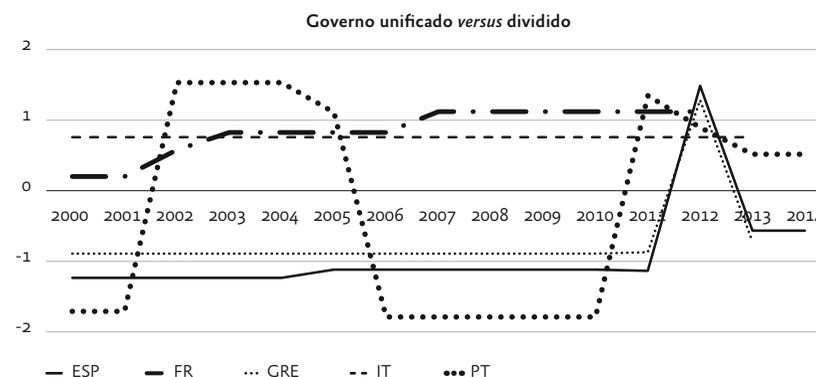
de formação das listas de candidatos à Assembleia da República (Sanchez *et al.* 2017; Sanchez e Razzuoli 2017). O Partido Social Democrata (PSD) introduziu primárias fechadas para a escolha do líder em 2015, enquanto o Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP) devolveu o poder de decisão aos delegados, após um curto interlúdio de primárias fechadas (entre 2005 e 2011)⁷.

Em Espanha, o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) tem protagonizado as principais inovações a este nível, com a introdução de eleições primárias para a escolha dos candidatos autárquicos em 1997, e para a escolha do candidato a primeiro-ministro em 1998 (Lisi 2010). Durante muito tempo a escolha do líder do partido era feita por eleição indireta através dos delegados ao congresso, no entanto mudanças introduzidas em 2012 permitiram abrir o processo de seleção a simpatizantes, sendo a opção facultativa a nível regional. Em 2014, pela primeira vez na história do PSOE, os militantes puderam eleger diretamente o secretário-geral do partido (Astudillo e Detterbeck 2018). Também o Podemos tornou o envolvimento direto de todos os membros nos processos decisórios uma das suas bandeiras. Na Grécia, as mudanças mais significativas foram protagonizadas pelo Movimento Socialista Pan-Helénico (PASOK) com a adoção de primárias abertas como método de seleção do líder do partido em 2004. Na Coligação da Esquerda Radical (SYRIZA), os estatutos prevalentes até 2012 estipulavam um método de seleção dos candidatos bastante descentralizado e inclusivo, com envolvimento das comissões distritais e possibilidade de eleições primárias a nível distrital. Porém, o estatuto aprovado em 2013 tornou o processo mais centralizado, com a criação de uma comissão eleitoral especial com poder de decisão sobre a composição final da lista de candidatos, a par das comissões distritais (Kakepaki 2018).

Figura 3 Qualidade das instituições políticas



Nota: Valores mais elevados indicam menos corrupção.



Nota: Valores negativos significam governos unificados; valores mais elevados e positivos, governos divididos. Fonte: Coppedge *et al.* (2016).

Finalmente, quando observamos a evolução das fórmulas de governo, verificamos que com a crise económica aumentou a incidência de governos divididos (em que diferentes partidos controlam o executivo e a legislatura). Em Portugal verifica-se maior incidência de governos de coligação antes e durante grande parte do período de crise (entre PSD e CDS-PP: 2002-2005; 2011-2015). Mais recentemente, em 2015, assistiu-se à formação de um governo minoritário liderado pelo PS com o apoio do Partido Comunista Português (PCP) e do Bloco de Esquerda (BE). Em Espanha durante décadas prevaleceram os governos liderados pelo PSOE (2004-2008) e, em alternativa, pelo Partido Popular (PP) (1996-2000 e 2011), ainda que contando com o apoio de partidos regionais no parlamento. Desde 2008, o apoio a estes dois partidos tem vindo a diminuir sistematicamente, ao ponto de nas eleições de 2015 terem surgido duas novas forças políticas com potencial de coligação: o Ciudadanos – Partido de la Ciudadanía (C’s) e o Podemos.

Na Grécia, a Nova Democracia (ND) esteve no poder entre 2004 e 2007, enquanto o PASOK foi o mais votado entre 1993 e 2000, e em 2008. A partir de 2012 estes dois partidos registaram uma quebra significativa nas suas votações (sobretudo o PASOK), sendo o principal beneficiado o SYRIZA. Em França e Itália, os governos de coligação são uma realidade desde a transição para a democracia. Em França, as eleições de 2007 ocorreram num quadro de sincronização de eleições presidenciais e legislativas. Nicolas Sarkozy foi eleito presidente e viu o partido que o apoiou (UMP) reunir a maioria dos votos e dos assentos parlamentares. Em 2012, os socialistas elegeram o presidente François Hollande e obtiveram a maioria parlamentar. Em Itália têm existido mudanças significativas nos padrões de interação entre os partidos. Berlusconi, líder do Popolo della Libertà (PdL), assumiu o cargo de primeiro-ministro em 2008, mas não resistiu à conjuntura de crise, acabando por se demitir em 2011, na sequência da aprovação de um pacote de medidas de austeridade pelo parlamento italiano. Entre 2011 e 2013, seguiram-se os governos tecnocratas de Mario Monti, que contaram com um amplo apoio dos partidos parlamentares. Nas eleições de 2013, os níveis de volatilidade permaneceram altos, sendo a principal novidade o surgimento do M5S, liderado pelo comediante Beppe Grillo, que conseguiu ser o segundo partido mais votado na sua estreia em eleições (Sanchez 2017, 134-37). Tendo em conta este quadro de transformações tanto a nível das variáveis económicas como das variáveis institucionais, interessa-nos testar os seus efeitos na confiança política.

Confiança política e desempenho institucional: resultados

Com o objetivo de testar as hipóteses formuladas na secção anterior, realizámos análises de regressão para dados de painel, optando por um modelo com efeitos aleatórios, dado o reduzido número de observações/séries temporais por país. Além disso, adicionámos aos modelos a satisfação com a democracia e a satisfação com a economia do país, quando comparada com a média europeia, uma vez que estas atitudes políticas podem estar correlacionadas com a confiança política. No quadro 1 começamos por apresentar um primeiro conjunto de modelos considerando todo o período de análise observado. Num segundo momento, testamos modelos adicionais com o objetivo de verificar se existem mudanças no peso explicativo das variáveis económicas e institucionais, antes e depois da crise (ver quadros 2 e 3). Os modelos apresentados no quadro 1 demonstram, de modo geral, que as variáveis de desempenho económico exercem uma influência considerável na confiança política, quando comparadas com as variáveis que medem a qualidade das instituições. As nossas expectativas relativamente à H1 são corroboradas: taxas mais baixas de desemprego e um melhor desempenho da economia (PIB) geram níveis mais elevados de confiança em todas as instituições representativas. A taxa de risco de pobreza exerce os efeitos esperados no que toca à confiança no parlamento e no governo, mas apenas atinge significância estatística no primeiro caso.

Quadro 1 Fatores explicativos da confiança nas instituições políticas representativas (modelo global)

| | Confiança no parlamento | Confiança no governo | Confiança nos partidos políticos |
|-------------------------------------------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------------------|
| Taxa do risco de pobreza depois das transferências sociais | -0.05*** (0.01) | -0.05 (0.05) | 0.01 (0.01) |
| Desemprego (% anual) | -0.08*** (0.01) | -0.09** (0.03) | -0.06*** (0.01) |
| PIB (% crescimento anual) | 0.04*** (0.01) | 0.14*** (0.04) | 0.05*** (0.01) |
| Corrupção a nível do executivo | 0.06+ (0.04) | 0.30* (0.14) | 0.23*** (0.05) |
| Grau de centralização do processo de seleção dos candidatos | -0.52*** (0.08) | -0.90** (0.29) | -0.48*** (0.10) |
| Governo unificado <i>versus</i> dividido | -0.01 (0.03) | 0.06 (0.12) | 0.01 (0.04) |
| Satisfação com a democracia | 0.00 (0.00) | -0.00 (0.00) | 0.00* (0.00) |
| Satisfação com a situação da economia do país | 0.00 (0.00) | 0.00*** (0.00) | -0.00 (0.00) |
| Constante | 6.31*** (0.35) | 6.42** (1.28) | 3.64*** (0.43) |
| Número de observações | 107 | 99 | 102 |
| Número de países | 5 | 5 | 5 |
| R ² Geral | 0.82 | 0.54 | 0.66 |

Nota: As observações são os níveis de confiança expressos em cada uma das rondas (primavera e outono) do Eurobarómetro desde 2000. Níveis de significância *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$ + $p < 0,1$.

Relativamente aos indicadores de qualidade das instituições, as nossas expectativas teóricas são parcialmente corroboradas. Por um lado, observa-se que quanto menos corruptas são as instituições, mais confiança inspiram, sendo essa relação forte em todos os modelos estimados. No entanto, contra as nossas expectativas, a descentralização do processo de escolha dos candidatos tem um efeito negativo no grau de confiança nas instituições representativas. Estes resultados

indicam um «desencontro» entre partidos e cidadãos, que não parece ser mitigado com a introdução de medidas mais inclusivas. Com efeito, vários estudos têm demonstrado que nem sempre os militantes fazem uma avaliação positiva das reformas – de maior inclusividade e de descentralização – introduzidas pelos partidos, e que nem sempre tiram partido das possibilidades de participação geradas (Sandri 2012; Sandri e Amjahad 2015; Sanches *et al.* 2017; Sanches e Razzuoli 2017). De resto, o tipo de governo não exerce um efeito significativo na confiança, enquanto a satisfação com a democracia e com a situação da economia do país apenas influencia positiva e significativamente a confiança nos partidos políticos e no governo, respetivamente.

Para verificar em que medida estes efeitos se alteraram ou se mantiveram depois de 2008, realizámos um conjunto de análises complementares, acrescentando termos de interação entre a variável «pós-2008» (0= 2000-2007; 1=2008-2015) e as variáveis económicas e institucionais presentes nos modelos. Os resultados, apresentados nos quadros 2 e 3, não apontam para diferenças muito significativas e sistemáticas no período de crise *vis-à-vis* o período anterior, o que significa que as nossas expectativas relativamente a H1a e H2a apenas se confirmam parcialmente. Começando pelos modelos apresentados no quadro 2, observámos que a taxa de risco de pobreza tem um efeito significativamente mais negativo na confiança no parlamento e nos partidos no período pós-2008 do que no período anterior. O desemprego e o PIB também apresentam efeitos semelhantes, embora apenas no modelo sobre a confiança no governo. As outras variáveis incluídas nos modelos apresentam resultados muito similares aos obtidos anteriormente.

Quadro 2 Fatores explicativos da confiança nas instituições políticas representativas (variáveis económicas no período pós- crise)

| | Confiança no parlamento | | Confiança no governo | | Confiança nos partidos políticos | |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------|----------------------|--------|----------------------------------|------|
| Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais | -0.03+ | (0.01) | 0.02 | (0.06) | 0.04* | 0.02 |
| Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais*pós-2008 | -0.06** | (0.02) | -0.06 | (0.08) | -0.05+ | 0.03 |
| Desemprego (% anual) | -0.05* | (0.02) | 0.09 | (0.08) | -0.01 | 0.03 |
| Desemprego (% anual)*pós-2008 | -0.01 | (0.02) | -0.14+ | (0.07) | -0.03 | 0.03 |
| PIB (% crescimento anual) | -0.02 | (0.03) | 0.23* | (0.10) | 0.00 | 0.03 |
| PIB (% crescimento anual)*pós-2008 | 0.04 | (0.03) | -0.23* | (0.11) | 0.03 | 0.04 |
| Corrupção a nível do executivo | 0.04 | (0.04) | 0.24+ | (0.14) | 0.21*** | 0.05 |
| Grau de centralização do processo de seleção dos candidatos | -0.42* | (0.09) | -0.19 | (0.32) | -0.38** | 0.11 |
| Governo unificado <i>versus</i> dividido | -0.03 | (0.03) | -0.01 | (0.11) | -0.01 | 0.04 |
| Satisfação com a democracia | 0.00* | (0.00) | 0.00 | (0.00) | 0.00** | 0.00 |
| Satisfação com a situação da economia do país | 0.00* | (0.00) | 0.00*** | (0.00) | 0.00 | 0.00 |
| Constante | 5.53*** | (0.50) | 1.76 | (1.87) | 2.65*** | 0.66 |
| Número de observações | 107 | | 99 | | 102 | |
| Número de países | 5 | | 5 | | 5 | |
| R ² Geral | 0.85 | | 0.61 | | 0.69 | |

Nota: As observações são os níveis de confiança expressos em cada uma das rondas (primavera e outono) do Eurobarómetro desde 2000. As variáveis dependentes foram padronizadas (log). Níveis de significância *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$ + $p < 0,1$.

Quadro 3 Fatores explicativos da confiança nas instituições políticas representativas (variáveis institucionais no período pós- crise)

| | Confiança no parlamento | | Confiança no governo | | Confiança nos partidos políticos | |
|----------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------|----------------------|--------|----------------------------------|--------|
| Taxa risco de pobreza depois das transferências sociais | -0.06*** | (0.01) | -0.04 | (0.05) | 0.00 | (0.01) |
| Desemprego (% anual) | -0.09*** | (0.01) | -0.03 | (0.04) | -0.07*** | (0.01) |
| PIB (% crescimento anual) | 0.01 | (0.01) | 0.09+ | (0.05) | 0.01 | (0.02) |
| Corrupção a nível do executivo | 0.00 | (0.04) | 0.32* | (0.16) | 0.16** | (0.05) |
| Corrupção a nível do executivo*pós-2008 | 0.29** | (0.08) | -0.26 | (0.32) | 0.34** | (0.10) |
| Grau de centralização do processo de seleção dos candidatos | -0.48*** | (0.09) | -0.63+ | (0.35) | -0.56*** | (0.12) |
| Grau de centralização do processo de seleção dos candidatos*pós-2008 | -0.20 | (0.13) | 0.22 | (0.50) | -0.05 | (0.16) |
| Governo unificado <i>versus</i> dividido | -0.01 | (0.04) | -0.02 | (0.15) | 0.00 | (0.05) |
| Governo unificado <i>versus</i> dividido*pós-2008 | -0.01 | (0.05) | 0.10 | (0.21) | 0.00 | (0.07) |
| Satisfação com a democracia | 0.00 | (0.00) | 0.00 | (0.00) | 0.00+ | (0.00) |
| Satisfação com a situação da economia do país | 0.00+ | (0.00) | 0.00*** | (0.00) | 0.00 | (0.00) |
| Constante | 6.60*** | (0.38) | 5.28*** | (1.42) | 4.37*** | (0.47) |
| Número de observações | 107 | | 99 | | 102 | |
| Número de países | 5 | | 5 | | 5 | |
| R ² Geral | 0.85 | | 0.57 | | 0.72 | |

Nota: As observações são os níveis de confiança expressos em cada uma das rondas (primavera e outono) do Eurobarómetro desde 2000. As variáveis dependentes foram padronizadas (log). Níveis de significância *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$ + $p < 0,1$.

Olhando agora para as variáveis institucionais (quadro 3), um dado interessante que ressalta é o facto de apenas a corrupção a nível do executivo atingir significância estatística no período pós-2008. A associação anteriormente identificada no quadro 1 é reforçada – quanto mais baixo o índice de corrupção, mais elevada a confiança no parlamento e nos partidos políticos. As outras variáveis institucionais não ganham maior peso explicativo no período pós-2008 *vis-à-vis* o período anterior, o que não permite confirmar H2a de forma unívoca.

Conclusão

Neste capítulo investigámos as origens da confiança política na Europa do Sul entre 2000 e 2015, procurando compreender em que medida as variações observadas ao longo do tempo se ficavam a dever à qualidade das instituições ou ao desempenho da economia.

Em primeiro lugar, notámos que os níveis de confiança nas instituições políticas desceram em todos os países da Europa do Sul desde 2000. Este declínio não foi de igual intensidade em todos os países e não incidiu de igual modo em todas as instituições. Espanha e Grécia evidenciaram as quebras mais acentuadas de confiança ao longo do tempo, enquanto França, Portugal e, em alguns casos, a Itália registaram decréscimos menos abruptos. O declínio de confiança é especialmente visível a partir de 2008, parecendo absorver alguns dos efeitos colaterais da conjuntura de crise. Olhando para os dados de forma desagregada, constatámos ainda que as instituições representativas – parlamentos, partidos políticos e governos – foram mais afetadas pela crise de confiança do que as instituições de execução – justiça e sindicatos.

Em segundo lugar, quisemos analisar em que medida estas evoluções eram determinadas pelo desempenho da economia e/ou pela qualidade das instituições políticas. As análises realizadas – exclusivamente para o conjunto de instituições representativas – revelaram resultados interessantes, que estão em linha com outros estudos. Em particular, níveis mais elevados de confiança, a nível agregado, estão correlacionados com taxas mais baixas de risco de pobreza, níveis mais baixos de desemprego e um melhor desempenho da economia. No que diz respeito às variáveis institucionais, verificámos que os índices de corrupção e o grau de descentralização dos processos de escolha dos candidatos têm efeitos significativos na confiança. Não obstante, se o efeito da corrupção na confiança corrobora as nossas expectativas, o mesmo não acontece relativamente ao grau de descentralização dos processos de escolha de candidatos: maior inclusividade está associada a níveis mais baixos de confiança política, demonstrando, assim, que as medidas adotadas pelos partidos não restauram, no imediato, as relações de confiança entre os cidadãos e as instituições do sistema político. Estes resultados não se alteram significativamente quando contrastamos o período anterior e posterior ao início da crise. Ainda assim, vale a pena salientar que a taxa de risco de pobreza, o desemprego e o PIB reforçam os seus efeitos em alguns dos modelos estimados, enquanto entre as variáveis institucionais apenas o índice de corrupção se destaca.

O presente estudo confirma a importância do desempenho institucional enquanto elemento gerador de confiança política, corroborando as premissas previstas pelas teorias institucionais da confiança. Além disso, o facto de observarmos importantes oscilações ao longo do tempo nos níveis de confiança política indica que este fenómeno está longe de ser culturalmente determinado e que depende essencialmente de fatores a curto prazo. Nesse sentido, mudanças nas políticas públicas, nas lideranças políticas e nos resultados macroeconómicos podem provocar variações significativas nos níveis de confiança exibidos pelos cidadãos a curto prazo. Estudos futuros devem testar alguns destes resultados, considerando uma amostra maior de países e de dados observacionais.

Anexo

Quadro A.1 Correlação entre níveis de confiança de diferentes instituições políticas

| | | Confiança no parlamento | Confiança no governo | Confiança nos partidos políticos | Confiança na justiça | Confiança nos sindicatos |
|----------------------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------|----------------------------------|----------------------|--------------------------|
| Confiança no parlamento | Correlação de Pearson | 1 | 0,937** | 0,805** | 0,302* | 0,829** |
| | Sig. (2 extremidades) | | 0,000 | 0,000 | 0,019 | 0,000 |
| | N | 80 | 70 | 80 | 60 | 45 |
| Confiança no governo | Correlação de Pearson | 0,937** | 1 | 0,850** | 0,201 | 0,660** |
| | Sig. (2 extremidades) | 0,000 | | 0,000 | 0,142 | 0,000 |
| | N | 70 | 70 | 70 | 55 | 35 |
| Confiança nos partidos políticos | Correlação de Pearson | 0,805** | 0,850** | 1 | 0,126 | 0,599** |
| | Sig. (2 extremidades) | 0,000 | 0,000 | | 0,339 | 0,000 |
| | N | 80 | 70 | 80 | 60 | 45 |
| Confiança na justiça | Correlação de Pearson | 0,302* | 0,201 | 0,126 | 1 | 0,328* |
| | Sig. (2 extremidades) | 0,019 | 0,142 | 0,339 | | 0,039 |
| | N | 60 | 55 | 60 | 60 | 40 |
| Confiança nos sindicatos | Correlação de Pearson | 0,829** | 0,660** | 0,599** | 0,328* | 1 |
| | Sig. (2 extremidades) | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,039 | |
| | N | 45 | 35 | 45 | 40 | 45 |

Nota: **. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades); *. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Capítulo 2

Satisfação com a democracia e interesse pela política

Introdução

A relação entre cidadãos e democracia nos países da Europa do Sul é amiúde descrita como marcada por uma cultura política de afastamento e desconfiança face ao poder. Estudos clássicos caracterizam mesmo esta região como um terreno pouco fértil para a vigência de uma democracia estável e robusta (Almond e Verba 1963). Análises mais recentes demonstram que, em alguns parâmetros, a cultura política da Europa do Sul apresenta padrões próximos dos da Europa ocidental, ao passo que, em outros, revela-se mais próxima da Europa de Leste (Torcal e Magalhães 2009). Nos últimos anos, as análises da cultura política na Europa do Sul têm-se centrado nas repercussões da Grande Recessão (Cordero e Simón 2016; Teixeira, Tsatsanis, e Belchior 2014), que afetou, de forma particularmente aguda, a periferia europeia.

Partindo de uma revisão e de uma avaliação do alcance e limitações dos estudos já publicados sobre a cultura política na Europa do Sul, o objetivo do presente capítulo é examinar a evolução de um conjunto de crenças e atitudes face à democracia nos cinco países examinados neste livro. Assim, propomo-nos abordar uma série de questões mutuamente relacionadas: como se têm relacionado os cidadãos da Europa do Sul com os princípios democráticos? Como têm avaliado ao longo do tempo o desempenho das suas democracias e quão interessados na política são? Quais os fatores contextuais que explicam a evolução destes diversos

indicadores a nível macro? E, finalmente, de que forma é que a Grande Recessão afetou a relação entre os cidadãos e a democracia?

Este capítulo oferece inovações a dois níveis. Em primeiro lugar, faz uso de dados mais recentes, recolhidos já no decurso da Grande Recessão que atingiu o Sul da Europa com particular vigor (Della Porta *et al.* 2016). Em segundo lugar, a análise estatística incorpora o impacto de variáveis do projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem) que permitem explorar com maior pormenor as relações entre cultura política e os padrões de qualidade das instituições e do governo.

Há dois resultados que se destacam da análise conduzida neste capítulo. Por um lado, verifica-se que a satisfação com a democracia e o envolvimento em discussões sobre matérias políticas apresentam padrões de correlatos distintos; assim, o aumento da insatisfação com o funcionamento da democracia não coincide, necessariamente, com uma maior propensão para o afastamento da esfera política. Por outro, a análise empírica revela que o advento da crise trouxe uma alteração importante no modo como as opiniões públicas dos vários países reagem ao funcionamento dos regimes políticos: a intensificação da corrupção passou a estar significativamente mais associada a quebras nos índices de satisfação com a democracia, algo que não se verificava antes do início da crise.

Além desta introdução e de uma conclusão, o capítulo divide-se em quatro secções. Na próxima secção sistematiza-se a evolução da literatura acerca das atitudes em relação à democracia e ao envolvimento com o regime na Europa do Sul. A segunda secção procede a uma primeira análise empírica dos dados, retratando-se a evolução do apoio à democracia, nas diversas aceções do termo, e do interesse na política. A terceira secção examina os fatores macro associados à evolução das atitudes estudadas neste capítulo. A quarta secção analisa de forma mais aprofundada a especificidade do período que se seguiu à crise. Na conclusão procede-se a uma reflexão sobre os resultados e as suas implicações para o estudo da cultura política na Europa do Sul.

Atitudes face à democracia na Europa do Sul: literatura e hipóteses

Historicamente, a Europa do Sul tem ocupado um lugar de algum destaque na investigação comparada sobre a cultura política. O caso italiano, em particular, tem sido muitas vezes examinado desde a primeira geração de estudos modernos sobre este tópico, sendo as conclusões decorrentes destas investigações frequentemente lidas como representativas do tipo de relação com o poder existente na Europa do Sul.

Na investigação seminal de Almond e Verba, o caso italiano é apresentado como constituindo um exemplo flagrante de «cultura política de alienação». Mais concretamente, os dois autores caracterizam este caso como um foco de anomia social, desconfiança e baixos níveis de envolvimento político, sugerindo que estes padrões se transmitiriam entre gerações sucessivas. Ainda assim, é proposto que o intenso desenvolvimento económico do pós-guerra poderia ser capaz de enfraquecer o tradicionalismo, e também que uma distribuição mais equitativa de

rendimentos poderia provocar um aumento de confiança no sistema político (Almond e Verba 1963, 308-309).

Desde cedo que é sugerida a existência de uma incompatibilidade entre a cultura política da Europa do Sul e uma democracia verdadeiramente robusta, se bem que as suas putativas causas tenham permanecido em discussão. Uma explicação frequente na Ciência Política do pós-guerra prendia-se com o papel da religião nesta área do globo. No seu influente artigo de 1959, uma das justificações avançadas por Lipset é a de que o sistema de crenças associado ao catolicismo seria incompatível com a legitimação da democracia enquanto sistema assente no princípio de que «o bem é alcançado através de conflito entre crenças opostas» (Lipset 1959, 93, tradução nossa). Também Almond e Verba, ao assinalarem os traços de sujeição e paroquialismo patentes na cultura política italiana, destacaram o facto de boa parte dos votos no partido dominante Democracia Cristã provirem de «mulheres católicas desligadas da política» (Almond e Verba 1963, 310, tradução nossa).

Outra possível explicação avançada para a falta de confiança generalizada em Itália, e na Europa do Sul como um todo, seria a vigência do código cultural a que Edward Banfield (1958) atribuiu a designação de «familismo amoral». A hipótese avançada por Banfield aponta no sentido de o comportamento individual em contextos de familismo amoral ser orientado para a «maximização das vantagens de curto prazo da família nuclear, assumindo que os restantes farão o mesmo» (Banfield 1958, 85).

Robert Putnam (1993), numa obra que renovou o interesse pela cultura política e expandiu o seu alcance (Sabetti 2007), estudou as variações subnacionais do caso italiano para argumentar que diferentes culturas políticas são o produto de processos históricos de longa duração que

determinam os níveis de confiança interpessoal presentes em diferentes comunidades. De acordo com esta leitura, a democracia enquanto regime político assente na seleção de líderes através da realização de eleições não é necessariamente incompatível com a cultura política da Europa do Sul; contudo, o aprofundamento da qualidade da democracia estaria severamente limitado em zonas do território historicamente marcadas pela inexistência de relações de confiança social e de ligações horizontais. Ainda assim, persistem várias críticas a esta interpretação, desde omissões na interpretação histórica do caso à identificação entre qualidade da democracia e desempenho institucional (Tarrow 1996).

Apesar de o caso italiano ter sido o mais influente no estudo da cultura política desta região, os restantes países têm sido também frequentemente examinados. Num retrato da evolução do capital social em França ao longo do século XX, Worms mostra que o crescimento dos níveis de insatisfação em relação às instituições e partidos tradicionais foi acompanhado do aumento da votação em partidos radicais, como a Frente Nacional; assim, o crescente descontentamento não teria conduzido, em França, a um cenário de desinteresse na política, mas antes a uma reorientação dirigida a formas de participação mais direta (Worms 2002, 184). Em relação aos níveis de adesão à democracia entre os vários países, um artigo de Lagos (2003) mostra que, na viragem do século, o apoio difuso era substancialmente mais alto em Espanha, Grécia e Itália do que em Portugal, ocupando França uma posição intermédia.

A tentativa de sistematização de análise mais completa da cultura política da Europa do Sul foi levada a cabo por Mariano Torcal e Pedro Magalhães (2009). O ponto de partida destes autores é uma interrogação sobre se as culturas políticas de Itália, Espanha, Portugal e Grécia apresentam suficientes traços em comum entre si, e diferenças significativas

face a outros, para que possam ser delimitadas num conjunto coerente. Após analisarem variáveis como a confiança nas instituições, o apoio à democracia, as atitudes perante alternativas autoritárias e o interesse na política, os autores concluem que não existem bases que permitam estabelecer a existência de um padrão regional de cultura política separado das restantes realidades europeias.

Essa conclusão assenta em dois vetores. Por um lado, subsistem diferenças demasiado consideráveis em várias dimensões entre os países para que estes formem um conjunto coeso. Por outro, em vários indicadores os valores não se distinguem em grande medida dos de outras democracias europeias – seja das ocidentais (apoio difuso à democracia), seja das de Leste (confiança interpessoal e nas instituições). O retrato da cultura política da Europa do Sul que emerge de estudos comparados não estritamente focados nesta região apoia estas conclusões (Klingemann 2014).

O desenvolvimento mais importante na literatura recente sobre a cultura política na Europa do Sul consiste no estudo do impacto exercido pela Grande Recessão na relação entre os cidadãos e os seus sistemas políticos. É possível assinalar um vetor partilhado pelos vários países, sobretudo naqueles que foram alvo de um resgate financeiro: a quebra nos níveis de confiança nas instituições e de satisfação em relação ao funcionamento da democracia. Mas aqui, a investigação também revela que os vários países da Europa do Sul são marcados por dinâmicas distintas (Belchior 2015). Assim, ao passo que, em países como a Espanha ou a Grécia, a quebra na confiança foi bastante abrupta, sobretudo a partir de 2010, em Portugal, o declínio nos níveis de confiança nas instituições – e, como se verá a seguir, também a satisfação com o funcionamento da democracia – já precedia o deflagrar da crise económica. Por outro lado, uma análise de dados recolhidos no

âmbito do European Social Survey (ESS) entre 2012 e 2013 revela que o apoio difuso à democracia se manteve, ou terá até aumentado, na generalidade dos países mais afetados pela crise. Uma interpretação possível é a de que a crise correspondeu a um reforço dos ideais democráticos enquanto contraponto a um cenário de intervenção externa, que, por definição, implicou uma redução nos níveis de autonomia das autoridades nacionais e a responsabilização democrática dos governantes (Cordero e Simón 2016). Existe, contudo, uma exceção importante a este cenário geral: o apoio difuso à democracia diminuiu de forma significativa na Grécia (Teixeira, Tsatsanis e Belchior 2014), por contraste com o que sucedeu em Portugal e restantes países.

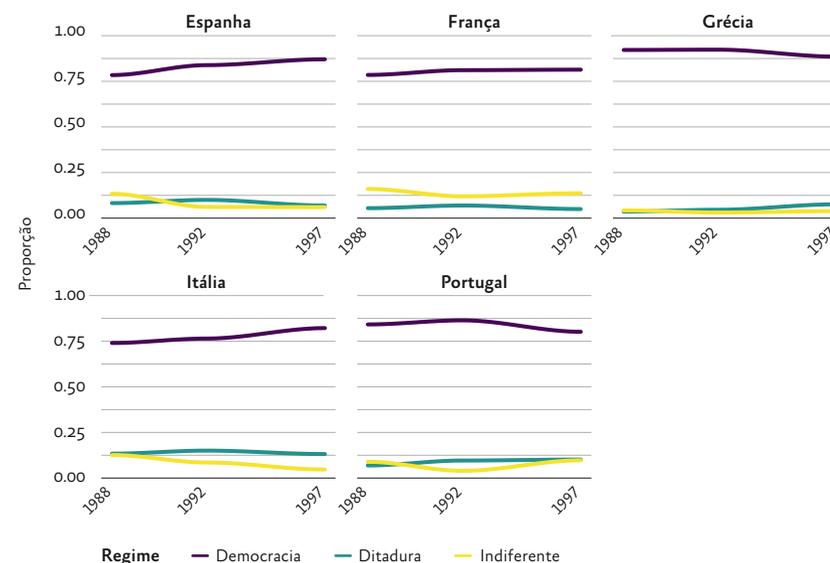
Evolução de indicadores macro

Nesta secção descreve-se a evolução de um conjunto de variáveis relevantes para a caracterização da relação entre cidadãos e os regimes democráticos. Mais concretamente, analisam-se três variáveis distintas, reportando cada uma delas a uma dimensão de interação entre cidadãos e democracia. Em primeiro lugar, observamos a evolução de indicadores relacionados com a valorização da democracia face a outros regimes (apoio difuso). A seguir damos conta da evolução da satisfação em relação ao modo como funciona a democracia (apoio específico). Finalmente, tomamos em consideração o grau de interesse na política. Os dados provêm do Eurobarómetro, do World Values Survey (WVS), do European Social Survey, e do European Values Study (EVS).

A primeira variável que avaliamos é a preferência por um regime de tipo democrático face a alternativas de tipo autoritário⁸. Para tal recorre-se a uma série temporal curta, iniciada em 1988 e terminada em 1997, e constituída por três observações por país. A evolução

deste indicador reproduz-se na figura 4, e da leitura deste gráfico conclui-se que o apoio à democracia, pelo menos tal como é captado por esta questão, foi bastante disseminado na Europa do Sul na década que mediou entre 1988 e 1997. Em todas as observações, e nos cinco países, há sempre pelo menos três quartos dos inquiridos que concordam que a democracia é sempre preferível. As oscilações são demasiado ténues (e o número de observações demasiado baixo) para que as possamos considerar significativas.

Figura 4 Apoio difuso à democracia (1988-1997)



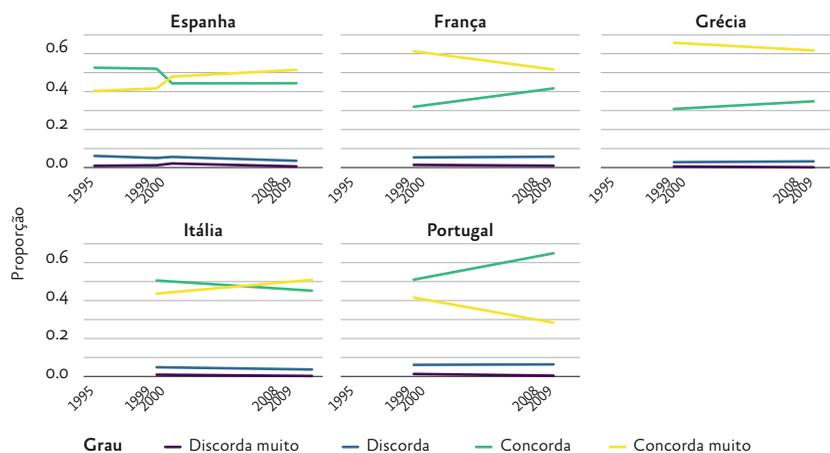
Fonte: EB 30 (1988), EB 37 (1992) e EB47.1 (1997).

Questão: «Qual das seguintes frases descreve melhor a sua posição?»

- «A democracia é o melhor sistema político em qualquer circunstância.»
- «Em determinadas circunstâncias, uma ditadura é preferível à democracia.»
- «Viver em democracia ou sob uma ditadura não muda nada para pessoas como eu.»

Embora esta série temporal não tenha sido prolongada em anos mais recentes, dispomos de uma pergunta suficientemente aproximada que consta do elenco de questões do World Values Survey e do European Values Study. Ao contrário do que havia sucedido nas décadas anteriores, são visíveis aqui algumas mudanças mais significativas na magnitude de adesão aos princípios democráticos. Mais concretamente, os níveis de apoio baixaram de modo significativo em França e, especialmente, em Portugal, de modo ligeiro na Grécia, e subiram de forma ténue em Espanha e Itália. À escala comparada, na vaga de 2008, era em Portugal que os valores de apoio à democracia eram mais baixos, sendo o único país em que menos de metade dos inquiridos concordavam fortemente com a ideia de que a democracia era claramente preferível em relação às alternativas.

Figura 5 Apoio difuso à democracia (1999-2008)

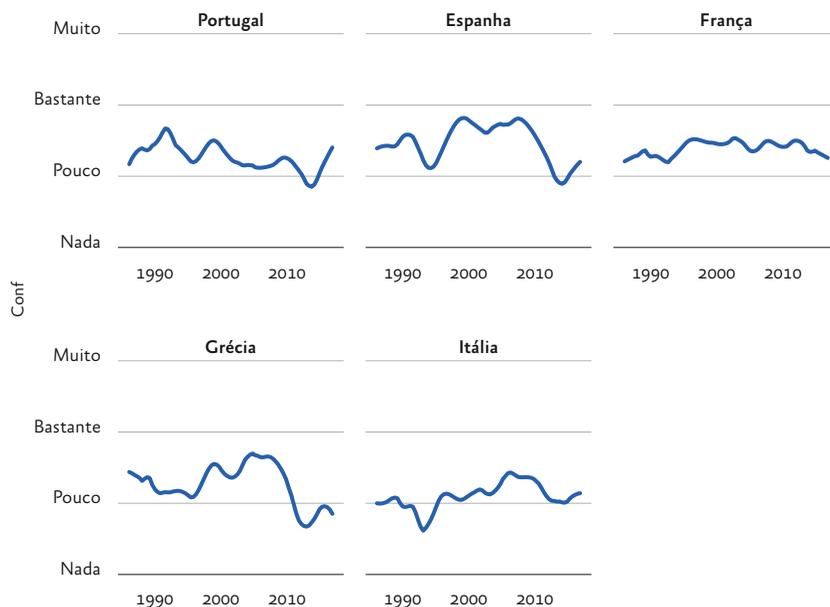


Fontes: Rondas de 1999 e 2008 do EVS, e terceira e quarta vagas do WVS.
 Questão: «Concorda muito, concorda, discorda, ou discorda muito da seguinte afirmação?
 – A democracia pode ter problemas, mas é melhor que qualquer outra forma de governo.»

A segunda evolução a examinar é a dos níveis de satisfação face ao funcionamento da democracia. Para tal é possível recorrer a uma série temporal que remonta a 1973 e que se conta entre as mais longas das disponibilizadas pelo Eurobarómetro. Esta é uma variável ordinal em que os inquiridos são questionados sobre o seu grau de satisfação em relação ao funcionamento do regime democrático do seu país.

Há duas formas de apresentar a informação relativa a esta questão. A primeira, de leitura mais imediata e seguida por Bellucci e Memoli (2012), passa pela redução das respostas das quatro categorias a um só indicador contínuo, que se reproduz na figura 6. A representação gráfica revela que a evolução desta variável nos cinco países tem sido acidentada. Até ao início da década de 1990 as flutuações foram ligeiras, com exceção de uma evolução positiva no caso português, e negativa no caso grego. A tendência nos outros três países foi de subida dos níveis de satisfação a partir de 1993. O ano de 2008, que coincidiu com o início da crise financeira global, constituiu um momento de inflexão a partir do qual a trajetória passou a ser de descida nos cinco países. Ainda assim, a partir de 2012 a satisfação face ao funcionamento da democracia começou a recuperar, sobretudo na Grécia, em Espanha e em Portugal. Em França, os níveis continuavam em queda em 2016, e em Itália a recuperação era mais modesta.

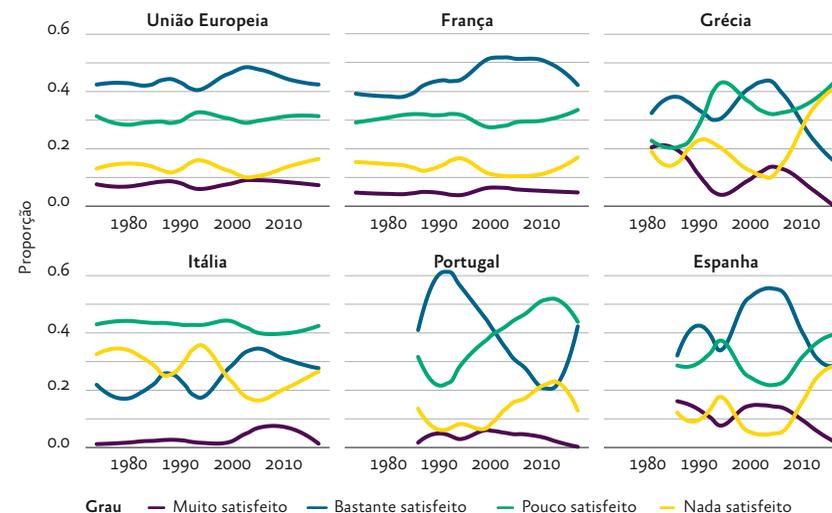
Figura 6 Satisfação com o funcionamento da democracia (1973-2016)



Fonte: Dados do Eurobarómetro, recolhidos [aqui](#).
 Questão: «No geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, pouco satisfeito, ou nada satisfeito com o modo como funciona a democracia (no seu país)?»

A figura 7 permite destringir a evolução das várias respostas e realizar uma leitura mais detalhada. As alterações mais expressivas verificaram-se na Grécia, com uma subida galopante a partir de meados da década de 2000 daqueles que se dizem «nada satisfeitos» com o funcionamento da democracia, dinâmica que também é observável em Espanha, a partir de 2008. Se em Itália a proporção daqueles que se dizem «pouco satisfeitos» andou sempre em torno dos 40 % dos inquiridos ao longo de todo o período, no caso português esta percentagem subiu dos 25 % em média nos primeiros anos da adesão para os 45 % por volta de 2010.

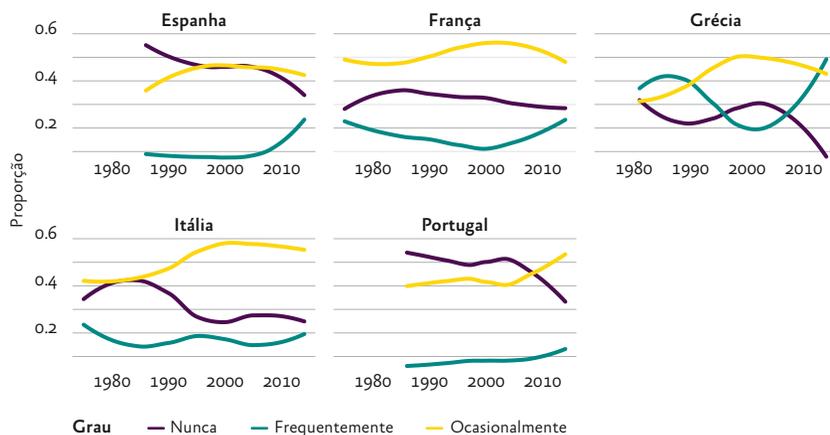
Figura 7 Satisfação com o funcionamento da democracia (1973-2016)



Fonte: Inquéritos do Eurobarómetro, disponíveis [online aqui](#).
 Questão: «No geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, pouco satisfeito, ou nada satisfeito com o modo como funciona a democracia (no seu país)?»

A última variável a observar prende-se já não com o apoio difuso ou específico à democracia, mas antes com a predisposição para discutir assuntos políticos. Embora não disponhamos de uma série que meça os níveis de interesse subjetivos na política, existe uma questão colocada repetidamente desde 1980 que permite medir a frequência de discussões informais sobre política. Os resultados são bastante claros: em todos os países verifica-se uma tendência de descida da prevalência do ato de «nunca» discutir política, compensada pela subida de o fazer «ocasionalmente», em Portugal e Itália, e «frequentemente» em Espanha e na Grécia. Em anos recentes, as percentagens daqueles que afirmam nunca discutir política são inferiores a 40 % em todos os países, atingindo valores residuais na Grécia.

Figura 8 Grau de interesse na política (frequência de discussão sobre política)



Fonte: Inquéritos do Eurobarómetro, disponíveis [online aqui](#).
Questão: «Quando está com amigos, diria que discute assuntos políticos frequentemente, ocasionalmente ou nunca?»

Determinantes macro

Nesta secção testam-se empiricamente algumas explicações para a evolução dos dois indicadores para os quais dispomos de séries mais longas: a satisfação com a democracia e o interesse na política, medido através da frequência de discussão sobre matérias políticas. A análise estrutura-se em duas etapas. Numa primeira fase, examinam-se as determinantes da evolução das variáveis dependentes para todo o período; a segunda etapa compara a estrutura de covariantes *antes* e *após* o início da Grande Recessão. Mais concretamente, esta segunda etapa visa avaliar de que forma é que a crise económica que incidiu sobre a periferia europeia conduziu a uma alteração no modo como a opinião pública é afetada por fatores de natureza político-institucional e económica.

A primeira hipótese a testar prende-se com a relação entre cultura política e desempenho económico. Estudos anteriores conduzidos a partir de dados representativos de vários países europeus sugerem que, em períodos de crise económica, e com a deterioração de indicadores objetivos como o desemprego e o crescimento da economia, a insatisfação manifestada em relação à democracia tenderá a aumentar (Bellucci e Memoli 2012). Contudo, também foi demonstrado que tal não implica um aumento dos níveis de desinteresse na política (Sanders e Bellucci 2012). Assim, a hipótese de partida é diferente para cada uma das variáveis dependentes: se é expectável que a deterioração das condições económicas conduza a uma quebra nos níveis de satisfação com a democracia, também se pode prever que ela estará associada a um maior envolvimento em discussões sobre matérias políticas.

Em segundo lugar, exploramos a hipótese de que a satisfação com a democracia se encontre relacionada com os *outputs* do sistema – a qualidade das instituições e da própria democracia. Bellucci e Memoli (2012), no seu trabalho sobre as determinantes da satisfação com a democracia, incorporam uma variável relacionada com a qualidade do governo em sentido lato, que não permite destrinçar entre dimensões distintas. Contudo, a base de dados V-Dem contém um extenso lote de variáveis que permitem estudar de forma mais pormenorizada o impacto de variáveis mais concretas. Seleccionámos três variáveis que capturam diferentes dimensões: o modo como as desigualdades económicas se convertem em desigualdades políticas (*v2pepwrse*), que esperamos que tenha um efeito negativo na satisfação com o funcionamento da democracia; em que medida têm ou não os partidos políticos laços estabelecidos com a sociedade (*v2psprlnks*), cujo efeito esperado é o de incentivar o interesse pela política e a

satisfação em relação ao funcionamento da democracia; e a medida na qual as mudanças políticas são apresentadas com base em argumentos sólidos e justificados por parte das elites políticas, que esperamos que tenha um efeito positivo tanto no interesse na política como na satisfação com o funcionamento da democracia (*v2dlreason*).

Uma terceira hipótese, que decorre da linha de investigação sobre valores pós-materialistas e a emergência de «cidadãos críticos», sustenta que os níveis de crítica em relação aos regimes são o produto de uma cidadania politicamente mais sofisticada e menos subserviente em relação às autoridades e aos partidos (Welzel e Dalton 2014). Nesse sentido, podemos esperar que o aumento da insatisfação com a democracia corresponda a uma intensificação do envolvimento em organizações da sociedade civil e outros veículos de expressão e de reivindicação política. Por outro lado, espera-se que os níveis de interesse em relação à política subam, quanto maior for o envolvimento da sociedade civil. Para testar estas hipóteses usamos a variável *v2csptrcpt* («CSO participatory environment»).

O modelo contempla ainda efeitos aleatórios (nas constantes) para cada um dos países e controla a passagem do tempo, medida através da variável *ano*.

Quadro 4 Determinantes da discussão política e da satisfação com o funcionamento da democracia (modelo de efeitos aleatórios)

| | Discussão política | Satisfação com o funcionamento da democracia |
|------------------------------------------------|-------------------------------|----------------------------------------------|
| | (1) | (2) |
| Crescimento económico | -0.042 ^{***} (0.007) | 0.035 ^{***} (0.006) |
| Desemprego | 0.003 (0.004) | -0.037 ^{***} (0.004) |
| Ano | 0.002 (0.002) | 0.003 (0.002) |
| Ligações partidos-sociedade civil (V-dem) | 0.202 (0.125) | 0.210 ^{**} (0.102) |
| Desigualdade de recursos políticos (V-dem) | -0.242 ^{**} (0.113) | 0.084 (0.096) |
| Tomada de decisões políticas ponderada (V-dem) | -0.057 (0.075) | 0.070 (0.065) |
| Envolvimento da sociedade (V-dem) | -0.062 (0.108) | -0.139 (0.090) |
| Constante | -2.277 (4.593) | -3.914 (3.864) |
| N | 188 | 190 |
| Log Likelihood | 26.015 | 54.265 |
| AIC | -32.030 | -88.531 |
| BIC | 0.335 | -56.060 |

Nota: *p <.1; **p <.05; ***p <.01

Os resultados reproduzem-se no quadro 4. Em relação à influência do quadro macroeconómico na cultura política, são visíveis os efeitos significativos associados a ambas as variáveis – ainda que em sentido oposto. Assim, os períodos de deterioração económica e de aumento do desemprego tendem a induzir um aumento do interesse na política, ao mesmo tempo que coincidem com uma depressão nos níveis de satisfação com a democracia. As melhorias no desempenho económico também estão associadas a uma maior satisfação com o funcionamento da democracia e, em contrapartida, a uma menor predisposição para discutir matérias políticas.

Relativamente às variáveis de tipo político-institucional, são vários os resultados dignos de menção. Desde logo, o estabelecimento de laços entre partidos e organizações da sociedade civil está associado a um aumento nos níveis de satisfação com a democracia, mas não a uma maior predisposição para a discussão de assuntos políticos. Por outro lado, a assimetria de acesso ao poder com base socioeconómica tem o efeito de reduzir os níveis de discussão política. Isto sugere que os momentos em que as sociedades atingem níveis mais elevados de igualdade política são aqueles em que os cidadãos mais se envolvem politicamente; contudo, recorde-se que as crises económicas tendem a gerar um aumento do envolvimento com a política. Assim, apesar de alterações súbitas ao *status quo* económico estarem associadas a um aumento de interesse na política, a existência de desigualdades políticas de índole mais estrutural não surte um efeito análogo.

Finalmente, a hipótese segundo a qual uma cidadania mais envolvida em associações estaria mais interessada em participar politicamente não é validada: os coeficientes associados à variável envolvimento cívico (*v2dlengage*) são ambos desprovidos de significância estatística.

O impacto da crise na relação com a democracia

Depois de testadas as hipóteses referentes à totalidade do período em análise, procedemos a um exame mais pormenorizado do impacto exercido pela Grande Recessão nos níveis de discussão política e de satisfação com a democracia. Usando as mesmas variáveis dependentes, testamos diversos fatores explicativos em interação com uma variável binária, que toma um valor para o período anterior à crise 1986-2007 e outro para o período 2008-2015. Desta forma, podemos aferir se o advento da Grande Recessão correspondeu a uma alteração

no modo como as variáveis económicas, políticas e institucionais se articularam com a evolução da cultura política.

À semelhança da análise já reportada, também aqui se procede ao estudo do impacto da situação macroeconómica, por um lado, e de variáveis de natureza política e institucional, por outro. Para aumentar o número de graus de liberdade do modelo, a variável macroeconómica a usar será somente a taxa de desemprego. No que respeita às variáveis de natureza política e institucional provenientes da base de dados V-Dem, a opção recaiu sobre três indicadores compostos que apresentam evoluções dinâmicas em ambos os períodos (antes e após o início da crise)⁹. A primeira variável a examinar será o índice de corrupção no executivo (*v2x_execorr*)¹⁰. O estudo do impacto da corrupção na opinião pública assenta frequentemente na transparência do poder político e da administração pública (Park e Blenkinsopp 2011). Sem prejuízo da valia dessa abordagem, a opção aqui seguida é a de empregar uma variável que mede não a transparência, mas sim quão frequentes são as práticas de suborno e de desvio de fundos – pelo menos segundo as perceções dos peritos auscultados. Os resultados relativos a esta variável permitirão perceber qual o impacto da corrupção nas atitudes face à democracia antes e após a crise.

O segundo índice utilizado agrega uma série de indicadores que mede a conformidade da atuação do poder executivo face ao poder judicial. A natureza excecional do período da crise ficou marcada, em especial nos países intervencionados, pela aprovação de medidas que suscitaram apreciação judicial e, conseqüentemente, um aumento da conflitualidade entre executivos e tribunais (Magone 2014). Com a inclusão desta variável, avaliaremos em que medida a conformidade do poder executivo às decisões do poder judicial está associada, ou não,

a mudanças na propensão para discutir política e a satisfação com a democracia. A expectativa inicial é a de que uma maior conflitualidade esteja associada a uma perceção de deterioração do funcionamento do regime e que, conseqüentemente, baixe a satisfação com a democracia. Finalmente, medimos o grau de adesão aos princípios da política deliberativa, constituído pelas variáveis «justificação ponderada», «bem comum», «respeito por contra-argumentos» e «envolvimento cívico». A expectativa é a de que evoluções negativas deste índice correspondam a uma maior insatisfação com o funcionamento da democracia e a uma menor propensão para discutir política.

Quadro 5 Determinantes da discussão política e da satisfação com o funcionamento da democracia antes e após o início da crise (modelo de efeitos aleatórios)

| | VARIÁVEL DEPENDENTE | |
|-----------------------|---------------------|-------------------|
| | Discussão | Satisfação |
| | (1) | (2) |
| Desemprego | -0.008 (0.006) | -0.032*** (0.005) |
| Pós-crise | -1.541* (0.931) | -1.121 (0.825) |
| Corrupção | 0.788 (0.746) | 0.619 (0.655) |
| DemDelib | -2.079*** (0.695) | -0.187 (0.653) |
| Judicial | -0.118 (0.128) | 0.482*** (0.108) |
| Desemprego: Pós-crise | 0.023*** (0.008) | -0.007 (0.007) |
| Pós-crise: Corrupção | 0.495 (1.029) | -2.661*** (0.975) |
| Pós-crise: DemDelib | 2.181 (1.460) | 2.757** (1.326) |
| Pós-crise: Judicial | -0.083 (0.179) | -0.403** (0.169) |
| Constante | 3.341*** (0.681) | 1.914*** (0.624) |
| Observações | 188 | 190 |
| Log Likelihood | 36.681 | 46.679 |

| | VARIÁVEL DEPENDENTE | |
|---------------------|---------------------|------------|
| | Discussão | Satisfação |
| | (1) | (2) |
| Akaike Inf. Crit. | -49.363 | -69.359 |
| Bayesian Inf. Crit. | -10.526 | -30.395 |

Nota: *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

O quadro 5 apresenta os resultados desta segunda etapa da análise. Em relação aos efeitos da conjuntura económica, existe uma diferença a destacar no modo como esta se associa a diferentes níveis de discussão política. Se antes do início da crise económica as variações do desemprego não estavam associadas a alterações nos níveis de discussão política, passou a observar-se uma associação negativa a partir de 2008: durante o período 2008-2015, aumentos nos níveis de desemprego estão associados a uma maior propensão da população para discutir sobre matérias políticas. Esta diferença não se verifica no que toca à satisfação com o funcionamento da democracia: em ambos os períodos analisados, os aumentos do desemprego correspondem a níveis mais elevados de insatisfação com o funcionamento da democracia.

Quanto às variáveis de natureza política e institucional, o principal resultado a destacar prende-se com os diferentes sentidos dos coeficientes associados ao índice de corrupção. Com efeito, a existência de corrupção parece ter-se tornado mais prejudicial para os níveis de confiança na democracia após o advento da crise. Outro resultado a assinalar refere-se ao impacto da existência de mecanismos deliberativos associados à tomada de decisões políticas. No período anterior à crise, o fortalecimento destes mecanismos encontrava-se associado a um decréscimo do interesse na política e não exercia um efeito significativo na satisfação com o funcionamento da democracia a nível

nacional; após a crise, pelo contrário, o aumento do recurso a estas instâncias de pendor deliberativo passou a estar associado a uma maior satisfação com o funcionamento da democracia. Por fim, no que toca ao respeito do executivo pelo poder judicial, não se confirma a existência de efeitos sistemáticos da conflitualidade entre governo e tribunais.

Conclusão

Aferir de que forma se relacionam os cidadãos com a democracia é central para a investigação sobre cultura política. Este capítulo visa rever alguns dos resultados da literatura sobre este tópico na Europa do Sul, e examina um conjunto de indicadores, incorporando duas novidades face à literatura já existente. Em primeiro lugar, foi possível expandir o âmbito temporal da análise, que incide sobre dados recolhidos durante o período de intensa crise económica que afetou a periferia europeia e, em especial, os países da Europa do Sul. Este procedimento permite fazer um retrato mais atualizado da ligação entre cidadãos e regimes democráticos, revelando que a crise económica exerceu um efeito profundamente negativo nos níveis de satisfação com a democracia, mas não no grau de interesse na política.

Por outro lado, pudemos testar o impacto específico de variáveis políticas incluídas na base de dados V-Dem, o que nos permitiu isolar de modo mais preciso os seus efeitos particulares. Quando se pretende analisar períodos críticos como os de rápida deterioração económica, em que mudanças institucionais podem ser aplicadas a aspetos específicos dos regimes, noções como qualidade de governo, qualidade da democracia ou transparência podem revelar-se demasiado amplas, não permitindo destrinçar o impacto de alterações particulares. Recorrendo a dados como os do projeto V-Dem, é possível identificar com maior

precisão de que modo as mudanças nas instituições (formais e informais) do regime condicionam o envolvimento e a satisfação dos cidadãos face ao seu regime político.

A análise conduzida neste capítulo, em articulação com a literatura já visitada, aponta para alguns elementos de reflexão. Em primeiro lugar, tem havido uma evolução dinâmica destas variáveis na Europa do Sul. A ideia de que os vários países desta região apresentam uma cultura política relativamente estática de insatisfação com a democracia deve ser refinada, na medida em que, ao longo das últimas décadas, houve diferenças significativas *entre* países e *ao longo do tempo* em cada país. Contudo, este padrão geral aplica-se mais à satisfação com a democracia e ao interesse na política do que propriamente ao apoio difuso ao regime. As exceções parciais são Portugal e França, países onde o apoio à democracia baixou moderadamente entre 1998 e 2008, último ano para o qual dispomos de dados longitudinais.

Em segundo lugar, o desempenho da economia ajuda a explicar não só as oscilações de satisfação com a democracia, mas também o grau de interesse na política. Mais concretamente, as crises económicas poderão acarretar um duplo efeito – por um lado coincidem com um decréscimo no apoio específico ao regime (*satisfação*), mas por outro estão associadas a maiores níveis de predisposição para discutir matérias políticas. Estando as variáveis de participação política como o voto (Cancela 2017) ou a filiação partidária (Van Biezen, Mair e Poguntke 2012) em queda nesta região, este maior interesse na política poderá eventualmente ser canalizado para outros tipos de participação que extravasem os canais de ação tradicional.

Por fim, a crise política gerada pela Grande Recessão constitui um marco importante não apenas pela evolução dos indicadores de opinião pública, mas também por uma possível alteração no modo como estes se relacionam com variáveis institucionais. O exemplo mais manifesto será, porventura, o maior impacto negativo nos índices de confiança na democracia que as práticas de corrupção passam a ter após o início da crise face ao período anterior. Este resultado permite complementar a asserção de Bermeo e Bartels (2014, 4) de que a expressão de descontentamento popular se teria intensificado em reação às respostas dos governos à Grande Recessão, mais do que face à própria crise: a análise aqui conduzida sugere que a opinião pública, pelo menos nos países da Europa do Sul, se pode também ter tornado mais sensível à existência de perturbações no regular funcionamento das instituições, e em particular aos escândalos políticos. Assim, ao quadro complexo da crise política e económica na Europa do Sul, marcado pelo «declínio súbito dos partidos tradicionais, a emergência de enormes vagas de protesto e o decréscimo da confiança nas instituições» (Fernandes 2017, 23), podemos adicionar ainda a menor tolerância da opinião pública perante casos que sejam encarados como prejudiciais ao interesse público.

Capítulo 3

Confiança nos *media*

Introdução

Apesar de os meios de comunicação social não constituírem, do ponto de vista formal, instituições políticas *stricto sensu*, poucos analistas negariam a sua importância no funcionamento das sociedades democráticas. Com a notável exceção do relativo interregno provocado pelo paradigma dos efeitos mínimos (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet 1944), os *media* têm sido perspetivados como agentes ou instrumentos relevantes, no sentido em que podem ter impacto nos níveis de informação e nos comportamentos políticos dos cidadãos e, dessa forma, desempenhar um papel importante no processo democrático.

As avaliações empíricas dos efeitos dos *media* podem ser mais ou menos pessimistas (Santana Pereira 2016a), mas tendem a basear-se, explícita ou implicitamente, numa visão normativa dos meios de comunicação social, centrada na sua responsabilidade social (Siebert, Peterson e Schramm 1956), ou, mais concretamente, nos papéis que devem cumprir numa sociedade democrática consolidada. Nesta ótica, além de contribuírem para uma cidadania informada através da provisão de informação sobre assuntos importantes, os *media* devem fomentar a diversidade de pontos de vista sobre os eventos e os aspetos importantes da sociedade, criar *fóruns* em que candidatos e partidos políticos se apresentam e debatem ideias, e servir como vigilantes (*watchdogs*), escrutinando as ações dos políticos em nome dos cidadãos, contribuindo, assim, para a responsividade das instituições políticas (Lange 2004).

Atualmente, tanto nos EUA como em vários países da Europa, os meios de comunicação social são centrais, estando os cidadãos quase completamente dependentes dos mesmos para obter informação sobre assuntos políticos (Jones 2004; Jakob 2010). No entanto, existe aparentemente um hiato entre esta sua importância e a confiança que os cidadãos estão dispostos a depositar nesses *media*. É devido ao seu potencial contributo para o processo democrático que a análise dos padrões de confiança nos meios de comunicação social ganha relevância. Contudo, se a Ciência Política se tem vindo a dedicar – pelo menos desde Almond e Verba (1963) – à análise da confiança em instituições políticas como o governo ou o parlamento enquanto elementos fulcrais da cultura política, menos atenção tem sido dedicada à confiança nos *media*.

Sabe-se menos ainda sobre a confiança nos meios de comunicação social na Europa do Sul, região do continente em que encontramos sistemas mediáticos pluralistas polarizados (Hallin e Mancini 2004). Portugal, Espanha, França, Grécia e Itália são tradicionalmente caracterizados como constituindo sistemas mediáticos em que a intervenção do Estado na esfera dos *media* e o paralelismo entre meios de comunicação social e partidos é presumivelmente forte, enquanto a profissionalização dos jornalistas e o desenvolvimento do mercado de imprensa são fracos (Hallin e Mancini 2004) – ainda que estudos mais recentes apontem cada vez mais para a existência de diferenças não

despiciendas entre os cinco países (Hallin e Mancini 2010; Brüggemann *et al.* 2014; Santana Pereira 2012; 2015; Santana Pereira e Diniz de Sousa 2017). O estudo da confiança nos meios de comunicação social nestes países é incipiente, existindo apenas, tanto quanto nos foi dado descobrir, um único estudo que compara as taxas de confiança nos *media* em vários países da UE, e que verifica que a Europa do Sul tende a apresentar os valores mais baixos, mas também que este grupo de países não é homogéneo (Santana Pereira 2012). Desconhecem-se, assim, tanto a evolução como os correlatos desta orientação atitudinal.

A literatura sobre confiança nos meios de comunicação social, focada quase exclusivamente nos EUA, tem adotado essencialmente quatro perspetivas: a análise da evolução da confiança nos *media* ao longo do tempo; a relação entre confiança nos meios de comunicação social e nas instituições políticas *stricto sensu*; o estudo dos fatores explicativos da confiança nos *media*; e a análise das suas consequências. Neste capítulo, em que se procede à análise dos padrões de confiança nos meios de comunicação social na Europa do Sul após a viragem para o século XXI, adotam-se as primeiras três perspetivas, medindo confiança com recurso aos dados do Eurobarómetro (selecionados devido à sua periodicidade e comparabilidade) recolhidos entre os outonos de 2000 e 2016 em Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia, num total de 20 inquéritos por país.

Os objetivos da análise aqui reportada são três. Em primeiro lugar, mapear a evolução da confiança em quatro componentes dos sistemas mediáticos (televisão, imprensa, rádio e internet), bem como as diferenças e semelhanças entre os países da Europa do Sul. Em segundo lugar, analisar a natureza da confiança nos meios de comunicação social nesta região da Europa: será aquela um mero indicador de um construto

mais lato de confiança política, variando, por isso, da mesma maneira que a confiança nos parlamentos, governos e partidos têm evoluído nas últimas duas décadas? Por fim, a análise visa identificar os fatores macro que podem explicar tanto as diferenças entre os cinco países em análise como os padrões de evolução ao longo dos últimos 16 anos, recorrendo, para tal, à informação recolhida pelo projeto *Varieties of Democracy* sobre o funcionamento e o papel dos *media* na esfera política. A relevância destes fatores é testada em dois períodos: antes e depois da eclosão da crise das dívidas soberanas em 2008. Antes, porém, da concretização destes objetivos, apresentam-se algumas escolhas conceptuais e metodológicas que norteiam a análise reportada neste capítulo.

Escolhas conceptuais e metodológicas

De acordo com Coleman (2012), a confiança nos *media* é identificável a dois níveis, sendo a confiança de primeira ordem a convicção de que os produtores de notícias fazem aquilo que é suposto fazer – reportar histórias reais, do modo mais preciso possível, e de forma regular e atempada. Por sua vez, a confiança de segunda ordem diz respeito ao facto de jornalistas e consumidores estarem de acordo sobre a função dos *media*, sobre qual deve ser o seu papel, e ainda sobre os critérios para avaliar o seu desempenho.

Muitos dos estudos empíricos debruçam-se sobre o primeiro tipo de confiança. Por exemplo, a desconfiança nos *media*, ou o ceticismo em relação aos mesmos, tem sido analisada e definida como «a sensação de que os jornalistas não são justos ou objetivos no modo como apresentam a sociedade e de que nem sempre contam toda a história [...] a sensação de que os principais *media* irão sacrificar a precisão em prol de ganhos pessoais e comerciais [...] a percepção

de que não se pode acreditar no que se lê nos jornais ou se vê nos noticiários televisivos» (Tsfati 2003, 160; nossa tradução). Santana Pereira (2012) considera que a confiança nos *media* deriva de um entendimento destes enquanto entidades credíveis, fiáveis e dignas de confiança. Neste estudo, adotamos esta definição genérica, de primeira ordem. Analisam-se, contudo, os níveis de confiança em diferentes subsistemas mediáticos (televisão, imprensa, rádio e internet) de forma separada, dado que estudos anteriores apontam para que os níveis de confiança em diferentes subsistemas de *media* possam ser diferentes num mesmo país (Kiousis 2001; Kohring e Matthes 2007; Lee 2010).

As estratégias utilizadas para operacionalizar o conceito de confiança nos *media* variam muito (para uma revisão sistemática, ver Kohring e Matthes 2007). Alguns autores utilizam vários itens destinados a medir os diferentes aspetos deste conceito amplo, tais como credibilidade, precisão e correção (Tsfati e Capella 2003; 2005; Jakob 2010); outros chegaram mesmo a desenvolver escalas sofisticadas para medir a confiança ou credibilidade dos *media* enquanto fonte de informação (Gaziano e McGrath 1986; Meyer 1988; Kohring e Matthes 2007); outros ainda recorrem a uma medida única de confiança nos *media* em geral (Bennett *et al.* 1999; Jones 2004; Lee 2010) ou criam um indicador com base em itens de confiança genérica em tipos específicos de meios de comunicação social, como a televisão ou a rádio (Santana Pereira 2012). Neste capítulo, estudam-se os níveis de confiança em quatro tipos (televisão, imprensa, rádio e internet), medidos através da pergunta «Para cada uma das seguintes instituições, gostaria que me dissesse se tende a confiar ou a não confiar na mesma.» (com escala de resposta dicotómica). Os dados analisados nas secções

seguintes são as taxas nacionais de confiança em cada um dos quatro *media* nos vários inquéritos do Eurobarómetro realizados entre 2000 e 2016 (com uma ressalva: os dados sobre confiança no subsistema da internet existem apenas a partir de 2006).

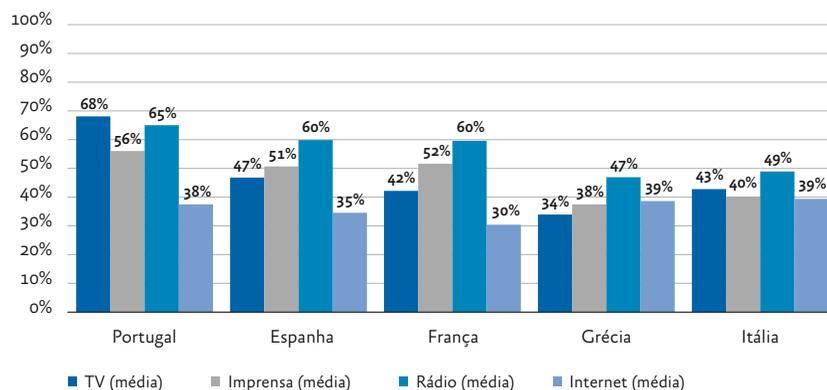
A confiança nos *media* na Europa do Sul: padrões e evolução

Nos EUA, os estudos apontam para que a confiança nos *media* tenha caído a pique nas últimas décadas (Bennett *et al.* 1999; Cook e Gronke 2001; Jones 2004; Prior 2007; Tsfati e Peri 2006; Ladd 2012), mas não encontramos, para a Europa, estudos longitudinais da confiança nos meios de comunicação social. Existe, contudo, um estudo comparativo que demonstra que a situação nos países europeus é diversificada (Santana Pereira, 2012). Sabe-se ainda menos sobre a evolução da confiança nos *media* nos países da Europa do Sul nos últimos anos. A presente secção visa contribuir para colmatar esta lacuna na literatura científica sobre o tema.

Começamos por verificar os principais padrões de confiança nos meios de comunicação social na Europa do Sul através da análise da percentagem média de inquiridos pelo Eurobarómetro que afirma tender a confiar na televisão, na imprensa, na rádio e na internet no período 2000-2016 (como já foi referido, para a internet, a série temporal é mais curta, começando em 2006). Estes valores médios apontam para uma especificidade do caso português e para padrões similares, por um lado, em Espanha e França, e, por outro, na Grécia e Itália (figura 9). Portugal distingue-se dos restantes países da Europa do Sul devido ao facto de ser o único em que a televisão é o meio mais digno de confiança (dois em cada três inquiridos tendem a confiar

na TV, enquanto nos outros países apenas cerca de dois em cada cinco o fazem). Em Espanha e França, a rádio é o meio mais confiado pelos inquiridos, seguido pela imprensa e pela televisão. Por fim, Itália e Grécia apresentam valores muito baixos para todos os meios de comunicação social (o que aponta para uma maioria de cidadãos desconfiados ou sem opinião) e, curiosamente, taxas que colocam a internet ao mesmo nível (ou até acima) da imprensa e da televisão em termos de fiabilidade.

Figura 9 Confiança nos *media* na Europa do Sul (2000/2006-2016)



Fonte: Eurobarómetros outono 2000-outono 2016. Dados disponíveis em <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Chart/index>

A análise dos desvios-padrão das taxas de confiança médias dos inquiridos do Eurobarómetro permite também verificar que a confiança nos meios de comunicação social é bastante mais volátil em Espanha e na Grécia (valores entre 5 e 12 %) do que nos restantes países (valores entre 4 e 7 %). A fim de explorarmos esta volatilidade e identificarmos tendências longitudinais, analisámos os dados apresentados na

figura 10, em que se mapeia a evolução da confiança em cada um dos quatro tipos de *media* nos cinco países da Europa do Sul. Esta análise permite-nos perceber que Espanha e Grécia não só foram os países mais voláteis nos últimos 16 anos, como apresentam uma tendência de evolução muito similar. De facto, entre 2007/2008 e 2010, as taxas de confiança nos *media* tradicionais (televisão, imprensa, rádio) conheceram uma queda dramática nestes dois países. Em Espanha, a taxa de confiança na televisão passou de 61 % na primavera de 2008 para 40 % em 2010 e 2011, e perto de 30 % entre 2012 e 2015; além disso, o decréscimo na confiança na imprensa e na rádio é também bastante significativo, ainda que se observe uma modesta recuperação a partir de 2013. Por sua vez, na Grécia, o processo de erosão da confiança nos meios de comunicação social tradicionais parece ter começado mais cedo, logo em 2007, com cerca de 25 a 30 pontos percentuais de diferença entre as taxas observadas nesse ano e no outono de 2012. Tal como no caso espanhol, há sinais de recuperação nos últimos anos (a partir de 2014), mas, acima de tudo, em termos de confiança na imprensa e na rádio; nestes países, a confiança na televisão parece ter sido uma «vítima mortal» dos eventos político-económicos ocorridos na transição para a década de 2010. Curiosamente, na Grécia, à medida que a confiança nos meios de comunicação social tradicionais decrescia, aumentava a percentagem de pessoas que afirmavam confiar na internet, a ponto de, no outono de 2016, este ser o meio confiado por uma maior proporção de gregos (46 % em contraste com os 23 % que afirmam confiar na televisão, 35 % na imprensa e 42 % na rádio).

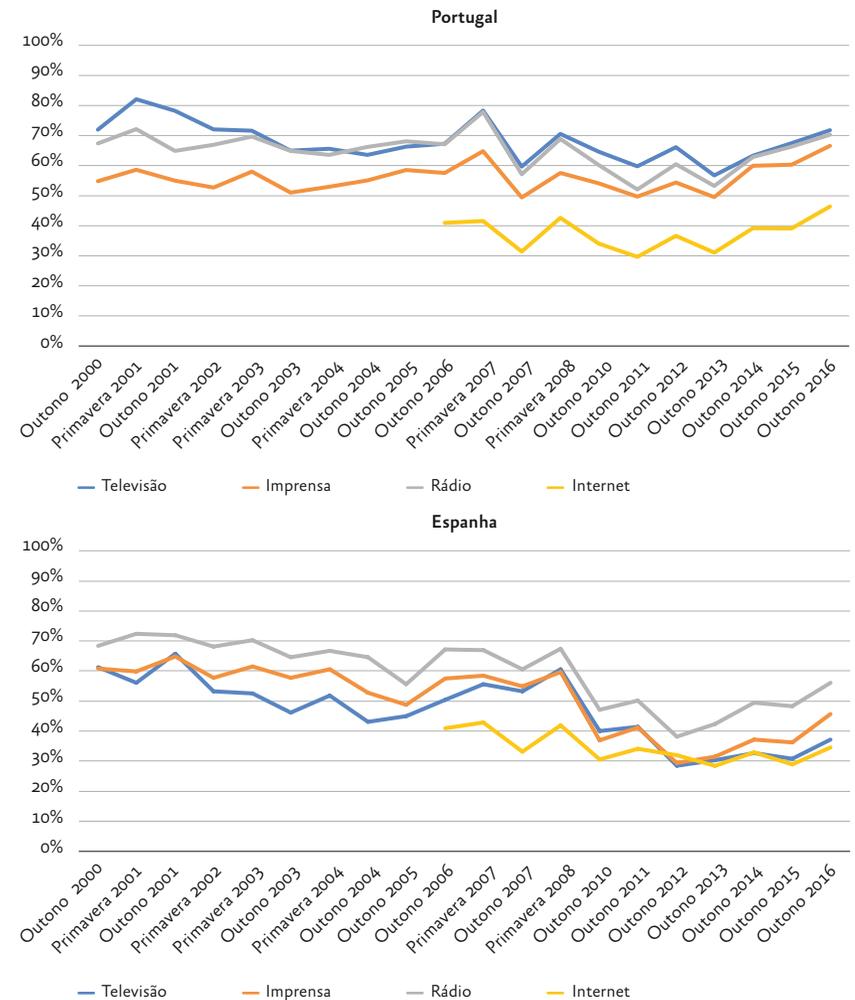
Surpreendentemente, em Portugal e Itália este aparente período negro para a credibilidade dos *media* (entre os finais da década passada e o início da atual) não é observado de forma tão flagrante (figura 10).

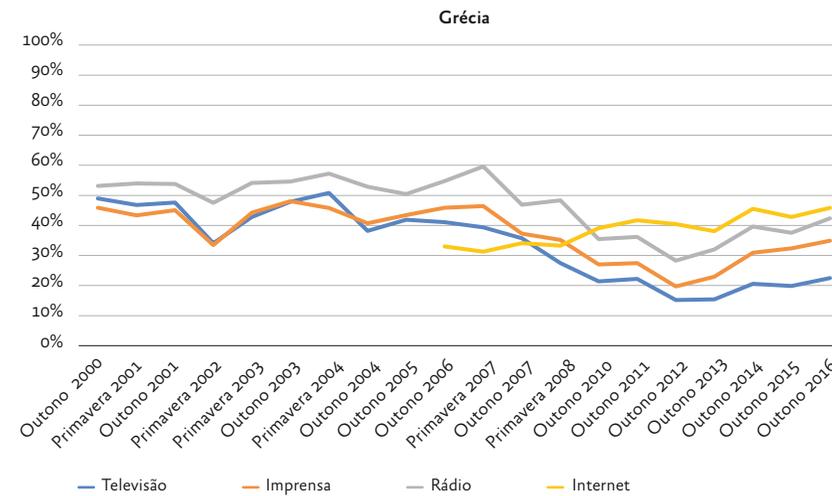
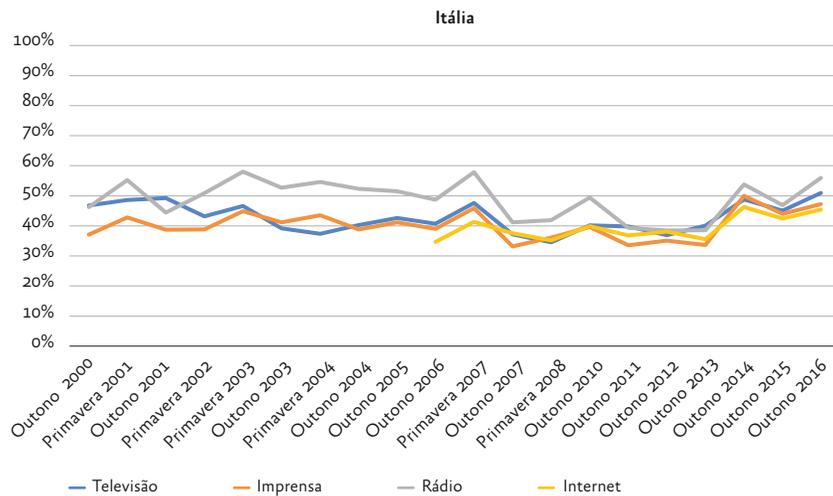
Mais claro é o padrão de recuperação das taxas de confiança nos últimos anos, dizendo respeito não apenas aos *media* tradicionais mas também à internet, que, no caso italiano, disputa com os restantes meios o pódio em termos de credibilidade.

Em França, verifica-se um ligeiro e contínuo decréscimo nos níveis de confiança na televisão, com uma descida abrupta em meados da década passada; no que à imprensa diz respeito, há alguma variação ao longo deste período, mas as taxas assumem valores muito similares em 2000 e 2016 (figura 10). À medida que o tempo passa, os franceses, tal como os espanhóis, e ao contrário dos restantes cidadãos da Europa do Sul, tornam-se menos propensos a expressar confiança na internet. Um aspeto particular do padrão francês é que, em 2000, as taxas de confiança nos *media* tradicionais eram bastante similares, mas a partir daí foram-se afastando progressivamente, devido, sobretudo, à erosão dos níveis de confiança na televisão.

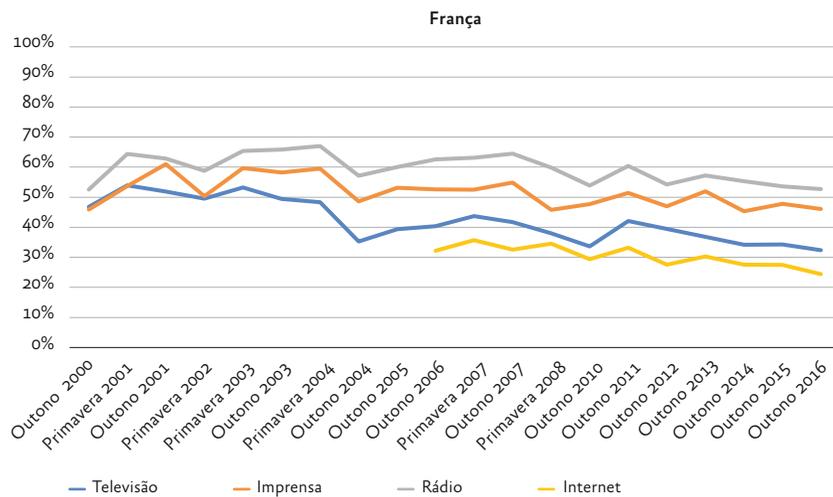
Em suma, a principal tendência de evolução diz respeito a uma quebra nas taxas de confiança nos *media*, temporalmente coincidente com a crise das dívidas soberanas, que, contudo, é mais dramática em Espanha e na Grécia do que em Portugal e Itália, e inexistente no caso francês. Por sua vez, nos últimos três a quatro anos, a tendência (observada, mais uma vez, em todos os países exceto em França) é de alguma recuperação, e, em Itália e na Grécia, de afirmação da internet enquanto meio tão credível quanto os seus congéneres mais tradicionais.

Figura 10 Evolução da confiança nos *media* na Europa do Sul (2000/2006-2016)





Fonte: Eurobarómetros outono 2000-outono 2016. Dados disponíveis em <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Chart/index>.



Confiança nos *media* e nas instituições políticas na Europa do Sul

Nesta secção analisamos a relação entre os níveis de confiança nos *media* e em instituições políticas (governo, parlamento, partidos políticos), medidos a nível macro, na Europa do Sul. Se entre 2000/2006 e 2016 as taxas de confiança variaram de forma muito similar (o que se traduziu em coeficientes de correlação de Pearson elevados e estatisticamente significativos), estamos perante evidência adicional de que a confiança na imprensa ou na televisão – tal como a confiança no parlamento ou nos partidos – indicativa de um sentimento geral de confiança nas instituições direta ou indiretamente envolvidas no processo democrático; por outro lado, se as correlações forem fracas, este argumento é enfraquecido. Por último, é ainda possível

que a confiança nos *media* apresente uma associação negativa com a confiança nas instituições políticas formais, como, aliás, acontecia nos EUA antes da década de 1970 (Jones 2004).

Olhando para a Europa do Sul como um todo, identificam-se correlações moderadas e positivas entre a confiança nos meios de comunicação social *mainstream* (televisão, rádio, imprensa) e nas instituições políticas (governo, parlamento, partidos), e nenhuma correlação entre a confiança nestas últimas e a internet. Contudo, a análise do quadro 6 permite verificar que, no geral, as correlações entre as taxas de confiança nos *media* e nas instituições políticas variam consideravelmente entre os países da Europa do Sul. Por exemplo, se excetuarmos a internet no caso grego, verificamos que existem correlações fortíssimas tanto na Grécia como em Espanha. A magnitude da associação aparenta ser ligeiramente mais modesta no cenário francês, sendo que os casos português e italiano merecem destaque pela sua especificidade.

No que diz respeito a Portugal, verificamos que a confiança na televisão é a que mais fortemente se relaciona com a confiança em instituições políticas tais como o governo, o parlamento ou os partidos políticos. É de salientar o facto de a confiança na imprensa não apresentar quaisquer correlações significativas com estas últimas variáveis. Já em Itália, e com a notável exceção da rádio, não existe uma forte relação entre confiança nas instituições políticas e nos meios de comunicação social.

Os padrões que identificamos no caso da internet merecem destaque, visto que apontam para um diferente papel e natureza dos meios informativos *online* nos distintos países da Europa do Sul. A relação entre as taxas de confiança na internet e as relativas ao governo, parlamento e

partidos políticos é positiva e moderada a forte em Portugal, Espanha e França, inexistente em Itália, e negativa na Grécia (o que significa que, quanto mais os gregos confiam no que veem/leem na internet, menos credibilidade atribuem às instituições políticas, e vice-versa).

Em suma, estes dados apontam para que, em linhas gerais, a relação entre confiança nos *media* e nas instituições políticas seja forte, o que corrobora o argumento de que a primeira é, acima de tudo, uma dimensão de um construto mais amplo de confiança política. Contudo, são necessárias duas qualificações. Em primeiro lugar, as taxas de confiança nos meios de comunicação social tendem a ser muito superiores às taxas de confiança nas instituições políticas nacionais (Belchior 2015; ver capítulo 1), embora não necessariamente superiores aos níveis de confiança em instituições europeias (Belchior 2015). Em segundo lugar, existem várias exceções, como a Itália, a imprensa portuguesa ou a internet grega, em que esta correlação com a confiança nas instituições políticas não existe ou assume uma direção negativa.

Quadro 6 Correlações entre níveis de confiança nos *media* e nas instituições políticas na Europa do Sul (2000/2006-2016)

| PORTUGAL | | | | |
|------------|---------|----------|---------|----------|
| | TV | Imprensa | Rádio | Internet |
| Imprensa | 0,58*** | | | |
| Rádio | 0,82*** | 0,78*** | | |
| Internet | 0,83*** | 0,92*** | 0,89*** | |
| Governo | 0,76*** | 0,29 | 0,58** | 0,56* |
| Parlamento | 0,72*** | 0,20 | 0,67*** | 0,55* |
| Partidos | 0,59*** | -0,06 | 0,40* | 0,34 |
| ESPANHA | | | | |
| | TV | Imprensa | Rádio | Internet |
| Imprensa | 0,93*** | | | |
| Rádio | 0,90*** | 0,98*** | | |
| Internet | 0,83*** | 0,87*** | 0,87*** | |
| Governo | 0,90*** | 0,94*** | 0,91*** | 0,81*** |
| Parlamento | 0,94*** | 0,92*** | 0,89*** | 0,81*** |
| Partidos | 0,85*** | 0,85*** | 0,80*** | 0,79*** |
| FRANÇA | | | | |
| | TV | Imprensa | Rádio | Internet |
| Imprensa | 0,72*** | | | |
| Rádio | 0,70*** | 0,86*** | | |
| Internet | 0,80*** | 0,58* | 0,87*** | |
| Governo | 0,68*** | 0,58** | 0,61** | 0,56* |
| Parlamento | 0,61*** | 0,47** | 0,47** | 0,67** |
| Partidos | 0,62*** | 0,52** | 0,55** | 0,68** |
| GRÉCIA | | | | |
| | TV | Imprensa | Rádio | Internet |
| Imprensa | 0,94*** | | | |

| Rádio | 0,92*** | 0,97*** | | |
|------------|----------|----------|---------|----------|
| Internet | -0,74*** | -0,56* | -0,67** | |
| Governo | 0,93*** | 0,85*** | 0,87*** | -0,87*** |
| Parlamento | 0,89*** | 0,85*** | 0,91*** | -0,89*** |
| Partidos | 0,92*** | 0,88*** | 0,91*** | -0,82*** |
| ITÁLIA | | | | |
| | TV | Imprensa | Rádio | Internet |
| Imprensa | 0,66*** | | | |
| Rádio | 0,54** | 0,86*** | | |
| Internet | 0,86*** | 0,88*** | 0,73** | |
| Governo | 0,31 | 0,21 | 0,46* | 0,06 |
| Parlamento | 0,33 | 0,24 | 0,57** | 0,02 |
| Partidos | -0,11 | -0,01 | 0,33 | -0,28 |

Nota: Dados dos Eurobarómetros outono 2000-outono 2016; correlações calculadas pelo autor. Dados disponíveis em <http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/Chart/index>
Notas: *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01

Fatores explicativos da confiança nos *media* na Europa do Sul

A análise que se segue testa os fatores macro, relativos ao contexto e à *performance* dos meios de comunicação social, da confiança nos *media*, na senda de Ladd (2012) e Santana Pereira (2012). Estabelecem-se algumas hipóteses explicativas, que atribuem o estatuto de variável independente a dimensões dos sistemas mediáticos tais como o pluralismo político e partidário nos meios de comunicação social, a ética jornalística e a liberdade de imprensa (para uma análise comparativa e longitudinal destas dimensões nos cinco países em análise, ver Santana Pereira e Diniz de Sousa 2017). Os dados utilizados para operacionalizar estas dimensões foram recolhidos pelo projeto

Varieties of Democracy (Coppedge 2016). Para as variáveis dependentes confiança na televisão, nos jornais e na rádio, os modelos explicativos são testados no período global (2000/2006-2008) e em dois períodos específicos (2000-2007 e 2008-2016), de modo a verificar o papel interveniente ou moderador do grande contexto da crise das dívidas soberanas. A ausência de um número adequado de dados sobre confiança na internet antes de 2006 faz com que não tenha sido possível fazer esta análise bipartida também para esta variável.

As hipóteses a testar são as seguintes:

1. *A relação entre liberdade de imprensa e confiança nos media mainstream (televisão, imprensa, rádio) é positiva.*

Esta expectativa resulta do facto de que, na UE como um todo, as pressões políticas que restringem a liberdade de imprensa estavam, em 2010, associadas a taxas mais baixas de confiança nos *media* (Santana Pereira 2012). Usam-se duas medidas para operacionalizar o complexo conceito de liberdade de imprensa: um indicador de ausência de tentativas diretas ou indiretas de censura por parte do governo (*LI: Censura*, que reproduz a variável V-Dem *government censorship effort-media*, cujos valores são mais elevados quanto estas tentativas são raras) e uma medida de ausência de assédio a jornalistas por parte de agentes governamentais ou não governamentais poderosos (*LI: Assédio*, que reproduz a variável V-Dem *harassment of journalists*, em que valores mais elevados representam uma menor incidência deste fenómeno).

2. *A relação entre ética jornalística e confiança nos media mainstream (televisão, imprensa, rádio) é positiva.*

Mais uma vez, esta hipótese é inspirada pelos resultados de Santana Pereira (2012), que verificou que, em 2010, níveis elevados de profissionalização dos jornalistas estavam associados a taxas mais elevadas de credibilidade dos meios de comunicação social na UE. São usados dois indicadores de ética jornalística: a tendência para autocensura por parte dos jornalistas quando têm de tomar decisões sobre a cobertura de temas potencialmente sensíveis para o poder político (*EJ: Autocensura*, criada com os dados da variável V-Dem *media self-censorship*, em que valores mais elevados apontam para uma maior raridade destes comportamentos) e a abertura dos jornalistas à corrupção por parte de entidades governativas e não governativas (*EJ: Corrupção*, também construída com dados da variável V-Dem *media corrupt*, em que valores mais elevados traduzem igualmente uma menor proeminência deste tipo de comportamentos).

3. *A relação entre pluralismo político e partidário nos media e confiança nos media mainstream (televisão, imprensa, rádio) é positiva.*

Esta hipótese decorre da literatura que associa o ceticismo em relação aos *media* norte-americanos à crença na existência de um enviesamento a favor das fações políticas liberais, mas também do estudo comparativo de Santana Pereira (2012), que verificou que o equilíbrio político da televisão tinha um impacto positivo na credibilidade de que os meios de comunicação social gozavam na UE em 2010. São utilizadas duas medidas de pluralismo político. Uma delas é genérica, dizendo respeito à presença de diversidade nos *media* (*PPP: Diferentes Perspetivas*, que reproduz a variável V-Dem *print/broadcast media perspectives*, em que valores mais elevados correspondem a um maior pluralismo); a outra mede o pluralismo político-partidário de forma mais concreta: a presença de todos os principais partidos políticos nos

media e a imparcialidade na maneira como os mesmos são abordados (PPP: *Enviesamento*, que reproduz a variável V-Dem *media bias*, codificada da mesma maneira).

4. *A relação entre pluralismo político partidário, ética jornalística, liberdade de imprensa e confiança na internet será negativa.*

Esta hipótese baseia-se no pressuposto de que os meios de comunicação social *online* podem ser vistos como uma alternativa aos tradicionais – quando os cidadãos identificam problemas de diversidade, ética ou liberdade nos *media mainstream*, podem recorrer mais (passando a confiar mais nestes) aos meios alternativos.

No quadro 7, apresentamos os resultados de vários modelos de efeitos aleatórios destinados a testar estas hipóteses. Optou-se por este tipo de análise devido à natureza dos dados (séries temporais com um reduzido número de grupos de observações). Para cada variável dependente (taxa de confiança na televisão, na imprensa, na rádio e na internet), foi calculado um modelo que contém as variáveis de interesse e algumas variáveis de controlo¹¹ para certificar a robustez dos resultados obtidos. Nestes modelos de regressão, a unidade de análise é o país-inquérito (20/11 inquéritos realizados em cinco países entre 2000-2006 e 2016).

A análise do quadro 7 leva-nos, em linhas gerais, a aceitar como parcialmente válida a hipótese 1, que postula uma relação positiva entre confiança nos meios de comunicação *mainstream* e liberdade de imprensa. Efetivamente, à medida que as tentativas de censura do trabalho jornalístico por parte do governo se tornam mais raras, as taxas de confiança na televisão e na rádio (mas não na imprensa) são mais elevadas. Importa dizer que, neste conjunto de dados, a variação

desta variável independente é relativamente limitada: no pior dos casos, a censura existe, mas é limitada a assuntos sensíveis; no melhor, é rara e punida (Santana Pereira e Diniz de Sousa 2017). Ainda assim, esta dimensão tem um impacto claro na taxa de confiança em dois subsistemas de *media*. Contudo, o assédio a jornalistas por partes de entidades governamentais e não governamentais não está associado à confiança nos *media* neste contexto.

A hipótese 2 recebe também confirmação parcial (quadro 7). Há uma componente de ética jornalística fortemente associada à confiança nos meios de comunicação social tradicionais: trata-se da abertura dos jornalistas a tentativas de corrupção. Quanto mais raro e punido for este comportamento, maiores as taxas de confiança na televisão, imprensa e rádio. Mais uma vez, a variação deste fator é restrita: neste período, na Europa do Sul assiste-se, acima de tudo, a situações em que a corrupção de jornalistas é pouco frequente, mas não punida, ou raríssima e punida (Santana Pereira e Diniz de Sousa 2017). A autocensura por parte dos jornalistas – que usamos aqui como indicador adicional de (falta de) ética jornalística – não tem um impacto nas taxas de confiança nos *media mainstream*.

Os resultados dos vários modelos de regressão não permitem fornecer suporte empírico à hipótese 3 (quadro 7). Os indicadores de pluralismo político-partidário apresentam, de forma absolutamente inesperada, uma relação inversa com as taxas de confiança na televisão, imprensa e rádio. Contudo, isto não significa exatamente que quanto mais enviesado for o contexto mediático do ponto de vista político, maior será a confiança nos órgãos de comunicação social. Mais uma vez, é necessário ter em mente que, no conjunto de dados que analisamos, os dois indicadores de pluralismo variam pouco: por um lado, no que diz respeito à variedade

de perspetivas, a pior situação é aquela em que sistematicamente uma força política é ignorada, embora haja diversidade de perspetivas nos *media*; por outro, no caso do fator «enviesamento político-partidário», no pior dos casos existe uma tendência para uma atenção excessiva ao partido do governo, embora a cobertura do mundo político seja diversificada e imparcial (Santana Pereira e Diniz de Sousa 2017).

Como podemos então explicar estes resultados? Será que as pessoas preferem contextos ligeiramente menos plurais? Com os dados de que dispomos, não é possível dar uma resposta definitiva a esta pergunta, mas podemos avançar algumas hipóteses de explicação. Por um lado, um contexto absolutamente imparcial pode criar desconfiança nas audiências, especialmente quando há a expectativa de que certas forças políticas e/ou o governo sejam criticados. Afinal de contas, é bom não esquecer que estamos a analisar um período temporal que abrange a crise das dívidas soberanas e os seus efeitos avassaladores nos sistemas económico e político em vários países. Assim sendo, esta imparcialidade poderá ser mais suspeita aos olhos das audiências do que uma parcialidade congruente com o *zeitgeist* deste período. Por outro lado, os dados do *Varieties of Democracy* não nos permitem entender com clareza se a situação de diversidade reportada é efetivamente uma situação de pluralismo externo (com vários *media* muito enviesados a favor de determinada cor ou partido político) ou interno (com a maioria dos *media* individuais equilibrados). Se se tratar de um pluralismo externo, não é difícil perceber que os indivíduos podem olhar para os jornais ou canais próximos das ideologias políticas que não as suas como pouco dignos de confiança, e os próprios jornais podem entrar em trocas de acusações de enviesamento, o que, por sua vez, pode levar a níveis mais baixos de confiança nos *media*.

Por sua vez, a hipótese 4 postula efeitos negativos da diversidade, ética jornalística e liberdade de imprensa na confiança na internet. Isto porque se presume que: a) os indicadores do *Varieties of Democracy* tendem a espelhar, acima de tudo, as características dos meios tradicionais; e b) a internet é vista como um mundo alternativo, semi-independente dos grandes agentes do mercado mediático. Afinal, como vimos anteriormente, quanto menos confiam nos meios de comunicação social tradicionais, mais as pessoas recorrem a meios alternativos, frequentemente *online* (Jackob 2010; Tsfatí e Cappella 2003; Tsfatí e Peri 2006). Em linhas gerais, esta hipótese é confirmada (quadro 7): a confiança na internet é mais elevada em contextos em que há menos pluralismo em termos de perspetivas, bem como uma maior tendência para censura e autocensura. Curiosamente, estes três indicadores, usados para definir três aspetos inter-relacionados, mas independentes dos sistemas mediáticos, apontam todos na mesma direção – existe maior confiança nos meios alternativos *online* quando se entende que os *media* tradicionais não nos estão «a contar a história toda», quer porque são censurados ou porque os jornalistas se autocensuram, quer porque optam por ignorar sistematicamente determinadas perspetivas por outros motivos.

Por fim, vale a pena sublinhar que, controlando o efeito das outras variáveis, a passagem do tempo teve um efeito constrangedor dos níveis de confiança apenas no que à televisão diz respeito, e que as democracias da terceira vaga apresentam taxas de confiança na televisão e na internet ligeiramente mais altas, além de que a confiança nos partidos políticos (mas não no parlamento) é um fator relevante para todos os *media* tradicionais.

Quadro 7 Fatores explicativos da confiança nos *media* de comunicação social na Europa do Sul (2000/2006-2016)

| | Televisão | Imprensa | Rádio | Internet |
|-----------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| Constante | 2,97*** (0,42) | 0,43 (0,37) | 0,44 (0,37) | 1,40*** (0,33) |
| Ll: Censura | 0,17*** (0,05) | 0,05 (0,04) | 0,08** (0,04) | -0,07** (0,03) |
| Ll: Assédio | 0,01 (0,08) | 0,01 (0,07) | 0,03 (0,07) | 0,06 (0,06) |
| Ej: Autocensura | 0,06 (0,09) | 0,06 (0,08) | 0,01 (0,08) | -0,12* (0,07) |
| Ej: Corrupção | 0,67*** (0,10) | 0,48*** (0,08) | 0,38*** (0,08) | 0,03 (0,08) |
| PPP: Enviesamento | -0,16*** (0,06) | -0,15** (0,05) | -0,18*** (0,05) | -0,02 (0,04) |
| PPP: Diferentes Perspetivas | -1,87*** (0,21) | -0,61** (0,18) | -0,43** (0,19) | -0,28* (0,16) |
| Ano | -0,01** (0,001) | 0,01 (0,01) | 0,01 (0,01) | 0,01 (0,01) |
| Democracia da 3.ª Vaga | 0,08** (0,03) | 0,02 (0,02) | 0,03 (0,03) | 0,05** (0,02) |
| Confiança nos Partidos | 1,13*** (0,23) | 0,87*** (0,21) | 0,61*** (0,21) | 0,04 (0,18) |
| Confiança no Parlamento | -0,15 (0,13) | 0,01 (0,11) | 0,16 (0,12) | 0,12 (0,11) |
| N | 100 | 100 | 100 | 55 |
| R ² geral (%) | 76,3 | 63,5 | 64,0 | 49,6 |

Notas: *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01

No quadro 8, reproduzimos o modelo explicativo testado acima em dois momentos temporais distintos, com o propósito de perceber se o contexto macro criado pela crise das dívidas soberanas veio sublinhar ou restringir o papel explicativo de algumas destas variáveis. Conforme mencionámos anteriormente, esta análise refere-se apenas à confiança

nos *media* tradicionais – televisão, imprensa e rádio – por ausência de um conjunto suficiente de dados sobre confiança na internet antes de 2008.

Os vários modelos testados permitem validar parcialmente a hipótese 1 nos dois períodos, especialmente, e mais uma vez, no que ao papel da ausência de censura diz respeito. De facto, quanto mais ausentes do panorama mediático estão as tentativas de censura, mais elevados são os níveis de confiança na televisão, imprensa e rádio. O quadro torna-se consideravelmente mais complexo quando verificamos o impacto das variáveis relacionadas com a ética jornalística (hipótese 2). Por um lado, o efeito positivo da ausência de abertura a tentativas de corrupção verifica-se apenas após 2008, e no caso da televisão e da imprensa. Por outro, a autocensura fomenta a confiança antes de 2008 e erode-a no período mais recente. Como podemos entender este último resultado? Uma hipótese de leitura é que se tenham tido em conta diferentes modalidades de autocensura nos dois períodos: se a autocensura medida se referia a uma tendência dos jornalistas para explorar temáticas sensíveis por motivos sensacionalistas, ultrapassando os limites do que se supunha aceitável, naturalmente que o impacto na confiança seria positivo, e as pessoas premiariam com confiança esse filtro; por outro lado, se a autocensura implicava a não exploração de temáticas sensíveis mais relevantes – como muitas das que ganharam saliência social e política após a crise das dívidas soberanas –, isso levaria naturalmente a uma restrição da confiança. Por fim, os indicadores de pluralismo político-partidário (hipótese 3) apresentam também padrões distintos para os dois períodos, com padrões erráticos do fator que mede o enviesamento e uma tendência para que a pluralidade de perspetivas seja premiada antes de 2008 (como hipotetizado) e punida após o eclodir da crise das dívidas soberanas (como observado e explicado anteriormente), mas apenas no caso da imprensa e da rádio.

Quanto às variáveis de controlo, o primeiro resultado interessante é o facto de que a confiança nestes três meios de comunicação social só está relacionada com a confiança nas instituições políticas no período pós-2008. Por sua vez, é curioso verificar que no período mais recente a relação entre a passagem do tempo e a evolução da confiança é tendencialmente positiva, possivelmente devido ao período de recuperação que identificámos na figura 10, e que é abrangido pelos nossos dados. Antes de 2008, porém, havia uma tendência estatisticamente significativa de decréscimo de confiança na televisão à medida que o tempo passava.

Quadro 8 Fatores explicativos da confiança nos *media* na Europa do Sul (antes e depois de 2008)

| | TELEVISÃO | | IMPRESA | | RÁDIO | |
|-----------------------------|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2000-2007 | 2008-2016 | 2000-2007 | 2008-2016 | 2000-2007 | 2008-2016 |
| Constante | 1,00 (0,98) | 2,37*** (0,65) | -2,21** (0,85) | 0,82* (0,47) | -2,19** (0,88) | 0,39 (0,47) |
| Ll: Censura | 0,93*** (0,32) | 0,20*** (0,05) | 0,63** (0,29) | 0,12*** (0,03) | 0,85*** (0,29) | 0,13*** (0,04) |
| Ll: Assédio | 0,23 (0,17) | 0,05 (0,10) | 0,13 (0,14) | 0,05 (0,08) | 0,06 (0,15) | 0,07 (0,07) |
| Ej: Autocensura | -0,49*** (0,15) | 0,24** (0,11) | -0,45*** (0,13) | 0,24*** (0,08) | -0,46*** (0,13) | 0,15* (0,08) |
| Ej: Corrupção | 0,01 (0,32) | 0,63*** (0,18) | -0,07 (0,28) | 0,27*** (0,14) | -0,29 (0,29) | 0,20 (0,13) |
| PPP: Enviesamento | -0,27*** (0,10) | -0,19 (0,12) | -0,27*** (0,08) | -0,14 (0,08) | -0,38** (0,08) | -0,19** (0,09) |
| PPP: Diferentes Perspetivas | -0,86*** (0,54) | -1,95*** (0,30) | 0,85* (0,47) | -0,94*** (0,22) | 1,11** (0,48) | -0,53** (0,22) |
| Ano | -0,01*** (0,002) | 0,02** (0,01) | 0,01 (0,01) | 0,03*** (0,01) | -0,01 (0,01) | 0,02*** (0,004) |

| | TELEVISÃO | | IMPRESA | | RÁDIO | |
|--------------------------|----------------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | 2000-2007 | 2008-2016 | 2000-2007 | 2008-2016 | 2000-2007 | 2008-2016 |
| Democracia da 3.ª Vaga | 0,04 (0,07) | 0,02 (0,05) | 0,07 (0,06) | -0,06 (0,03) | 0,06 (0,06) | -0,04 (0,03) |
| Confiança nos Partidos | 0,51 (0,32) | 1,75*** (0,37) | -0,17 (0,28) | 1,11*** (0,27) | -0,34 (0,29) | 0,75*** (0,27) |
| Confiança no Parlamento | 0,10 (0,15) | -0,32 (0,23) | 0,12 (0,13) | 0,08 (0,17) | 0,15 (0,14) | 0,30* (0,17) |
| N | 60 | 40 | 60 | 40 | 60 | 40 |
| R ² geral (%) | 80,8 | 84,7 | 70,1 | 83,7 | 66,8 | 82,6 |

Nota: *p < 0,1; **p < 0,05; ***p < 0,01

Conclusão

Neste capítulo, procedeu-se à análise dos padrões, da evolução, dos correlatos e dos fatores da confiança nos meios de comunicação social nas cinco democracias da Europa do Sul (Portugal, Espanha, França, Grécia e Itália) nos últimos 16 anos. Procurou-se verificar a estabilidade (ou volatilidade) deste importante componente da cultura política, deslindar a sua relação com a confiança em instituições políticas formais, e verificar quais os fatores associados ao contexto e ao desempenho dos *media* que estão associados aos níveis de confiança nos meios de comunicação social nesta região do continente europeu, replicando a análise de Santana Pereira (2012) num contexto longitudinal, com recurso a um conjunto de dados mais rico.

Os resultados da análise aqui reportada apontam para que esta região seja bastante diversificada em termos de padrões de confiança, com Portugal a constituir um caso diferente devido às elevadas taxas de confiança na televisão, Espanha e França a apresentarem padrões similares em que a rádio se apresenta como o meio mais credível, e Itália e

Grécia, contextos em que não existe grande diferença entre as taxas de confiança – em linhas gerais, bastante modestas – nos diferentes meios de comunicação social. Se é verdade que a confiança é fator *sine qua non* para a ocorrência de efeitos persuasivos e cognitivos da exposição aos *media*, como vários trabalhos defendem (veja-se, por exemplo, Eagly e Chaiken 1993; Iyengar e Kinder 1987; Kinder 2003), existe assim a possibilidade de que a televisão portuguesa seja muito mais relevante do que a grega ou a italiana, e de que a internet desempenhe atualmente um papel mais forte na Grécia e Itália do que na França.

Em termos de evolução da confiança nos *media* nos últimos 16 anos, o principal padrão observado é uma quebra drástica temporalmente coincidente com a crise das dívidas soberanas e a crise política que se lhe seguiu, observável com especial clareza em Espanha e na Grécia, e de forma mais modesta em Portugal e Itália. Nos últimos anos, porém, nestas quatro democracias do Sul da Europa a tendência é de recuperação. A confiança nos *media* aparenta ser, tal como a confiança nas instituições políticas nacionais e europeias, bastante sensível ao *zeitgeist* político e económico.

Em linhas gerais, a confiança nos órgãos de comunicação social está moderadamente relacionada com a confiança em instituições políticas *stricto sensu*, tais como o parlamento, o governo ou os partidos políticos, embora nos modelos multivariados apenas a confiança nos partidos seja relevante. Se, por um lado, estes resultados podem reforçar a opinião de alguns analistas de que a confiança nos meios de comunicação social é, nas democracias contemporâneas, um mero componente de uma dimensão complexa de confiança nas instituições políticas que agrega entidades formais e não formais, por outro é necessário salientar o papel explicativo de variáveis diretamente

relacionadas com a natureza e o desempenho dos sistemas mediáticos (que é resumido em seguida) bem como a especificidade de alguns países e subsistemas de *media*. De facto, em Itália este fenómeno pura e simplesmente não se observa; em Portugal a confiança na imprensa é independente da confiança nas instituições políticas, e na Grécia a confiança na internet aumenta à medida que decresce a confiança em tais instituições. Não deixa de ser surpreendente que, num sistema mediático tão politizado como o italiano (Hallin e Mancini 2004; Brüggemann *et al.* 2014; Santana Pereira 2012; 2015), a confiança nos *media* e nas instituições políticas formais aparente não estar associada, o que permite levantar a hipótese de que os indivíduos não avaliam os órgãos de comunicação social, flagrantemente ideológicos, da mesma maneira que avaliam as instituições políticas formais. De modo similar, merece especial atenção o facto de que em Portugal – país da Europa do Sul em que o mercado da imprensa é mais frágil e mais associado a estratégias de comunicação horizontal entre elites (as estimativas apontam para que o leitorado regular dos jornais corresponda a menos de dez por cento da população, cf. Santana Pereira 2015; ver também Hallin e Mancini 2004) – a imprensa suscite níveis de confiança independentes dos depositados nas instituições políticas formais, povoadas por essas mesmas elites. Por fim, os órgãos de comunicação social gregos presentes na internet aparentam estar a servir o mesmo propósito da *talk radio* e de outros meios de comunicação alternativos nos EUA: fornecer informação e criar laços de confiança com cidadãos céticos em relação aos *media* tradicionais.

Quando procurámos explicar as diferentes taxas de confiança nos meios de comunicação social na Europa do Sul, observámos que a ausência de tentativas de censura por parte do governo e de corrupção

generalizada por parte dos jornalistas tende a estar associada a níveis mais elevados de confiança nos *media* tradicionais. Por outras palavras, a ética jornalística e a liberdade de imprensa, especialmente nas dimensões mais diretamente associadas aos conteúdos veiculados, são essenciais para a confiança nos velhos meios de comunicação social. Por sua vez, as tentativas de censura, a tendência de autocensura por parte dos jornalistas e uma menor diversidade em termos de perspetivas políticas nos meios *mainstream* fomentam a confiança na internet, cujos conteúdos serão vistos – presumivelmente e por enquanto – como menos propensos aos males e pecados dos veiculados pelos órgãos tradicionais. Um resultado intrigante, que requer uma exploração empírica mais cuidadosa em estudos futuros, é o facto de, neste contexto e ao longo destes anos, um maior pluralismo e menor enviesamento estarem associados não a mais elevados, mas a mais baixos níveis de confiança na televisão, na imprensa e na rádio. Apesar de se tratar de um resultado que se pode dever exclusivamente ao contexto particular analisado neste capítulo bem como aos dados utilizados, valerá a pena lançar nova luz sobre este tema em investigação futura.

Merece ainda destaque o facto de o modelo explicativo aqui testado resultar em padrões distintos antes e depois do eclodir da crise das dívidas soberanas, nomeadamente devido ao efeito diferencial de variáveis como a confiança nos partidos políticos, a autocensura e a diversidade de perspetivas nos dois períodos. Esta diferença permite-nos sugerir que, efetivamente, aquilo que os cidadãos valorizam e os critérios que utilizam para aferir a credibilidade dos *media* variam de acordo com o contexto macro em termos sociais, económicos e políticos.

Em suma, da análise aqui apresentada resultam quatro grandes conclusões. Em primeiro lugar, apesar da sua inserção na mesma categoria no

que aos seus sistemas mediáticos diz respeito, os países da Europa do Sul são bastante diversos não apenas em termos das características e do desempenho específico de tais sistemas, mas também na confiança que inspiram nas populações que servem. Em segundo lugar, fortes crises político-económicas podem ter um impacto tanto na confiança nas instituições políticas como nos *media*, embora tal impacto pareça estar já a ser revertido, e a sua magnitude varie consoante o país e o tipo de meio de comunicação social em análise. Em terceiro lugar, os europeus do Sul tendem a confiar nos órgãos de comunicação tradicionais porque acreditam nas instituições políticas que regem as suas democracias (em particular nos partidos) e nos meios *online* quando são cétricos em relação às mesmas, mas o papel da ética jornalística, da liberdade de imprensa e da diversidade de perspetivas está longe de ser despreciando. Por fim, a haver uma crise de credibilidade dos *media*, esta não assume a mesma magnitude em toda a região (sendo muito mais intensa na Grécia e Itália do que em Portugal), e a sua resolução parece estar, pelo menos em parte, ao alcance dos próprios *media*, através da adoção e visibilidade de boas práticas jornalísticas.

Capítulo 4

Atitudes em relação à União Europeia

Introdução

As atitudes de identificação, satisfação e confiança na UE correspondem a instâncias de apoio popular ao projeto de integração europeia (Norris 1999). Embora a UE, enquanto sistema de governo multinível, possa ser vista como uma entidade distante e por vezes opaca, a literatura revela que os cidadãos nutrem atitudes em relação à Europa comunitária e às suas instituições que interessa compreender e estudar, nomeadamente pelo seu potencial impacto, quer em termos de comportamento de voto nas eleições europeias (Reif e Schmitt 1980; Schmitt e Teperoglou 2015), quer em referendos sobre a adesão ou o aprofundamento da integração (cf. Henjak, Tóka e Sanders 2012; Hobolt e Vries 2016). Neste último capítulo, analisamos um conjunto de indicadores que nos permite caracterizar as atitudes em relação à Europa prevaletentes nos cinco países da Europa do Sul.

Este capítulo tem por objetivo levar a cabo uma análise simultaneamente comparativa e longitudinal das atitudes de apoio político dos cidadãos da Europa do Sul em relação à UE, focando em particular a identidade europeia, o apoio ao projeto europeu (através da análise das atitudes relativas à integração), a confiança em instituições europeias fundamentais (Comissão Europeia e o Parlamento Europeu) e a satisfação com o modo de funcionamento da democracia europeia. Esta seleção corporiza a nossa definição multidimensional de cultura política

em termos europeus e mede tanto as formas de apoio difuso como específico à UE, operacionalizando várias dimensões do modelo de Norris (1999). Mais do que mapear os padrões de evolução destes indicadores nas últimas décadas, o principal propósito da investigação aqui reportada é o de verificar se, neste conjunto de países, são os fatores conjunturais, nomeadamente os de natureza económica, os principais determinantes das atitudes em relação à UE, ou se estas espelham, acima de tudo, o modo como os cidadãos olham para a esfera política e institucional a nível nacional (cf. Sánchez-Cuenca 2000).

Pretende-se também verificar se as dimensões de natureza económica, institucional e política têm pesos diferentes antes e depois da eclosão da crise das dívidas soberanas, através da comparação dos dados recolhidos nos períodos de 1986-2007 e 2008-2016. Por outras palavras, testa-se no contexto da Europa do Sul um conjunto de hipóteses decorrentes de estudos que olharam para a Europa comunitária como um todo, incluindo também dados mais recentes, e distinguindo entre os períodos de normalidade e o advento da crise da Zona Euro.

Finalmente, uma característica inovadora deste capítulo face a investigações anteriores é o recurso às variáveis recolhidas, trabalhadas e disseminadas no âmbito do projeto V-Dem, o que permite desagregar

variáveis explicativas como a «qualidade de governo» ou o «desempenho institucional» em dimensões mais concretas. Desta forma, é possível identificar de modo mais preciso os contornos da relação entre a evolução de aspetos particulares do funcionamento do sistema político, por um lado, e a sua cultura política, por outro.

A fim de dar resposta aos objetivos acima enunciados, a análise desenvolvida neste capítulo procede em duas etapas. Num primeiro momento, descreve-se a evolução de uma série de indicadores que permitem caracterizar, de forma multidimensional, as atitudes dos cidadãos da Europa do Sul no que respeita à integração comunitária. Em segundo lugar, procuram-se explicações para as variações encontradas, de modo a perceber o peso relativo dos fatores institucionais, conjunturais e políticos na evolução dos indicadores selecionados, bem como se o peso relativo destes fatores se alterou em função da crise financeira.

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Primeiramente, procedemos à descrição longitudinal de uma bateria de indicadores dos inquéritos do Eurobarómetro que medem sentimentos de pertença/identidade europeia, satisfação com a democracia europeia, atitudes favoráveis à pertença do país à UE, e confiança nas instituições europeias, enquadrando os padrões identificados com a literatura sobre o tema. Continuamos com uma análise explicativa que procura testar o impacto de três grupos de variáveis sobre a variação das atitudes dos cidadãos em relação à UE: conjuntura económica, variáveis político-institucionais e atitudes face à democracia a nível nacional. A análise desenvolve-se em duas fases: na primeira examinamos os fatores associados à evolução da opinião pública ao longo de todo o período para o qual dispomos de dados, recuando até 1986; na segunda etapa, conduzimos análises separadas para os períodos anterior e posterior ao início

da crise das dívidas soberanas, testando de que forma um lote comum de variáveis independentes exerce efeitos semelhantes ou distintos nestes dois intervalos de tempo.

Deste estudo emergem duas conclusões principais, que se desenvolvem na secção final. A primeira conclusão é que são, sobretudo, o desempenho da economia e a forma como os cidadãos avaliam o sistema político nacional que mais influenciam os níveis de apoio em relação à UE. Isto é verdade para as várias dimensões de apoio à UE, com parcial exceção da identificação, que parece variar pouco em função dos fatores selecionados, salvo a satisfação com a democracia a nível nacional. Em segundo lugar, demonstra-se que as evoluções da conjuntura económica e das políticas sociais só passaram a estar significativamente associadas a alterações na opinião pública sobre a UE a partir do início da crise na Zona Euro.

Evolução das atitudes em relação à UE na Europa do Sul (1973-2016)

A Europa do Sul é uma região caracterizada por alguma diversidade no que diz respeito ao relacionamento dos países que a compõem com o projeto europeu. Por um lado, encontramos dois países fundadores da CEE na década de 1950 (França e Itália) e três países que só vieram a integrar a Europa comunitária muito mais tarde, nos anos 1980, após a sua transição para a democracia (Grécia, Espanha e Portugal). Por outro, o peso relativo dos países nas instituições europeias é também distinto, sendo a França considerada como uma das duas nações-chave (a par da Alemanha), a Itália e, em certa medida, a Espanha recolhendo dividendos da sua dimensão populacional e da sua relevância económica, e Portugal e Grécia relegados ao papel de países de dimensão média/pequena, que

têm de recorrer ao *soft power* para fazer valer os seus interesses nas esferas de decisão europeia (Trechsel *et al.* 2014). Especialmente por causa das novas democracias ibéricas e grega, durante muito tempo a Europa do Sul foi demarcada como um espaço onde vigoravam níveis elevados de entusiasmo em relação à UE (Conti, Cotta e Almeida 2010; Sanders, Magalhães e Tóka 2012; Verney 2011).

Nesta secção, procede-se à caracterização da cultura política dos países da Europa do Sul no que toca à relação dos cidadãos face ao projeto europeu. Fazemos uso da conceptualização de Norris (1999) para identificar as dimensões em relação às quais os países da Europa do Sul apresentam padrões comuns ou diferenciados. Mais concretamente, examinamos a evolução dos indicadores nas seguintes dimensões:

1) sentimento de identidade europeia; 2) avaliação da pertença à UE; 3) satisfação com o funcionamento da democracia à escala europeia; e 4) confiança nas instituições comunitárias. A análise deste conjunto relativamente amplo de indicadores acarreta várias vantagens. Por um lado, permite mapear de forma mais completa a evolução das atitudes face à Europa e compreender até que ponto a evolução das diversas dimensões conflui ou diverge. Por outro, ter em conta o grau de confiança depositado em diferentes instituições comunitárias permite-nos destringir em que medida é que os cidadãos desenvolvem atitudes diferenciadas em função do objeto em causa. Assim, esta abordagem tem a vantagem de fornecer uma leitura mais detalhada do que uma mera oposição binária entre atitudes pró e anti-integração.

Como vimos acima, uma das dimensões mais importantes no estudo da cultura política prende-se com o apego expresso pelos cidadãos relativamente à comunidade política em que estão inseridos (Easton 1965; 1975). Perceber em que medida os cidadãos da Europa do Sul se

consideram parte integrante da UE é, assim, um primeiro passo para podermos aferir o modo como concebem a própria comunidade e o lugar que nela desempenham.

De acordo com os estudos existentes, a *identidade europeia* tende a ser mais forte no sul do que no norte da Europa. Se o alargamento da UE a norte na década de 1970 (com a inclusão do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca) significou a integração, no seio das fronteiras da CEE, de públicos euro-distantes, o alargamento a sul na década de 1980 (Grécia, Espanha, Portugal) concretizou a adesão de povos com um forte sentimento europeu, bastante semelhante ao dos seus países fundadores (Scheuer 1999; Isernia *et al.* 2012). No entanto, a Europa do Sul não é homogénea. Em meados dos anos 1990, havia uma considerável variação entre os países que a compunham, com uma proporção de cidadãos que se sentiam europeus muito mais elevada em Itália e França do que em Portugal e Espanha, e muito pouco expressiva na Grécia (Scheuer 1999). Mais recentemente, Isernia *et al.* (2012) sugeriram que a variação dentro de cada país, ao longo do tempo, é mais ténue do que as diferenças entre países.

Até que ponto é possível observar estes padrões através da análise de um período mais amplo? A série temporal mais apropriada de que dispomos para avaliar este indicador para os cinco países em causa foi iniciada em 1991 e vai até 2016, ano a partir do qual o Eurobarómetro passou a incluir regularmente uma questão sobre a pertença a diferentes níveis territoriais, desde a cidade ou povoação até à CEE/UE.

Na figura 11, retrata-se a evolução temporal das respostas no que concerne ao sentimento de identidade europeia. Em traços gerais, é possível afirmar que, no conjunto dos cinco países, o sentimento

de pertença relativamente à CEE/UE tem vindo a deteriorar-se, em diferentes graus, sendo esta queda especialmente expressiva em Itália e na Grécia. Em Itália, a proporção daqueles que se diziam sentir relativamente ligados à CEE/UE desceu entre 2005 e 2016 de praticamente 50 % para 35 %, com um aumento concomitante da proporção dos que não se sentem de todo ligados. Na Grécia, a proporção de cidadãos que afirmam sentir-se pouco ligados subiu de cerca de 30 % em 1991 para 40 % em 2016, tendo descido para níveis irrisórios a proporção daqueles que se diziam muito ligados à CEE/UE. Em Portugal, a proporção dos que se consideram muito ligados atingiu um máximo de cerca de um quinto da população em 1999, descendo para 6 % em 2016. Em Espanha e em França, observamos uma menor amplitude nas variações ao longo do tempo, afetando, sobretudo, as categorias intermédias de pertença. Ainda assim, em nenhum destes dois países são observáveis sinais de uma erosão significativa do sentimento de pertença à CEE/EU (embora mais em França do que em Espanha). Em 2016, foi especialmente na Grécia, mas também em Itália e Portugal, que os sentimentos de pertença atingiram valores mais baixos por comparação com os valores registados na viragem do século. Desta forma, é possível observar que o sentimento de identificação com a UE não é estático e que existem dinâmicas específicas entre países que levam a que as flutuações não sejam homogêneas na Europa do Sul como um todo.

O que dizer sobre o *apoio à integração*? De um modo geral, e pelo menos até há muito pouco tempo, tanto a nível das elites (Conti, Cotta e Almeida 2010; Conti 2010) como dos cidadãos (Verney 2011), os países da Europa do Sul exibiam níveis mais elevados de euroentusiasmo quando comparados com as outras regiões da Europa. Do ponto

de vista das elites, existia por parte dos partidos *mainstream* um relativo consenso sobre os benefícios da adesão à UE e um forte apoio ao projeto europeu desde o seu começo (Conti 2010; Moreira *et al.* 2010; Conti, Cotta e Almeida 2010; Sanches e Santana Pereira 2010; Santana Pereira e Sanches 2014). Este posicionamento pró-europeu, especialmente visível no caso das elites governativas de Portugal, Espanha e Grécia, fazia parte de um discurso mais amplo que estabelecia um nexos entre integração europeia, democratização e desenvolvimento (Verney 2011; Conti 2010). Os primeiros anos após a adesão à UE são de euroentusiasmo, e durante grande parte das décadas de 1980 e 1990 as posições mais eurocéticas localizavam-se nas margens do espectro ideológico esquerda-direita (Sanches e Santana Pereira 2010; Hubé e Rambour 2010; Mir *et al.* 2010). Quanto à opinião pública, no período pré-Maastricht os níveis de euroceticismo dos povos do Sul da Europa (França excluída) – medidos por avaliações sobre até que ponto a pertença do seu país à UE é «uma coisa boa» – estavam abaixo da média europeia, com a Grécia a evidenciar menor entusiasmo em relação à adesão entre os novos Estados-membros (Verney 2011). Norris (1999) observou uma tendência decrescente na proporção de europeus que, ao longo das décadas de 1970 e de 1990, expressavam apoio aos princípios do regime comunitário, considerando a pertença do seu país à CEE/UE como «uma coisa boa». Porém, na década de 1980, quando as três novas democracias da Europa do Sul passam a estar incluídas na Europa comunitária (e no espectro de países em que são realizados inquéritos do Eurobarómetro), a tendência é de crescimento das avaliações positivas da pertença à CEE/UE.

Com o aprofundamento do processo de integração europeia, nomeadamente com a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992, o quinto

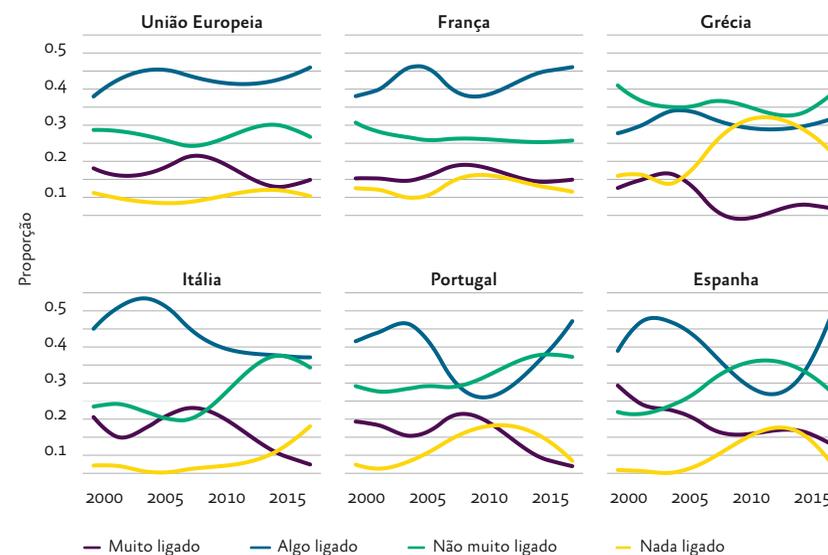
alargamento da UE a leste em 2004 (implicando a adesão de dez novos Estados-membros), a aprovação da nova Constituição Europeia e o Tratado de Lisboa, o espectro do euroceticismo ter-se-á ampliado (Verney 2011). Se, por um lado, os partidos *mainstream* se tornaram mais pragmáticos e mais críticos à medida que o processo de integração europeia avançava, por outro, os níveis de polarização em torno das questões europeias tornaram-se mais evidentes em França e Itália do que nos restantes países da Europa do Sul (Conti, Cotta e Almeida 2010; Hubé e Rambour 2010; Schmitt e Freire 2012).

Os nossos dados apontam efetivamente para uma quebra na avaliação da pertença à UE nesta zona do continente em tempos recentes. A série temporal a que aqui se recorre baseia-se nas respostas à pergunta «De uma maneira geral, pensa que o facto de [o seu país] fazer parte da União Europeia é...», sendo as hipóteses de resposta «uma coisa boa», «uma coisa má», «uma coisa nem boa, nem má». Os vários países apresentam trajetórias com diferenças assinaláveis (figura 12).

Genericamente, encontramos uma subida progressiva das avaliações da pertença à UE até ao início dos anos 1990, época marcada por um pico de avaliações positivas em todos os países. As trajetórias subsequentes variam entre quedas ao longo de todo o período (Itália) e evoluções mais «acidentadas» (França, Espanha, Grécia e Portugal). Em Itália, a proporção de cidadãos que considerava, em 2016, que o facto de o seu país pertencer à UE era positivo reduziu para metade face aos valores observados na década de 1970. Na Grécia, as três avaliações (positiva, neutra e negativa) apresentaram em 2016 proporções semelhantes entre a população. Por outro lado, foi em Espanha que uma fatia maior da população considerou, em 2016, a pertença à UE como

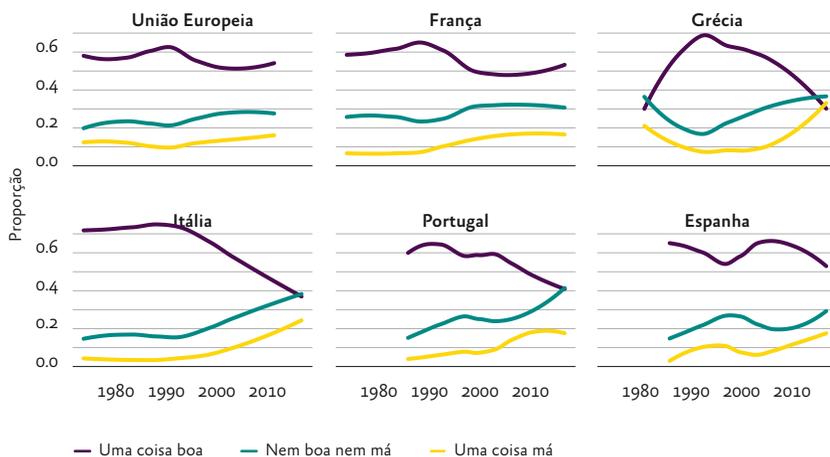
algo positivo. Quanto a Portugal, depois de uma queda vincada das apreciações positivas entre 2009 e 2012 (ano em que cerca de um terço da população considerava que a pertença era uma coisa má), registou nos anos mais recentes um aumento da proporção de inquiridos que expressa um posicionamento neutro relativamente às vantagens resultantes da pertença à UE (tal tendência também é evidente no caso da Grécia e da Itália).

Figura 11 Sentimento de identidade europeia



Fonte: Eurobarómetro.
 Questão: «Em que medida se sente ligado à União Europeia?»

Figura 12 Avaliação da pertença à UE



Fonte: Eurobarómetro.

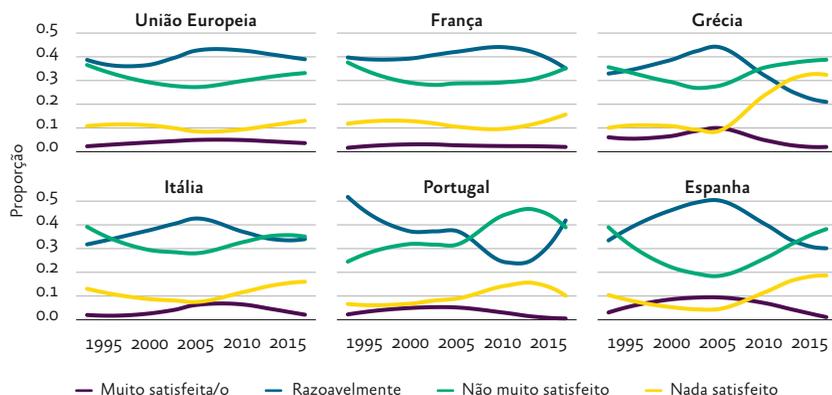
Nota: Pergunta «De uma maneira geral, pensa que o facto de [o seu país] fazer parte da União Europeia é...»

A terceira variável cuja evolução aqui se traça é a *satisfação com o modo como funciona a democracia a nível europeu*. Em 1994, havia um relativo equilíbrio entre cidadãos satisfeitos *versus* insatisfeitos com o funcionamento da democracia na Europa, sendo que em Portugal a taxa de satisfação era superior à média europeia (de 49 %), a da França era semelhante e a dos três restantes países da Europa do Sul era inferior (Itália e Espanha) ou bastante inferior (Grécia) à média europeia (Norris 1999). Quinze anos depois, na Europa do Sul a clivagem passa a ser entre Portugal e Grécia (em que apenas dois em cada cinco cidadãos expressam satisfação com o funcionamento da democracia a nível europeu) e os restantes países, cujas taxas são iguais ou ligeiramente superiores à média europeia de 56 % (Hobolt 2012). Mas o que se terá passado após a eclosão da crise das dívidas soberanas?

Mais uma vez, recorremos aos dados do Eurobarómetro. Desde 1993 que a questão «De uma maneira geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia na União Europeia?» tem sido colocada regularmente aos inquiridos pelo Eurobarómetro. A evolução da frequência das respostas reproduz-se na Figura 13.

Nos cinco países aqui analisados é possível identificar três grandes trajetórias desta variável. A primeira delas é evidenciada pela França, cuja evolução é relativamente estável, mas com uma descida moderada dos níveis de satisfação em anos recentes. A segunda trajetória corresponde aos casos de Espanha, Itália e Grécia, onde os níveis de satisfação com o funcionamento da democracia europeia atingiram um pico em 2008, tendo descido significativamente desde então. Entre estes países, Espanha apresenta o pico mais elevado de satisfação em 2008, e a Grécia regista a queda mais acentuada, com um terço dos cidadãos a descreverem-se como «nada satisfeitos» com o funcionamento da democracia europeia, em 2016. Finalmente, a terceira trajetória corresponde ao caso português, onde se observa uma descida consistente dos níveis de satisfação, cujo início é anterior ao advento da crise e que perdurou até 2013, ano a partir do qual se começou a registar uma subida. Observando os dados de 2016, é em Portugal que uma maior fatia da população se considera razoavelmente satisfeita com o funcionamento da democracia na UE. Em suma, nos cinco países aqui considerados, o advento da crise coincidiu com um incremento da insatisfação em relação ao funcionamento da democracia europeia. Ainda assim, este aumento teve magnitudes distintas e, no caso português, veio na sequência de uma tendência que já era anterior.

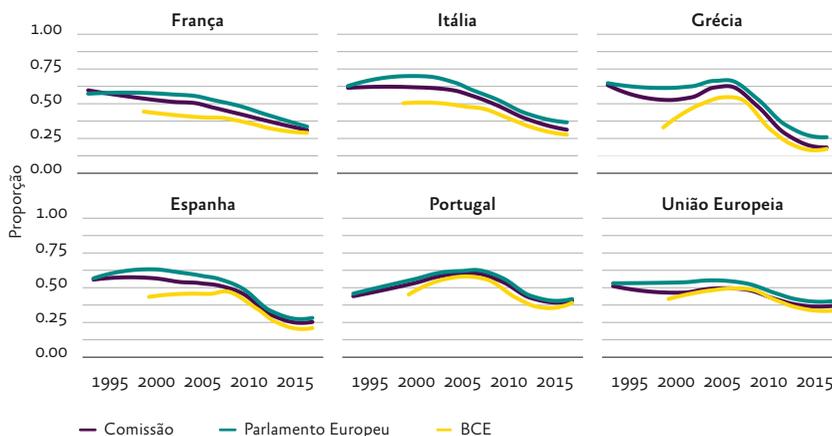
Figura 13 Satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia



Fonte: Eurobarómetro.

Pergunta: «De uma maneira geral, está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia na União Europeia?»

Figura 14 Confiança no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia e no Banco Central Europeu



Fonte: Eurobarómetro.

Pergunta: «Para cada uma das seguintes instituições, gostaria que me dissesse se tende a confiar ou a não confiar na mesma.»

Quanto à *confiança nas instituições europeias*, Norris (1999) reporta que, em 1996, Portugal era o único país da Europa do Sul em que a confiança na CE e no PE era inferior à média europeia. Por sua vez, Torcal, Muñoz e Bonet (2012) verificaram que no período 1994-2006 os países que acederam à UE nos anos 1980 tinham mais confiança no PE do que os restantes, destacando o caso de Portugal, onde os níveis de confiança tinham subido do patamar mais baixo para um dos mais elevados. Contudo, os estudos mais recentes reportam um decréscimo considerável dos níveis de confiança nas instituições europeias nos países mais afetados pela crise das dívidas soberanas (Mungiu-Pippidi 2015; ver também Belchior 2015).

A nossa análise da evolução da confiança depositada em três instituições europeias – CE, PE e BCE¹² – corrobora estes padrões. A avaliação dos níveis de confiança nestas instituições revela algumas semelhanças entre os cinco países (figura 14). Em todos eles, a tendência geral é de redução dos níveis de confiança nas instituições europeias. Na viragem do século, o PE recolhia a confiança de praticamente três quartos da população de Espanha, Grécia e Itália, e de cerca de 65 % da população em França e Portugal. Em contraste, nos anos mais recentes, os níveis de confiança em relação a qualquer uma das instituições não chegaram aos 50 % em nenhum dos países. Por outro lado, há algumas dissonâncias de avaliação em relação às várias instituições: enquanto o PE é geralmente a instituição que recolhe níveis mais elevados de confiança, o BCE tende a receber os níveis de confiança mais baixos por parte dos inquiridos. Este padrão observa-se, sobretudo, em Itália, sendo mais ténue em Portugal, país em que os níveis de confiança nas três instituições tendem a exibir uma menor variação. Contudo, mesmo nos outros países, as diferenças têm vindo a perder significância.

Os fatores explicativos das atitudes em relação à CEE/UE na Europa do Sul

Tendo em conta a evolução apresentada na secção anterior, assim como os resultados de estudos já publicados, procuramos agora testar diferentes hipóteses explicativas do apoio à UE. Esta análise será conduzida em duas etapas. Na primeira parte testamos a força das explicações previstas na literatura sobre o universo das variáveis que medem as atitudes relativamente à UE e utilizamos as séries de dados temporais disponíveis para cada uma delas, entre 1986 e 2015 (ver nota ao quadro 9). Na segunda parte, levamos a cabo um exercício comparativo com o objetivo de examinar se um mesmo lote de variáveis independentes tem efeitos semelhantes ou diferentes na satisfação com a democracia europeia, nos padrões de confiança no PE e na CE, antes e depois do início da crise das dívidas soberanas (2008). Como explicaremos mais adiante, centramo-nos apenas nestas variáveis porque são aquelas para as quais possuímos um número razoável de observações, por país, para poder prosseguir com a análise estatística. Assim, pretende-se aferir em que medida o período da crise constitui um momento de transformação relativamente aos diversos fatores associados às atitudes face à UE, ou se, pelo contrário, se verifica uma continuidade face ao período antecedente.

Determinantes das atitudes em relação à CEE/UE entre 1986-2016

Na primeira etapa da análise, as hipóteses a testar serão cinco: as primeiras três lidam com fatores de natureza política e as restantes são de cariz político-económico ou meramente económico. A primeira postula que há um efeito de contágio, ou heurístico, entre as atitudes

face ao sistema político nacional e as atitudes face ao sistema comunitário (Hipótese 1a) – a hipótese de transferência de Sánchez-Cuenca (2000). No contexto de um sistema multinível, a atribuição de responsabilidades pode ser diluída entre as várias escalas de governação (Hobolt e Tilley 2014, 32), possibilitando, assim, que os cidadãos recorram a atalhos de informação provenientes da esfera política nacional para se posicionarem relativamente à Europa. No entanto, a relação pode ser inversa (Hipótese 1b): padrões de compensação são observáveis nos casos em que as atitudes favoráveis em relação à UE estão associadas a avaliações negativas do contexto político-institucional nacional; e a diferenciação (cidadãos satisfeitos com o desempenho do sistema político nacional estariam menos propensos a apoiar a integração europeia) é também possível. Em 1995, havia uma relação forte entre a preferência por um ritmo de integração mais veloz e o índice de corrupção a nível nacional ou a despesa social, sendo que eram os cidadãos de países mais corruptos e que menos investiam no Estado-providência aqueles que almejavam uma integração mais rápida (Sánchez-Cuenca 2000). Para testar o impacto das atitudes face ao regime político nacional, incluímos em todos os modelos a satisfação com o funcionamento da democracia a nível doméstico, esperando que a mesma esteja relacionada não só com a satisfação com o modo como funciona na UE, mas com a perceção de que a pertença do país de origem à UE é algo de positivo e, eventualmente, com outras componentes atitudinais.

Por outro lado, testamos também o impacto de variáveis de desempenho institucional de modo a perceber qual o efeito na opinião pública de *outputs* políticos medidos pelo projeto V-Dem. A primeira variável de tipo institucional testada – concertação entre elites (variável *v2dlconst*) – expressa em que medida políticas com implicações significativas na

comunidade são formuladas com base numa consulta alargada que procure consensualizar posições entre diferentes elites ou se, pelo contrário, as decisões são definidas em circuito fechado. A inclusão desta variável é motivada pelos resultados de investigações anteriores que concluíram que as atitudes em relação aos sistemas políticos nacionais tendem a ser mais positivas em regimes dotados de um maior grau de partilha de poder (Anderson e Guillory 1997). A hipótese aqui colocada é que este efeito se difunda também para o nível comunitário, sendo a expectativa de partida que as atitudes face à UE sejam mais positivas nos casos em que haja um consenso mais alargado na definição de políticas estruturantes (Hipótese 2).

A Hipótese 3 prende-se com o impacto do grau de soberania na definição de políticas de âmbito nacional, medido também através de uma variável V-Dem (*v2svdomaut*). Atendendo ao facto de que a intervenção de instituições comunitárias junto dos países mais afetados pela crise económica gerou assinaláveis níveis de resistência e ação coletiva (Della Porta *et al.* 2016), a expectativa é de que as diminuições de soberania estejam associadas a uma erosão do apoio em relação às instituições comunitárias.

Na Hipótese 4, testamos o impacto da desigualdade socioeconómica na distribuição de recursos políticos (*v2pepwrse*). Esta é uma variável que funde aspetos da estrutura e conjuntura socioeconómica com as suas implicações políticas, e inclui-se com base no argumento de que o aumento da desigualdade económica levou à quebra da confiança dos cidadãos nas instituições comunitárias (Kuhn *et al.* 2016). Atendendo às flutuações nos níveis de desigualdade entre os países aqui considerados (Branco 2017), e dado que a variável *v2pepwrse* não se limita a medir as desigualdades económicas, mas o modo como

estas redundam em assimetrias de poder, será interessante verificar até que ponto os aumentos de desigualdade política põem em causa o apoio ao projeto europeu.

A quinta e última hipótese tem que ver com o desempenho da economia. Assim, examinamos o impacto da economia na avaliação dos diferentes aspetos das atitudes face à UE. Para tal recorre-se ao crescimento anual do PIB (Banco Mundial) e do desemprego (Eurostat). A expectativa de partida, enquadrada no entendimento de que as atitudes em relação à Europa comunitária estão enraizadas em considerações de tipo instrumental ou utilitário (Hobolt e Vries 2016), é que a deterioração da situação económica e o aumento do desemprego conduzam a uma insatisfação com a UE (Hipótese 5).

Devido à natureza dos dados (séries temporais com um reduzido número de grupos de observações), optou-se por testar modelos de efeitos aleatórios (Clark e Linzer 2015), cujos resultados se reproduzem na tabela 3. Para cada uma das variáveis dependentes – 1) identificação com a UE; 2) avaliação geral dos benefícios da adesão; 3) confiança na CE; 4) confiança no PE; e 5) satisfação com a democracia europeia – testou-se um modelo que integra as variáveis independentes referidas acima.

De um modo geral, os resultados obtidos tendem a corroborar algumas das associações previstas na literatura, ainda que nem todos os fatores atinjam significância estatística e de forma sistemática. Os resultados mais relevantes sugerem que os níveis de apoio em relação à UE dependem, em grande medida, de avaliações sobre o desempenho do sistema político nacional e do desempenho da economia. A Hipótese 1a obtém comprovação empírica, uma vez que a satisfação com a democracia nacional se encontra positiva e significativamente associada à

avaliação da democracia à escala europeia, mas também ao sentimento de identificação com a UE (em linha com os resultados obtidos por Bellucci e Memoli 2012). De resto, a direção de associação entre satisfação com a democracia nacional e atitudes de apoio à UE é sempre positiva, mesmo nos casos em que os efeitos não são estatisticamente significativos.

A associação positiva entre desempenho da economia e atitudes em relação à UE também se confirma (Hipótese 5). Verificamos que quanto maior a taxa de crescimento do PIB, maior o nível de confiança nas instituições europeias e de satisfação com a democracia à escala europeia. Existe, ainda assim, uma exceção relevante: a identificação com a UE, que não parece ser particularmente afetada pela degradação da economia. Apesar de a secção anterior revelar que o sentimento de identificação com a UE baixou significativamente na Grécia em anos recentes, essa tendência não se propagou para outros países de modo a que o coeficiente atingisse significância estatística. No entanto, o reduzido número de observações por país aconselha prudência na produção de inferências a partir destes resultados. Adicionalmente, e tal como esperado, o desempenho tem um efeito negativo nas avaliações que os cidadãos fazem da UE, especialmente no que diz respeito aos seus benefícios e à satisfação com a democracia a nível europeu. A identificação com a UE é, mais uma vez, um *outlier*, parecendo ser menos afetada pelo desempenho da economia.

A Hipótese 2, pelo contrário, não se confirma na totalidade, já que a existência de consenso/debate mais alargado acerca de políticas públicas apenas afeta positiva e significativamente as avaliações da integração na UE, não parecendo afetar positivamente as outras dimensões de apoio ao projeto europeu. Os nossos resultados parecem confirmar a expectativa de que quanto maior a soberania, maior o nível de apoio popular à UE.

As oscilações no indicador relativo às quebras de autonomia na definição de políticas públicas correspondem às intervenções externas ocorridas em Portugal e Grécia que, de acordo com os resultados, geraram uma quebra de confiança na CE (mas, curiosamente, não no PE) e na satisfação com o funcionamento da democracia à escala europeia. Esta distinção faz sentido se recordarmos que a CE é uma das instituições componentes da *troika* que esteve, e continua a estar, na ribalta durante os resgates em Portugal e na Grécia (as outras duas são o BCE e o Fundo Monetário Internacional – FMI), mas o PE não.

Em sentido contrário, a opinião pública tende a ser mais favorável à integração europeia quando a distribuição de poder apresenta níveis mais baixos de assimetrias assentes em recursos socioeconómicos. Este resultado não confirma as expectativas antecipadas pela Hipótese 4. A partir da análise gráfica da evolução destes indicadores (Branco 2017), pode afirmar-se que será o caso italiano aquele em que a evolução negativa deste indicador mais estará associada a uma redução dos níveis de eurofilia.

De modo geral, é possível afirmar que a análise revela a existência de algumas nuances importantes, já que as diferentes dimensões de apoio à UE *não são* influenciadas de igual forma pelos fatores aqui analisados. Isto indicia que a abordagem dos cidadãos às questões europeias não é unidimensional; em vez disso, observa-se uma certa sofisticação por parte da opinião pública da Europa do Sul na sua capacidade de avaliar as diferentes componentes da integração europeia. Por outro lado, verifica-se também que existem variáveis que exercem um efeito significativo em mais do que uma dimensão – o desempenho económico, nomeadamente, mas também o modo como a desigualdade económica se converte em assimetrias de poder.

Quadro 9 Fatores explicativos das atitudes em relação à CEE/UE

| | Identificação com a UE | Avaliação de benefícios da UE | Confiança CE | Confiança PE | Satisfação com democracia na UE |
|--------------------------------------|------------------------|-------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------------|
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) |
| Satisfação com a democracia nacional | 0.296 [*] | 0.031 | 0.017 | 0.019 | 0.197 ^{***} |
| | (0.157) | (0.039) | (0.032) | (0.032) | (0.043) |
| Crescimento PIB | -0.006 | 0.015 ^{***} | 0.007 ^{**} | 0.009 ^{***} | 0.013 ^{***} |
| | (0.017) | (0.004) | (0.003) | (0.003) | (0.004) |
| Desemprego | 0.0002 | -0.008 ^{***} | -0.003 | -0.002 | -0.017 ^{***} |
| | (0.010) | (0.003) | (0.002) | (0.002) | (0.003) |
| Concertação entre elites | 0.048 | 0.098 ^{***} | -0.004 | -0.003 | -0.032 |
| | (0.062) | (0.021) | (0.018) | (0.018) | (0.025) |
| Autonomia | 0.056 | 0.101 | 0.057 [*] | 0.034 | 0.087 ^{**} |
| | (0.139) | (0.068) | (0.030) | (0.030) | (0.044) |
| Índice de igualdade política | -0.099 | 0.062 | 0.035 | 0.046 | 0.090 [*] |
| | (0.115) | (0.045) | (0.030) | (0.031) | (0.046) |
| Constante | 1.815 ^{***} | 1.980 ^{***} | 0.347 ^{***} | 0.396 ^{***} | 1.971 ^{***} |
| | (0.601) | (0.180) | (0.124) | (0.125) | (0.185) |
| N | 40 | 235 | 180 | 180 | 145 |
| Log Likelihood | 13.727 | 200.765 | 200.815 | 201.237 | 128.422 |
| AIC | -9.453 | -383.530 | -383.631 | -384.475 | -238.845 |
| BIC | 5.747 | -352.394 | -354.894 | -355.738 | -212.054 |

*p <.1; **p <.05; ***p <.01

Nota: Séries temporais disponíveis – avaliação da pertença à UE (1986-2011), confiança nas instituições europeias (1993-2015), satisfação com o funcionamento da democracia europeia (1993-2015) e identificação com a Europa (1986-2015).

Determinantes das atitudes em relação à CEE/UE antes e depois do início da crise das dívidas soberanas

Depois de testadas as determinantes das atitudes face à Europa para a generalidade do período aqui considerado, passamos à segunda etapa da análise, na qual investigamos se a Grande Recessão constituiu um momento de mudança da capacidade explicativa do modelo testado anteriormente nas atitudes em relação à UE. O facto de esta estratégia pressupor que um dos períodos em análise é mais curto (2008-2016) acarreta como consequência que não disponhamos de um número de observações suficiente para conduzir a análise em relação a todas as variáveis dependentes analisadas anteriormente. Assim, as variáveis dependentes nesta secção são a satisfação com o funcionamento da democracia a nível europeu, a confiança na CE e a confiança no PE.

Em termos mais substantivos, a literatura sobre o período da crise aconselha o uso de hipóteses específicas. Três das variáveis independentes a usar nesta segunda análise foram já descritas na primeira fase: nível de desemprego, evolução macroeconómica e satisfação com o funcionamento da democracia a nível nacional¹³. Além destas, a análise posterior integra duas novas variáveis, em relação às quais é possível formular expectativas a partir da literatura já existente sobre os impactos políticos da crise das dívidas soberanas.

A primeira destas variáveis é incluída com o propósito de aferir o efeito da transformação das políticas públicas decorrente de cortes na despesa pública, nomeadamente nos apoios sociais. Desta forma, inclui-se a variável *v2dlunivl* (políticas universalistas ou com condição de recursos)¹⁴. Numa reflexão acerca dos efeitos políticos da Grande Recessão, Bermeo e Bartels sublinham que as «reações políticas

dramáticas à Grande Recessão estiveram menos associadas às repercussões económicas diretas da crise do que às iniciativas do governo para enfrentar essas repercussões» (Bermeo e Bartels 2014, 4), especialmente sob a forma das políticas de contenção orçamental. Assim, pretende-se testar em que medida as transformações na provisão de políticas de bem-estar terão tido como consequência um aumento da desconfiança e de insatisfação face ao projeto europeu.

A segunda nova hipótese a testar nesta etapa da análise prende-se com o processo de tomada de decisão. Vários autores destacam o carácter de excecionalidade de que se revestiu este período, ilustrado pela centralidade de agentes e instituições europeias e, nos países sob resgate financeiro, do FMI. Pretende-se medir de forma mais concreta de que forma as mudanças nos debates públicos sobre a tomada de decisões terão gerado um maior descontentamento face à Europa. Para tal, a análise contempla também um índice composto de «democracia deliberativa», que integra informação de cinco variáveis¹⁵. A expectativa de base é a de que as eventuais descidas nos valores deste índice ao longo do período da Grande Recessão estejam associadas a uma maior quebra nos níveis de entusiasmo pelo projeto europeu por parte da população.

Os resultados reproduzem-se no quadro 10, existindo vários coeficientes dignos de registo. Destaca-se, desde logo, o maior impacto exercido pelos indicadores económicos (crescimento económico e desemprego) nos níveis de confiança nas instituições comunitárias após o início da crise. Concretamente, só parece haver uma associação entre mau desempenho económico e uma degradação nos níveis de confiança a partir do ano de 2008, já que para os anos anteriores o coeficiente não é estatisticamente significativo. Este é um dado interessante e que pode apontar no sentido de uma transformação na

relação entre os cidadãos da Europa do Sul e as instituições comunitárias, que passam a ser alvo, por parte da opinião pública, de uma maior responsabilização pela evolução macroeconómica dos países.

Um outro resultado importante é que a satisfação com o funcionamento da democracia a nível nacional é determinante para gerar níveis mais elevados de satisfação com a democracia à escala europeia tanto no período anterior à crise como posterior. No entanto, estas avaliações não parecem ser suficientes para incrementar significativamente os níveis de confiança no PE, e no caso da CE, a sua relevância é maior no período pós-2008.

No que toca às hipóteses testadas com variáveis provenientes da base de dados V-Dem, há graus de sucesso distintos. Por um lado, verifica-se que as mudanças políticas no sentido de tornar os apoios sociais mais dependentes da condição de recursos estão associadas a maiores níveis de desconfiança em relação ao PE e à CE, bem como a uma maior insatisfação com o funcionamento da democracia a nível europeu. Dito de outra forma, tal como parece emergir um efeito de corresponsabilização das instituições europeias pela situação macroeconómica especificamente após o início da Grande Recessão, também as alterações políticas conduzidas neste período aparentam exercer um efeito mais robusto do que até então.

Quadro 10 Fatores explicativos das atitudes em relação à CEE/UE antes e após o início da Grande Recessão. Modelo de efeitos aleatórios (ano e país)

| | Painel A – satisfação com a democracia europeia | | Painel B – confiança na Comissão Europeia | | Painel C – confiança no Parlamento Europeu | |
|--------------------------------------|-------------------------------------------------|----------------------|-------------------------------------------|----------------------|--------------------------------------------|----------------------|
| | Até 2007 | 2008-2016 | Até 2007 | 2008-2016 | Até 2007 | 2008-2016 |
| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) |
| Crescimento PIB | 0,01 | 0,01 [*] | -0,004 | 0,01 ^{**} | -0,0003 | 0,01 ^{**} |
| | (0,01) | (0,01) | (0,004) | (0,002) | (0,004) | (0,003) |
| Desemprego | -0,01 ^{***} | -0,02 ^{***} | 0,003 | -0,01 ^{***} | 0,01 [*] | -0,01 ^{***} |
| | (0,004) | (0,01) | (0,003) | (0,002) | (0,003) | (0,003) |
| Universalidade de políticas sociais | 0,16 | 0,29 ^{**} | -0,08 | 0,15 ^{**} | -0,09 | 0,15 ^{**} |
| | (0,09) | (0,12) | (0,05) | (0,06) | (0,06) | (0,07) |
| Índice de democracia deliberativa | 0,38 | -0,41 | -0,23 | 0,07 | -0,24 | 0,30 |
| | (0,59) | (0,88) | (0,36) | (0,44) | (0,37) | (0,49) |
| Satisfação com a democracia nacional | 0,19 ^{***} | 0,18 ^{**} | -0,02 | 0,08 ^{**} | 0,01 | 0,06 |
| | (0,05) | (0,08) | (0,04) | (0,04) | (0,04) | (0,04) |
| Constante | 1,60 ^{***} | 2,21 ^{***} | 0,92 ^{***} | 0,13 | 0,89 ^{**} | -0,02 |
| | (0,59) | (0,70) | (0,36) | (0,35) | (0,37) | (0,39) |
| N | 95 | 50 | 105 | 75 | 105 | 75 |
| Log Likelihood | 80,18 | 45,84 | 130,75 | 115,35 | 133,71 | 105,86 |
| AIC | -142,37 | -73,67 | -243,50 | -212,70 | -249,42 | -193,73 |
| BIC | -119,38 | -56,47 | -219,61 | -191,84 | -225,53 | -172,87 |

*p <.1; **p <.05; ***p <.01

Contudo, no que concerne à hipótese de que uma menor abertura do processo de tomada de decisões – medida pelo índice de democracia deliberativa – estaria associada a uma opinião pública mais crítica em relação à UE, a mesma não pode ser confirmada, dado que não é detetado qualquer efeito. A conjugação deste resultado com o respeitante ao grau de universalidade das políticas sociais indicia que o principal efeito de desgaste da opinião em relação às instituições europeias se poderá ter ficado a dever mais a mudanças concretas de políticas do que a transformações de natureza procedimental.

Conclusão

Os países da Europa do Sul são historicamente caracterizados por níveis elevados de entusiasmo em relação ao projeto europeu, mas ao longo dos últimos anos tem-se assistido a uma quebra nos indicadores que medem as várias dimensões de apoio à UE. A análise da evolução destes indicadores revela que o declínio de confiança começou a ser observável na viragem do século, e que estes atingiram valores consideravelmente baixos durante o período de crise. Para entender estas evoluções, levámos a cabo duas análises. Na primeira, testámos um conjunto de hipóteses explicativas que apontam para uma associação entre atitudes de apoio em relação à UE e satisfação com o sistema democrático nacional, bom desempenho macroeconómico, níveis de igualdade política e material, grau de discussão das políticas e grau de autonomia dos estados na formulação de políticas estruturantes. Os nossos resultados apontaram para uma primazia das variáveis de tipo económico enquanto principais geradoras de atitudes positivas em relação ao projeto europeu. Todavia, os resultados também corroboraram, ainda que de forma parcial, que as avaliações positivas da democracia a nível nacional, o grau

de autonomia dos Estados e o nível de concertação política entre as elites fomentam pelo menos um dos parâmetros de apoio à UE.

No entanto, mais do que determinar as origens do apoio à UE, este capítulo teve como objetivo perceber em que medida a Grande Recessão iniciada em 2008 alterou a força das explicações convencionais das atitudes em relação à UE. Neste sentido, a segunda análise pretendeu testar os efeitos das variáveis introduzidas na análise anterior (satisfação com a democracia nacional e desempenho económico), bem como de novas variáveis mais sensíveis ao período de crise (universalidade das políticas públicas e índice de deliberação) na satisfação com a democracia à escala europeia e na confiança depositada na CE e no PE. Os resultados sugerem uma alteração importante com o advento da crise: ao contrário do que até então sucedia, a evolução da situação económica passou a estar mais diretamente associada a mudanças a nível da opinião pública nos países da Europa do Sul em relação à Europa. Assim, em linha com as implicações da investigação de Della Porta *et al.* (2016, 282), os resultados sinalizam que a crise das dívidas soberanas constituiu um momento de viragem, que implicou que alguns dos efeitos já detetados no âmbito da opinião pública relativamente às instituições nacionais se expandissem para a esfera europeia. Os processos que conduziram a este desenlace em cada um dos países examinados neste volume foram diversos (Della Porta *et al.* 2016; Matthijs 2017), mas importa sublinhar que este é um traço comum que sobressai da nossa análise.

O conjunto destes resultados tem implicações importantes para a compreensão do fenómeno de apoio à UE. Em primeiro lugar, parece claro que as explicações de tipo funcional e material são as mais importantes para explicar níveis de confiança, identificação e satisfação com

a UE. É essencialmente com base nos *outputs* económicos que os cidadãos constroem os seus pilares de apoio e as suas representações sobre a longínqua UE. Mas não só. Aquilo que acontece a nível nacional também parece ter muito peso. Aliás, o funcionamento da democracia no plano nacional fornece informação suficiente para os cidadãos exprimirem posições favoráveis à UE, e isto não deve ser negligenciado, pois este é o indicador que mais significativamente influencia o grau de identificação com a UE. As variáveis de tipo político-institucional também se revelaram importantes, mas de modo menos sistemático. Estudos futuros poderão testar a solidez destes resultados, incluindo mais países e mais anos na sua análise. Além disso, poderão recuperar a importância de variáveis institucionais que dão conta do ambiente informacional em que os cidadãos estão inseridos e que serve de base para a construção de noções e de representações individuais sobre a UE.

Agradecimentos

Este livro é a segunda publicação no âmbito do projeto «Variedades de Democracia na Europa do Sul», financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS). Gostaria, assim, de agradecer o apoio e o estímulo da FFMS, e em particular a Jaime Gama, Gonçalo Saraiva Matias, Carlos Jalali, António Araújo, João Tiago Gaspar, David Lopes, Mónica Vieira e a Clara Valadas-Preto, assim como ao seu anterior diretor científico, Pedro Magalhães.

Uma palavra de especial apreço a João Tiago Gaspar, que acompanhou todas as fases de elaboração deste livro com uma dedicação e profissionalismo raros de encontrar; e a Carlos Jalali, que encontrou tempo para ler e comentar todo o manuscrito. A ambos, o meu duplo obrigado!

A Staffan Lindberg, Josefine Pernes e Michael Coppedge, coordenadores da rede internacional *Varieties of Democracy*, na qual este projeto se insere, agradeço igualmente a amizade, o apoio profissional e as inúmeras discussões sobre democracia na Europa do Sul *and beyond*.

O leitor anónimo, quem quer que ele seja, merece um importante agradecimento, pelos comentários incisivos sem os quais este seria um livro pior.

Finalmente, aos meus colegas e coautores, Edalina, João e José – foi um privilégio trabalhar com eles.

A coordenação científica foi da responsabilidade de Tiago Fernandes. A introdução foi redigida por todos os investigadores do projeto. O capítulo 1 foi escrito por Edalina Rodrigues Sanches, o capítulo 2 por João Cancela e o capítulo 3 por José Santana Pereira. Quanto ao capítulo 4, foi elaborado por Edalina Rodrigues Sanches, João Cancela e José Santana Pereira.

Tiago Fernandes

Bibliografia

AARTS, K., FLADMOE, A. e STRÖMBÄCK, J. (2012), «Media, political trust and political knowledge: A comparative perspective», em *How Media Inform Democracy: A Comparative Approach*, orgs. T. Aalberg e J. Curran, Nova Iorque, Routledge, pp. 98-118.

ALMOND, G. (1980), «The intellectual history of the civic culture concept», em *The Civic Culture Revisited*, eds. G. Almond e S. Verba, Boston, Little, Brown and Company, pp. 1-36.

—, G. e VERBA, S. (1963), *The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Newbury Park, Calif, Sage Publications.

ANDERSON, C. J. e GUILLORY, C.A. (1997), «Political Institutions and Satisfaction with Democracy: A Cross-National Analysis of Consensus and Majoritarian Systems», *American Political Science Review*, 91 (1), pp. 66-81.

ASTUDILLO, J. e DETTERBECK, K. (2018), «Why, Sometimes, Primaries? Intraparty Democratization as a Default Selection Mechanism in German and Spanish Mainstream Parties», *Party Politics*, pp. 25-27, DOI: 10.1177/1354068818795195.

BANFIELD, E.C. (1958), *The Moral Basis of a Backward Society*, Glencoe [Chicago], Free Press, Research Center in Economic Development and Cultural Change, University of Chicago.

BELCHIOR, A.M. (2015), *A Confiança nas Instituições Políticas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

BELLUCCI, P. e MEMOLI, V. (2012), «The Determinants of Democracy Satisfaction in Europe», em *Citizens and the European Polity: Mass Attitudes towards the European and National Polities*, eds. D. Sanders, P. Magalhães e G. Tóka, Oxford, Oxford University Press, pp. 9-57. Disponível [aqui](#).

—, P., LOBO, M.C. e LEWIS-BECK, M.S (2012), «Economic Crisis and Elections: The European Periphery», *Electoral Studies*, 31 (3), pp. 469-71.

BENNETT, S.E. *et al.* (1999), «'Video Malaise' revisited: Public trust in the media and government», *The International Journal of Press/Politics*, 4 (4), pp. 8-23.

BERMEO, N.G. e BARTELS, L.M. (2014), *Mass Politics in Tough Times: Opinions, Votes and Protest in the Great Recession*, Oxford, Oxford University Press.

—, N. (2003), *Ordinary People in Extraordinary Times: The Citizenry and the Collapse of Democracy*, Princeton, Princeton University Press.

BERNHARD, M., FERNANDES, T. e BRANCO, R. (2017), «Introduction: Civil, Society, Inequality and Democracy», em *Civil Society, Inequality and Democracy: Cross-Regional Comparisons, Comparative Politics*, eds. Michael Bernhard, Tiago Fernandes e Rui Branco, vol. 49, n.º 3.

BRANCO, R. (2017), «Padrões de democracia igualitária», em *Variedades de Democracia na Europa do Sul (1968)-(2014)*, org. Tiago Fernandes, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

BRÜGGEMANN, M. *et al.* (2014), «Hallin and Mancini revisited: Four empirical types of western media systems», *Journal of Communication*, 64 (6), pp. 1037-1065.

- BRUNEAU, T.C. *et al.* (2001), «Democracy, Southern European Style», em *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, orgs. P. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, pp. 16-82.
- CANCELA, J. (2017), «Eleições: quadros institucionais e dinâmicas de participação», em *Varietades de Democracia na Europa do Sul (1968)-(2016): Uma Comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*, org. T.R. Fernandes, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 93-126.
- CATTERBERG, G. e MORENO, A. (2005), «The Individual Bases of Political Trust: Trends in New and Established Democracies», *International Journal of Public Opinion Research*, 18 (1), pp. 31-47.
- CLARK, T.S. e LINZER, D.A. (2015), «Should I use fixed or random effects?», *Political Science Research and Methods*, 3 (2), pp. 399-408.
- COLEMAN, S. (2012), «Believing the news. From sinking trust to atrophied efficacy», *European Journal of Communication*, 27 (1), pp. 35-45.
- CONTI, N. (2010), «European citizenship in party Euromanifestos: Southern Europe in comparative perspective (1994)-(2004)», *South European Society and Politics*, 15 (1), pp. 97-119.
- , N., Cotta, M. e ALMEIDA, P.T. (2010), «Southern Europe: A distinctive and more pro-European region in the EU?», *South European Society and Politics*, 15 (1), pp. 121-142.
- COOK, T.E. e GRONKE, P. (2001), «The dimensions of institutional trust: How distinct is public confidence in the media?», Comunicação na Midwest Political Science Association's Annual Meeting, Chicago.
- COPPEDGE, M. (2012), *Democratization and Research Methods*, Cambridge, Cambridge University Press.
- , MICHAEL, J.G., STAFFAN, I. L., SKAANING, S.E., TEORELL, J., ALTMAN, D., BERNHARD, M., FISH, M. S., GLYNN, A., HICKEN, A., KNUTSEN, C.H., KRUSELL, J., LÜHRMANN, A., MARQUARDT, K.L., MCMANN, K., MECHKOVA, V., OLIN, M., PAXTON, P., PEMSTEIN, D., PERNES, J., PETRARCA, C.S., VON RÖMER, J., SAXER, L., SEIM, B., SIGMAN, R., STATON, J., STEPANOVA, N. e WILSON, S. (2017), «V-Dem [Country-Year/Country-Date] Dataset v7.1», Varieties of Democracy (V-Dem). Project <https://www.v-dem.net/en/>
- CORDERO, G. e SIMÓN, P. (2016), «Economic Crisis and Support for Democracy in Europe», *West European Politics*, 39 (2), pp. 305-325. Disponível [aqui](#).
- CROZIER, M., HUNTINGTON, S.P. e WATANUKI, Joji (1975), *The Crisis Of Democracy*, Nova Iorque, New York University Press.
- DALTON, R. e WELZEL, C. (2014), «Political Culture and Value Change», em *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*, eds. R. Dalton e C. Welzel, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-16.
- , R., WATTENBERG, M. e McALLISTER, I. (2000), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- DAUTRICH, K. e HARTLEY, T.H. (1999), *How the News Media Fail American Voters: Causes, Consequences and Remedies*, Nova Iorque, CUP.
- DELLA PORTA, D., ANDRETTA, M., FERNANDES, T., O'CONNOR, F.B. e ROMANOS E. (2016), *Late Neoliberalism and Its Discontents in the Economic Crisis: Comparing Social Movements in the European Periphery*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.

DIAS, A. (2016), «Sobre ‘desconsolidação’ e retrocesso democrático», *Relações Internacionais (R:I)*, 52, pp. 27-41.

DOMPNIER, N. e MAGNI, R. (2012), «How Durably Do People Accept Democracy? Politicization, Political Attitudes and Losers’ Consent in France», *French Politics*, 10 (4), pp. 323-44.

EAGLY, A.H. e CHAIKEN, S. (1993), *The Psychology of Attitudes*, Forth Worth (PA), Harcourt, Brace & Janovich.

EASTON, D. (1965), *A Systems Analysis of Political Life*, Chicago, The University of Chicago Press.

—, D. (1975), «A Re-Assessment of the Concept of Political Support», *British Journal of Political Science*, 5 (4), pp. 435-57.

ECKSTEIN, H. (1988), «A Culturalist Theory of Political Change», *The American Political Science Review*, 82 (3), pp. 789-804.

FAUCHER-KING, F. e TREILLE, E. (2003), «Managing Intra-Party Democracy: Comparing the French Socialist and British Labour Party Conferences», *French Politics*, 1 (1), pp. 61-82.

FERNANDES, T. (2017), «As origens políticas da democracia na Europa do Sul (1968)-(2016): partidos, sociedade civil e coligações progressistas», em *Variadas de Democracia na Europa do Sul (1968)-(2016): Uma comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 19-41.

—, T. (2014), «Rethinking Pathways to Democracy: Civil Society in Spain and Portugal, 1960s – 2014», *Democratization*, 22 (6), pp. 1074-1104.

—, T. e CRUZ, B.P. da (2018), *a Democracia na Europa: Alemanha, Espanha, França e Reino Unido face às Crises Contemporâneas*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.

—, T., CANCELA, J., COPPEDGE, M., LINDBERG, S.I., HICKEN, A. (2015), «Measuring Political Participation in Southern Europe: The Varieties of Democracy Approach», *V-Dem Working Paper n.º 15*, Universidade de Gotemburgo, Varieties of Democracy Institute.

—, T. e BRANCO, R. (2017), «Social Revolution Outcomes: Civil Society in Portugal, 1974-2000s», *Civil Society, Inequality and Democracy: Cross-Regional Comparisons, Comparative Politics*, eds. Michael Bernhard, Tiago Fernandes e Rui Branco, vol. 49, n.º 3, pp. 411-431.

FISHMAN, R.M. (2016), «Rethinking Dimensions of Democracy for Empirical Analysis: Authenticity, Quality, Depth, and Consolidation», *Annual Review of Political Science*, 19 (1), pp. 289-309. Disponível [aqui](#).

—, R.M. (2004), *Democracy’s Voices: Social Ties and the Quality of Public Life in Spain*, Ithaca e Londres, Cornell University Press.

—, R. M. (2017), «How Civil Society Matters in Democratization: Setting the Boundaries of Post-Transition Political Inclusion», *Comparative Politics*, 49, 3.

—, R.M. (2018), *Democratic Practice. Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion*, Oxford, Oxford University Press.

FOA, R. e MOUNK, Y. (2016), «The Democratic Disconnect», *Journal of Democracy*, 27 (3), pp. 5-17. Disponível [aqui](#).

—, R. e MOUNK, Y. (2017), «The Signs of Deconsolidation», *Journal of Democracy*, 28 (1), pp. 5-15.

FREIRE, A. e SANTANA PEREIRA, J. (2015), «More second order than ever? The (2014) European Parliament elections in Portugal», *South European Society and Politics*, 20 (3), pp. 381-401.

—, A., TEPEROGLOU, E. e MOURY, C. (2014), «Awakening the sleeping giant in Greece and Portugal? Elites' and voters' attitudes towards EU integration in difficult economic times», *South European Society and Politics*, 19 (4), pp. 477-499.

GAZIANO, C. e MCGRATH, K. (1986), «Measuring the concept of credibility», *Journalism Quarterly*, 63 (3), pp. 451-462.

GROELING, T. (2008), «Who's the fairest of them all? An empirical test for partisan bias on ABC, CBS, NBC, and Fox News», *Presidential Studies Quarterly*, 38 (4), pp. 628-654.

GUTIÉRREZ, R. e GUTIE, R. (2014), «Welfare Performance in Southern Europe: Employment Crisis and Poverty Risk», *South European Society and Politics*, 19 (3), pp. 371-92.

HALLIN, D.C. e MANCINI, P. (2004), *Comparing Media Systems. Three Models of Media and Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.

—, D.C. e MANCINI, P. (2010), «'Comparing media systems': A response to critics», *Media & Jornalismo*, 9 (2), pp. 53-67.

HENJAK, A., TÓKA, G. e SANDERS, D. (2012), «Support for European integration», em *Citizens and the European Polity: Mass Attitudes towards the European and National Politics*, orgs. D. Sanders, P.C. Magalhães e G. Tóka, Oxford, Oxford University Press, pp. 169-211.

HOBOLT, S.B. (2012), «Citizen satisfaction with democracy in the European Union», *Journal of Common Market Studies*, 50 (1), pp. 88-105.

—, S.B. e VRIES, C.E. de (2016), «Public support for European integration», *Annual Review of Political Science*, 19 (1), pp. 413-432.

—, S. B. e TILLEY, J.R. (2014), *Blaming Europe?: Responsibility without Accountability in the European Union*, Oxford, Oxford University Press.

HOOGHE, M., MARIEN, S. e OSER, J. (2016), «Great Expectations: The Effect of Democratic Ideals on Political Trust in European Democracies», *Contemporary Politics*. DOI: 10.1080/13569775.2016.1210875.

HOVLAND, C. (1954), «Effects of the mass media of communication», em *Handbook of Social Psychology*, vol. 2, org. G. Lindzey, Reading, MA, Addison Wesley, pp. 1062-1103.

HUBÉ, N. e RAMBOUR, M. (2010), «French political parties in campaign (1989)-(2004): A configurational analysis of political discourses on Europe», *Perspectives on European Politics and Society*, 11 (2), pp. 146-166.

INGLEHART, R. (1971), «The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies», *The American Political Science Review*, 65 (4), pp. 991-1017.

—, R. (1988), «The Renaissance of Political Culture», *The American Political Science Review*, 82 (4), pp. 1203-1230. Disponível [aqui](#).

—, R. (1999), «Trust, Well-Being and Democracy», em *Democracy and Trust*, org. Mark E. Warren, Cambridge, Massachusetts, Cambridge University Press, pp. 88-120.

—, R. e WELZEL, C. (2005), *Modernization, Cultural Change, and Democracy: the Human Development Sequence*, Cambridge, Nova Iorque, Cambridge University Press.

ISERNIA, P., FIKET, I., SERRICCHIO, F. e WESTLE, B. (2012), «But still it does not move: Functional and identity-based determinants of European identity», em *Citizens and the European Polity: Mass Attitudes towards the European and National Polities*, orgs. D. Sanders, P.C. Magalhães e G. Tóka, Oxford, Oxford University Press, pp. 110-139.

IVENGAR, S. e KINDER, D.R. (1987), *News that Matters. Television and Public Opinion*, Chicago, University of Chicago Press.

JACKOB, N.G.E. (2010), «No alternatives? The relationship between perceived media dependency, use of alternative information sources and general trust in mass media», *International Journal of Communication*, 4, pp. 589-606.

JONES, D.A. (2004), «Why Americans don't trust the media: A preliminary analysis», *The Harvard International Journal of Press/Politics*, 9 (2), pp. 60-75.

KAASE, M. (1999), «Interpersonal Trust, Political Trust and Noninstitutionalised Political Participation in Western Europe», *West European Politics*, 22 (3), pp. 1-21.

KAKEPAKI, M. (2018), «New Actors, Old Practices? Candidate Selection and Recruitment Patterns in Greece», em *The Selection of Politicians in Times of Crisis*, eds. Xavier Coller, Guillermo Cordero e Antonio M. Jaime-Castillo Londres, Routledge.

KARP, J., BANDUCCI, S.A. e BOWLER, S. (2003), «To know it is to love it? Satisfaction with democracy in the European Union», *Comparative Political Studies*, 36, pp. 271-292.

KINDER, D. (2003), «Communication and politics in the age of information», em *Oxford Handbook of Political Psychology*, orgs. D.O. Sears, L. Huddy e R. Jervis, Oxford, Oxford University Press, pp. 357-393.

KIOUSIS, S. (2001), «Public trust or mistrust? Perceptions of media credibility in the information age», *Mass Communication and Society*, 4 (4), pp. 381-403.

KLEINNIJENHUIS, J., van Hoof, A.N.J. e Oegema, D. (2006), «Negative news and the sleeper effect of distrust», *The Harvard International Journal of Press/Politics*, 11 (2), pp. 86-104.

KLINGEMANN, H.-D. (2014), «Dissatisfied Democrats: Democratic Maturation in Old and New Democracies», em *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*, eds. R. Dalton e C. Welzel, Cambridge, Cambridge University Press. pp. 116-157.

KOHRING, M. e MATTHES, J. (2007), «Trust in news media: Development and validation of a multidimensional scale», *Communication Research*, 34 (2), pp. 231-252.

KUHN, T., Van ELSAS, E., HAKHVERDIAN, A. e Van der BRUG, W. (2016), «An ever wider gap in an ever closer union: Rising inequalities and euroscepticism in 12 West European democracies (1975)–(2009)», *Socio-Economic Review* 14 (1), pp. 27-45.

KUMLIN, S. e HAUGSGJERD, A. (2017), «The Welfare State and Political Trust: Bringing Performance Back In», em *Handbook of Political Trust*, orgs. Sonja Zmerli e Tom W.G van der Meer, Cheltenham, Reino Unido, Edward Elgar Publishing, pp. 285-301.

LADD, J. (2012), *Why Americans Hate the Media and How it Matters*, Princeton, Princeton University Press.

LAGOS, M. (2003), «Support for and Satisfaction with Democracy», *International Journal of Public Opinion Research*, 15 (4), pp. 471-487. Disponível [aqui](#).

LANGE, B. (2004), «Media and elections: Some reflections and recommendations», em *Media and Elections. A Handbook and Comparative Study*, orgs. B.-P. Lange e D. Ward, Mahwah, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 203-231.

LAZARSFELD, P.F., BERELSON, B. e GAUDET, H. (1944), *The People's Choice: How the Voter Makes up His Mind in a Presidential Campaign*, Nova Iorque, Duell, Sloan and Pearce.

LEE, T.-T. (2010), «Why they don't trust the media: An examination of factors predicting trust», *American Behavioral Scientist*, 54 (1), pp. 8-21.

LINDBERG, S., COPPEDGE, M., GERRING, J. e TEORELL, J. (2014), «V-Dem: A New way to Measure Democracy», *Journal of Democracy*, Vol. 25, n.º 3, pp. 159-169.

LINZ, J. e STEPAN, A. (1996), *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press.

—, Juan (1978), *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.

LIPSET, S.M. (1959), «Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy», *The American Political Science Review*, 53 (1), pp. 69-105. Disponível [aqui](#)

LISI, M. (2010), «Moderados, Pragmáticos e Personalizados: A Evolução dos Partidos de Esquerda na Europa Do Sul», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 64, pp. 59-80.

LISTHAUG, O. e WIBERG, M. (1995), «Confidence in Private and Public Institutions», em *Citizens and the State*, orgs. Hans-Dieter Klingemann e Dieter Fuchs, Oxford, Oxford University Press, pp. 298-322.

LUCA, M. e VENTURINO, F. (2015), «Democratising Candidate Selection in Italy and France», em *Party Primaries in Comparative Perspective*, orgs. Giulia Sandri, Antonella Seddone e Fulvio Venturino, Surrey, Inglaterra, Ashgate Publishing Limited, pp. 129-44.

LÜHISTE, K. (2006), «Explaining Trust in Political Institutions: Some Illustrations from the Baltic States», *Communist and Post-Communist Studies*, 39, pp. 475-96.

MAGALHÃES, P.C. (2014), «The Elections of the Great Recession in Portugal: Performance Voting under a Blurred Responsibility for the Economy», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24 (2), pp. 180-202.

MAGONE, J.M. (2014), «Portugal is not Greece: Policy Responses to the Sovereign Debt Crisis and the Consequences for the Portuguese Political Economy», *Perspectives on European Politics and Society*, 15(3), pp. 346-360. Disponível [aqui](#).

MAINWARING, S. e SCULLY, T.R. (orgs.) (1995), *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*, Standford, California, Standford University Press.

MARIEN, S. (2011), «Measuring Political Trust across Time and Space», em *Political Trust. Why Context Matters*, orgs. Marc Hooghe and Sonja Zmerli, Colchester, ECPR Press, pp. 13-46.

MATTHIJS, M. (2017), «Integration at What Price? The Erosion of National Democracy in the Euro Periphery», *Government and Opposition*, 52 (2), pp. 266-294.

MÉNY, Y. (2017), «A Tale of Party Primaries and Outsider Candidates: The (2017) French Presidential Election», *French Politics*. Disponível [aqui](#).

- MEYER, P. (1988), «Defining and measuring credibility of newspapers: Developing an index», *Journalism Quarterly*, 65, pp. 567-572.
- MILLER, J.M. e KROSNICK, J.A. (2000), «Media impact on ingredients of presidential evaluations: Politically knowledgeable citizens are guided by a trusted source», *American Journal of Political Science*, 44 (2), pp. 301-315.
- MIR, M.J., DATO, J.R. e GARCÍA, R.V. (2010), «The perception of the European Union by political and economic elites in Spain», *South European Society and Politics* 15 (1), pp. 35-56.
- MISHLER, W. e ROSE, R. (2001), «What Are the Origins of Political Trust? Testing Institutional and Cultural Theories in Post-Communist Societies», *Comparative Political Studies*, 34 (1), pp. 30-62.
- MOREIRA, D., RUIVO, J.P., PINTO, A.C. e ALMEIDA, P.T. (2010), «Attitudes of the Portuguese elites towards the European Union», *South European Society and Politics*, 15 (1), pp. 57-77.
- MUNGIU-PIPPIDI, A. (2015), *Public Integrity and Trust in Europe*, Relatório, Berlim, ERCAS.
- MUÑOZ, J., TORCAL, M. e BONET, E. (2011), «Institutional trust and multilevel government in the European Union: Congruence or compensation?», *European Union Politics*, 12 (4), pp. 551-574.
- MURO, D. e VIDAL, G. (2016), «Political Mistrust in Southern Europe since the Great Recession Political», *Mediterranean Politics*, 22 (2), pp. 197-217 DOI: 10.1080/13629395.2016.1168962.
- NATALI, D. e STAMATI, F. (2014), «Reassessing South European Pensions after the Crisis: Evidence from Two Decades of Reforms», *South European Society and Politics*, 19 (3), pp. 309-30.
- NEWTON, K. (1999), «Mass media effects: Mobilization or media malaise?», *British Journal of Political Science*, 29 (4), pp. 577-599.
- , K. e NORRIS, P. (1999), «Confidence in Public Institutions: Faith, Culture or Performance?», em *Disaffected democracies: What's troubling the trilateral countries?*, eds. S. Pharr e R. Putnam, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- , K. e ZMERLI, S. (2011), «Three Forms of Trust and Their Association», *European Political Science Review* 3 (2), pp. 169-200.
- NORRIS, P. (1999), *Critical citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press.
- , P. (1999a), «The Political Regime», em *Political Representation and Legitimacy in the European Union*, orgs. H. Schmitt e J. Thomassen, Oxford, Oxford University Press, pp. 74-89.
- , P. (2007), «Political activism», em *The Oxford handbook of comparative politics*, eds. C. Boix e S. C. Stokes, Oxford, Oxford University Press, pp. 628-649.
- , P. (2017), «Is Western Democracy backsliding? Diagnosing the risks», *Journal of Democracy, Web exchange*. Disponível [aqui](#).
- O'DONNELL, G. e SCHMITTER, P. (1986), *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative Conclusions about uncertain Democracies*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- PARK, H. e BLENKINSOPP, J. (2011), «The roles of transparency and trust in the relationship between corruption and citizen satisfaction», *International Review of Administrative Sciences*, 77 (2), pp. 254-274. Disponível [aqui](#).
- PATTERSON, T.E. (2017), *News Coverage of Donald Trump's first 100 Days*, Relatório, Harvard Kennedy School.

PETMESIDOU, M. e GUILLÉN, A.M. (2014), «Can the Welfare State as We Know It Survive? A View from the Crisis-Ridden South European Periphery», *South European Society and Politics*, 19 (3), pp. 295-307.

PETTY, R.E., FLEMING, M.A. e WHITE, P.H. (1999), «Stigmatized sources and persuasion: Prejudice as a determinant of argument scrutiny», *Journal of Personality and Social Psychology*, 76 (1), pp. 19-34.

PHARR, S. J. e PUTNAM, R. D. (eds.) (2000), *Disaffected Democracies. What's Troubling the Trilateral Countries?*, Princeton, Princeton University Press.

POPESCU, M. et al. (2012), *European Media Systems Survey (2010): Results and Documentation*, Colchester, Department of Government, University of Essex, disponível [aqui](#).

PRIOR, M. (2007), *Post-broadcast Democracy*, Nova Iorque, CUP.

PUTNAM, R. (1993), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

—, R. (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Nova Iorque, Simon & Schuster.

—, R.D., LEONARDI, R., NANETTI, Y. e PAVONCELLO, F. (1983), «Explaining Institutional Success: The Case of Italian Regional Government», *The American Political Science Review*, 77 (1), pp. 55-74.

RANDALL, V. e SVÅSAND, L. (2002), «Party Institutionalization in New Democracies», *Party Politics*, 8 (5), pp. 5-29.

REIF, K. e SCHMITT, H. (1980), «Nine second-order national elections: A conceptual framework for the analysis of European election results», *European Journal of Political Research*, 8, pp. 3-44.

RIMMER, T. e WEAVER, D. (1987), «Different questions, different answers? Media use and media credibility», *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 64 (1), pp. 28-36/44.

ROHRSCHEIDER, R. (2002), «The democracy deficit and mass support for an EU-wide government», *American Journal of Political Science*, 46 (2), pp. 463-75.

ROTH, F. (2009), «The effect of the financial crisis on systemic trust», *Intereconomics*, 44 (4), pp. 203-208.

ROTHSTEIN, B. e STOLLE, D. (2008), «The State and Social Capital: An Institutional Theory of Generalized Trust», *Comparative Politics*, 40 (4), pp. 441-59.

SABETTI, F. (2007), «Democracy and Civic Culture», em *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, eds. C. Boix e S.C. Stokes, Oxford, Oxford University Press, pp. 340-363.

SANCHES, E.R. e SANTANA PEREIRA, J. (2010), «Which Europe do the Portuguese parties want? Identity, representation and scope of governance in the Portuguese Euromanifestos (1987)-(2004)», *Perspectives on European Politics and Society*, 11 (2), pp. 183-200.

—, E. e RAZZUOLI, I. (2017), «A Democracia intrapartidária em Portugal: uma análise comparada das perceções dos filiados do BE, CDS-PP, LIVRE, PS e PSD», em *Militantes e Ativismo nos Partidos Políticos. Portugal em Perspectiva Comparada*, orgs. Marco Lisi e Paula do Espírito Santo, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 187-212.

—, E.R., LISI, M., RAZZUOLI, I. e ESPÍRITO SANTO, P. do (2017), «Intra-Party Democracy from Members' Viewpoint: The Case of Left-Wing Parties in Portugal», *Acta Política*, 53 (3), pp. 391-408. Disponível [aqui](#).

—, E.R. (2017), «Os Sistemas Partidários em Perspetiva Comparada», em *Variedades de Democracia na Europa do Sul (1968)-(2016): Uma Comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*, org. Tiago Fernandes, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 127-63.

SÁNCHEZ-CUENCA, I. (2000), «The political basis of support for European integration», *European Union Politics*, 1 (2), pp. 147-171.

SANDERS, D. e BELLUCCI, P. (2012), «Informal Political Engagement in Europe, 1975-2007», em *Citizens and the European Polity*, eds. D. Sanders, P. Magalhães, e G. Tóka, Oxford, Oxford University Press, pp. 39-64. Disponível [aqui](#).

—, D., MAGALHÃES, P.C. e TÓKA, G. (eds.) (2012), *Citizens and the European Polity Mass Attitudes Towards the European and National Polities*, Oxford, Oxford University Press.

SANDRI, G. (2012), «Perceptions of intra-party democracy and their consequences on activism: a comparative analysis of attitudes and behaviors of grass-roots party members», comunicação apresentada no World Congress of Political Science, Madrid, 8-12 de julho.

SANDRI, G. e AMJAHAD, A. (2015), «Party membership and intra-party democracy: how do members react to organizational change within political parties? The case of Belgium», *Partecipazione e Conflitto*, 8 (1), pp. 190-214.

SANTANA PEREIRA, J. (2012), *Media Systems and Information Environments. A Comparative Approach to the Agenda-setting Hypothesis*, tese de doutoramento em Ciências Sociais e Políticas, Florença, European University Institute.

—, J. (2015), «Variety of media systems in third-wave democracies», em *Media and Politics in New Democracies: Europe in a Comparative Perspective*, org. J. Zielonka, Oxford, Oxford University Press, pp. 231-247.

—, J. (2016a), «The Portuguese media system and the normative roles of the media: A comparative view», *Análise Social*, 221 (4), pp. 780-801.

—, J. (2016b), «The media as a window on the past? The impact of television and newspaper consumption on knowledge of the democratic transition in Portugal», *South European Society and Politics*, 21 (2), pp. 227-242.

—, J. (2016c), *Política e Entretenimento*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

—, J. e DINIZ DE SOUSA, P. (2017), «Media e política na Europa do Sul: Um mesmo pluralismo polarizado?», em *Variedades de Democracia na Europa do Sul, (1968)-(2014)*, org. T.R. Fernandes, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 195-223.

—, J. e SANCHES, E.R. (2014), «Portugal», em *Party Attitudes Towards the EU in the Member States: Parties for Europe, Parties Against Europe*, org. N. Conti, Londres, Routledge, pp. 115-132.

—, J. e TIBÚRCIO, T. (2017), «Democracia direta nos países da Europa do Sul: Padrões de diversidade intrarregional», em *Variedades de Democracia na Europa do Sul, (1968)-(2014)*, org. T.R. Fernandes, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

SCHEUER, A. (1999), «A political community?», em *Political Representation and Legitimacy in the European Union*, orgs. H. Schmitt e J. Thomassen, Oxford, Oxford University Press, pp. 25-46.

SCHMITT, H. e FREIRE, A. (2012), «Ideological polarization: Different worlds in East and West», em *Citizens and the European Polity: Mass Attitudes towards the European and National Polities*, orgs. D. Sanders, P.C. Magalhães e G. Tóka, Oxford, Oxford University Press, pp. 65-87.

—, H. e TEPEROGLU, E. (2015), «The (2014) European Parliament elections in Southern Europe: Second-order or critical elections?», *South European Society and Politics*, 20 (3), pp. 287-309.

SCHMITTER, P.C. (2016), *Democracy and its Discontents*, Manuscript, European University Institute.

SIEBERT, F.S., PETERSON, T. e SCHRAMM, W. (1956), *Four Theories of the Press*, Urbana, University of Illinois Press.

TARROW, S. (1996), «Making Social Science Work across Space and Time: A Critical Reflection on Robert Putnam's *Making Democracy Work*», *The American Political Science Review*, 90 (2), pp. 389-397. Disponível [aqui](#).

TEIXEIRA, C.P., TSATSANIS, E. e BELCHIOR, A.M. (2014), «Support for Democracy in Times of Crisis: Diffuse and Specific Regime Support in Portugal and Greece», *South European Society and Politics*, 19 (4), pp. 501-518, disponível [aqui](#).

TEIXEIRA, C.P. e FREIRE, A. (2010), «Decline, Transformation and Trust in Parliaments: The Portuguese Case in a Longitudinal and Comparative Perspective», *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, 1 (1), pp. 24-37.

TERESO MAGALHÃES, P. (2018), «Legado partilhado, rupturas divergentes: a democracia subnacional», em *Variadas de Democracia na Europa do Sul, 1968-2016: Uma Comparação de França, Itália, Grécia, Portugal, e Espanha*, org. Tiago Fernandes, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

TOCQUEVILLE, A. de (1994 [1835-1840]), *Democracy in America*, vol. I, Londres, Everyman's Library.

TORCAL, M. (2014), «The Decline of Political Trust in Spain and Portugal: Economic Performance or Political Responsiveness?», *American Behavioral Scientist*, 58 (12), pp. 1542-1567.

—, M. e MONTERO, J.R. (2006), «Political disaffection in comparative perspective», em *Political Disaffection in Contemporary Democracies. Social Capital, Institutions, and Politics*, orgs. M. Torcal e J.R. Montero, Milton Park, Aingdon, Oxon, Routledge, pp. 3-19.

—, M. e MONTERO, J.R. (orgs.) (2006), *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

—, M. e MAGALHÃES, P. (2009), *Political Culture in Southern Europe: Searching for Exceptionalism*. Disponível [aqui](#).

—, M., MUÑOZ, J. e BONET, E. (2012), «Trust in the European Parliament: From affective heuristics to rational cueing», em *Citizens and the European Polity: Mass Attitudes towards the European and National Politics*, eds. D. Sanders, P.C. Magalhães e G. Tóka, Oxford, Oxford University Press, pp. 140-168.

TRECHSEL, A., ROSE, R., CORONA, D., RAIMUNDO, F., SANTANA PEREIRA, J. e FERNANDES, J. (2014), *Portugal nas Decisões Europeias: Uma Perspectiva Comparada*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

TSFATI, Y. (2003), «Does audience skepticism of the media matter in agenda setting?», *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 47 (2), pp. 157-176.

—, Y. e CAPPELLA, J.N. (2003), «Do people watch what they not trust? Exploring the association between news media skepticism and exposure», *Communication Research*, 30 (5), pp. 504-529.

—, Y. e CAPPELLA, J.N. (2005), «Why do people watch news they do not trust? The need for cognition as a moderator in the association between news media skepticism and exposure», *Media Psychology*, 7, pp. 251-271.

—, Y. e PERI, Y. (2006), «Mainstream media skepticism and exposure to sectorial and extranational news media: The case of Israel», *Mass Communication e Society*, 9 (2), pp. 165-187.

USLANER, E.M. (2017), «Political Trust, Corruption, and Inequality», em *Handbook on Political Trust*, orgs. Sonja Zmerli e Tom W.G van der Meer, Cheltenham, Reino Unido, Edward Elgar Publishing, pp. 302-15.

VAN BIEZEN, I., MAIR, P. e POGUNTKE, T. (2012), «Going, going... gone? The decline of party membership in contemporary Europe», *European Journal of Political Research*, 51 (1), pp. 24-56. Disponível [aqui](#).

VAN DER MEER, T. (2010), «In What We Trust? A Multi-Level Study into Trust in Parliament as an Evaluation of State Characteristics», *International Review of Administrative Sciences*, 76 (3), pp. 517-36.

—, T. e ZMERLI, S. (2017), «The Deeply Rooted Concern with Political Trust», em *Handbook on Political Trust*, orgs. Sonja Zmerli e Tom W.G van der Meer, Cheltenham (Reino Unido), Edward Elgar Publishing, pp. 1-15.

VERNEY, S. (2011), «Euroscepticism in Southern Europe: A diachronic perspective», *South European Society and Politics*, 16 (1), pp. 1-29.

WARREN, M.E. (ed.) (1999), *Democracy and Trust*, Cambridge, Cambridge University Press.

WELZEL, C. e DALTON, R. (2014), «From Allegiant to Assertive Citizens», em *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*, eds. R. Dalton e C. Welzel, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 282-306.

—, C. e INGLEHART, R. (2007), «Mass Beliefs and Democratic Institutions», em *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, eds. C. Boix e S.C. Stokes, Oxford, Oxford University Press, pp. 297-316.

WORMS, J.-P. (2002), «France: old and new civic and social ties in France», em *Democracies in flux: The evolution of social capital in contemporary society*, ed. R. Putnam, Oxford, Oxford University Press, pp. 137-188.

ZMERLI, S. e NEWTON, K. (2008), «Social Trust and Attitudes toward Democracy», *Public Opinion Quarterly*, 72 (4), pp. 706-24.

—, S. e VAN DER MEER, T.W.G (orgs.) (2017), *Handbook on Political Trust*, Cheltenham (Reino Unido), Edward Elgar Publishing.

Notas

- < 1. «Confiança política» e «confiança nas instituições políticas» são expressões utilizadas de modo intermutável ao longo deste livro.
- < 2. Segundo Reif e Schmitt (1980), estas eleições podem ser vistas como eleições de segunda ordem, em que, entre outras questões, os temas nacionais tendem a prevalecer sobre os europeus. Durante o período de crise, contudo, os temas europeus parecem ter-se tornado mais relevantes, nomeadamente na Europa do Sul (cf., entre outros, Freire, Teperoglou e Moury 2014; Freire e Santana Pereira 2015).
- < 3. Tradução de *political responsiveness*.
- < 4. Corrupção no executivo (*v2exbribe*). Questão: «Com que frequência os membros do executivo ou os seus agentes concedem favores em troca de subornos ou outros incentivos materiais?» 0: É frequente e expectável; 4: Nunca acontece.
- < 5. Seleção dos candidatos (*v2pscnsln*). Questão: «Em que medida o processo de seleção dos candidatos está centralizado?» 0: Os candidatos são escolhidos em exclusivo pelas estruturas nacionais do partido; 5: Os candidatos são escolhidos por grupos de militantes ou em primárias.
- < 6. Governo unificado (*v2x_lgdivparctrl*). Questão: «As assembleias legislativas são controladas por partidos diferentes?»
- < 7. Fora do parlamento, o LIVRE foi o primeiro partido a adotar um sistema de primárias abertas para a escolha de candidatos para as eleições ao PE de 2014 e para as legislativas de 2015.
- < 8. Em três edições do Eurobarómetro (realizadas em 1988, 1992 e 1997), perguntou-se aos inquiridos qual das seguintes frases se aproximava mais da sua própria opinião: 1. «A democracia é o melhor sistema político em qualquer circunstância.»; 2. «Em determinadas circunstâncias, uma ditadura é preferível à democracia.»; 3. «Viver em democracia ou sob uma ditadura não muda nada para pessoas como eu.»
- < 9. Escolhemos os índices que agregam informação de mais variáveis e em relação aos quais existem mais flutuações em cada um dos períodos, o que gera um aumento na variância dos fatores explicativos ao longo do tempo e nos cinco países.
- < 10. O índice de corrupção executiva (*v2x_execorr*) resulta da agregação de duas variáveis, uma relativa à disseminação da aceitação de subornos por parte de membros do executivo (*v2exbribe*) e outra sobre o desvio de fundos públicos (*v2exembez*).
- < 11. As variáveis de controlo são a taxa de confiança nos parlamentos e nos partidos (para evitar problemas de multicolinearidade, optou-se por não se incluir a taxa de confiança no governo), o ano do inquérito, que mede quaisquer variações anuais não captadas pelas variáveis incluídas no modelo, e uma *dummy* que distingue as democracias da terceira vaga das restantes.
- < 12. A série temporal disponibilizada pelo Eurobarómetro inicia-se em 1993 no que toca à confiança na CE e no PE, seguindo-se, no entanto, um interregno até 1999. Os resultados apresentados para 1995 e 1996 correspondem às respostas à questão «Em que medida sente que pode confiar em cada uma das seguintes instituições por estar convencido de que essas decisões são do interesse de pessoas como a/o Sra./Sr.?» A partir de 1999, a questão passou a ser «Para cada uma destas instituições, importa-se de me dizer se tem ou não confiança nela?»
- < 13. Para preservar os graus de liberdade da análise exclui-se da equação a autonomia política – que, de resto, não varia até 2007 em nenhum dos países, o que retira pertinência à sua inclusão nesta etapa da análise. De modo a evitar multicolinearidade retira-se a variável que mede a concertação de políticas, que não apresenta variações significativas no período pré-crise em dois dos países, e substitui-se pelo índice de democracia representativa, que a tem em consideração para os cálculos dos respetivos valores, e que deteta variações mais frequentes ao longo de ambos os períodos.
- < 14. Questão: «Quantos programas de *welfare* são atribuídos com base em condição de recursos, e quantos beneficiam todos (ou virtualmente todos) os membros da comunidade política?»
- < 15. As quatro variáveis que constituem este índice são: justificações ponderadas das decisões políticas (*v2dlreason*); justificação das políticas em termos do bem comum (*v2dlcommon*); respeito de argumentos contrários por parte das elites políticas (*v2dlcountr*); âmbito de consulta (*v2dlconst*).

Índice de figuras

- 27 **Figura 1** Confiança nas instituições políticas nacionais (% que tende a confiar)
- 29 **Figura 2** Indicadores de desempenho económico
- 32 **Figura 3** Qualidade das instituições políticas
- 44 **Figura 4** Apoio difuso à democracia (1988-1997)
- 45 **Figura 5** Apoio difuso à democracia (1999-2008)
- 46 **Figura 6** Satisfação com o funcionamento da democracia (1973-2016)
- 46 **Figura 7** Satisfação com o funcionamento da democracia (1973-2016)
- 47 **Figura 8** Grau de interesse na política (frequência de discussão sobre política)
- 56 **Figura 9** Confiança nos *media* na Europa do Sul (2000/2006-2016)
- 57 **Figura 10** Evolução da confiança nos *media* na Europa do Sul (2000/2006-2016)
- 73 **Figura 11** Sentimento de identidade europeia
- 74 **Figura 12** Avaliação da pertença à UE
- 75 **Figura 13** Satisfação com o funcionamento da democracia na União Europeia
- 75 **Figura 14** Confiança no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia e no Banco Central Europeu

Índice de quadros

- 34 **Quadro 1** Fatores explicativos da confiança nas instituições políticas representativas (modelo global)
- 35 **Quadro 2** Fatores explicativos da confiança nas instituições políticas representativas (variáveis económicas no período pós-crise)
- 35 **Quadro 3** Fatores explicativos da confiança nas instituições políticas representativas (variáveis institucionais no período pós-crise)
- 39 **Quadro A.1** Correlação entre níveis de confiança de diferentes instituições políticas
- 48 **Quadro 4** Determinantes da discussão política e da satisfação com o funcionamento da democracia (modelo de efeitos aleatórios)
- 50 **Quadro 5** Determinantes da discussão política e da satisfação com o funcionamento da democracia antes e após o início da crise (modelo de efeitos aleatórios)
- 60 **Quadro 6** Correlações entre níveis de confiança nos *media* e nas instituições políticas na Europa do Sul (2000/2006-2016)
- 64 **Quadro 7** Fatores explicativos da confiança nos *media* de comunicação social na Europa do Sul (2000/2006-2016)
- 65 **Quadro 8** Fatores explicativos da confiança nos *media* na Europa do Sul (antes e depois de 2008)
- 79 **Quadro 9** Fatores explicativos das atitudes em relação à CEE/UE
- 81 **Quadro 10** Fatores explicativos das atitudes em relação à CEE/UE antes e após o início da Grande Recessão. Modelo de efeitos aleatórios (ano e país)

Autores

FERNANDES, Tiago

é professor e coordenador executivo do departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa e investigador do IPRI (Instituto Português de Relações Internacionais). É coordenador do projeto «Variedades de Democracia na Europa do Sul», inserido na rede internacional *Varieties of Democracy* (Universidade de Gotenburgo) e financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS). É doutorado pelo Instituto Universitário Europeu de Florença e foi investigador visitante das universidades de Princeton e de Notre Dame bem como da Fundação Juan March (Madrid). As suas publicações mais recentes são *Civil Society, Democracy, and Inequality: Cross-Regional Comparisons (1970s-2015)*, número especial de *Comparative Politics* (2017, em coedição); *Late Neoliberalism and its Discontents: Comparing Crises and Movements in the European Periphery* (Palgrave-Macmillan, 2016); *Memories and Movements: Justice and Democracy in Southern Europe* (Oxford University Press, 2018, em coautoria); e *Variedades de Democracia na Europa do Sul, 1968-2016: Uma Comparação entre França, Itália, Grécia, Portugal e Espanha* (Imprensa de Ciências Sociais, 2017, como editor).

SANTANA PEREIRA, José

é doutorado em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (Itália) em 2012. Professor auxiliar no departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE-IUL e investigador integrado no CIES-IUL, é atualmente o diretor do programa de doutoramento em Ciência Política do ISCTE-IUL. A sua investigação centra-se essencialmente em temáticas ligadas à comunicação política, tais como os sistemas de *media* em perspetiva comparada, os efeitos dos *media* na opinião pública, as campanhas eleitorais, ou a relação entre política e entretenimento, e ainda o comportamento eleitoral e as atitudes políticas dos cidadãos. É autor de inúmeros artigos científicos e capítulos de livros académicos em inglês, francês e português, bem como do ensaio de divulgação *Política e Entretenimento*, publicado em 2016 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS).

CANCELA, João

é investigador de doutoramento em Ciência Política na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA), onde exerce funções de docente assistente convidado. É também assistente convidado na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, em Braga. Tem integrado as equipas de diferentes projetos de investigação nacionais e internacionais, e colabora atualmente com o projeto *Varieties of Democracy* (Universidade de Gotenburgo e Universidade de Notre Dame), pertencendo à equipa do Centro Regional da Europa do Sul, sediado na FCSH-UNL (coordenação de Tiago Fernandes). As suas publicações incluem artigos nas revistas *Electoral Studies*, *Party Politics*, *Historical Social Research* e *Politics*, bem como capítulos em obras coletivas publicadas na Imprensa de Ciências Sociais.

SANCHES, Edalina Rodrigues

é investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL) e professora convidada auxiliar no ISCTE-IUL. Recebeu em 2016 o prémio de melhor tese de doutoramento da Associação Portuguesa de Ciência Política (2014-2016) pela investigação *Explaining Party System Institutionalization in Africa: From a Broad Comparison to a Focus on Mozambique and Zambia*. Os seus interesses de pesquisa incluem partidos políticos e sistemas partidários, democratização, instituições e atitudes políticas em novas democracias, com foco em África. Os seus artigos têm sido publicados em revistas como *Parliamentary Affairs*, *Electoral Studies*, *Acta Politica*, *South European Society and Politics*, *Journal of Asian and African Studies*, *Análise Social*; e os seus capítulos de livros em editoras como a Imprensa de Ciências Sociais, Almedina e Routledge. A sua publicação mais recente é *Party Systems in Young Democracies: Varieties of institutionalization in Sub-Saharan Africa* (Routledge, 2018).

Fundação Francisco Manuel dos Santos Estudos Publicados

Economia

O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal

Coordenado por Rodrigo Sarmento de Beires; 2013.

Custos e preços na Saúde: passado, presente e futuro

Coordenado por Carlos Costa; 2013.

25 anos de Portugal Europeu: a economia, a sociedade e os fundos estruturais

Coordenado por Augusto Mateus; 2013.

Que economia queremos?

Coordenado por João Ferrão; 2014.

A economia do futuro: a visão de cidadãos, empresários e autarcas

Coordenado por João Ferrão; 2014.

Três décadas de Portugal Europeu: balanço e perspectivas

Coordenado por Augusto Mateus; 2015.

Empresas privadas e municípios: dinâmicas e desempenhos

Coordenado por José Tavares; 2016.

Investimento em infra-estruturas em Portugal

Coordenado por Alfredo Marvão Pereira; 2016.

Benefícios do Ensino Superior

Coordenado por Hugo Figueiredo e Miguel Portela; 2017.

Diversificação e crescimento da economia portuguesa

Coordenado por Leonor Sopas; 2018.

Dinâmica empresarial e desigualdade

Coordenado por Rui Baptista; 2018.

Encerramento de multinacionais: o capital que fica

Coordenado por Pedro de Faria; 2018.

Instituições

Droga e Propinas: avaliações de impacto legislativo

Coordenado por Ricardo Gonçalves; 2012.

Justiça Económica em Portugal: a citação do réu no processo civil

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: factos e números

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: gestão processual e oralidade

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: meios de resolução alternativa de litígios

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: novo modelo processual

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: o sistema judiciário

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: produção de prova

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: recuperação do IVA

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: síntese e propostas

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Segredo de Justiça

Coordenado por Fernando Gascón Inchausti; 2013.

Feitura das Leis: Portugal e a Europa

Coordenado por João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif; 2014.

Portugal nas decisões europeias

Coordenado por Alexander Trechsel, Richard Rose; 2014.

Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal

Coordenado por Alejandro Portes e M. Margarida Marques; 2015.

O Ministério Público na Europa

Coordenado por José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques e Luís Eloy Azevedo; 2015.

Juízes na Europa: formação, selecção, promoção e avaliação

Coordenado por Carlos Gómez Ligüerre; 2015.

Limitação de mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral

Coordenado por Francisco Veiga e Linda Veiga; 2017.

O Estado por dentro: uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal

Coordenado por Daniel Seabra Lopes; 2017.

O impacto económico dos fundos europeus: a experiência dos municípios portugueses

Coordenado por José Tavares; 2017.

Orçamento, economia e democracia: uma proposta de arquitetura institucional

Coordenado por Abel M. Mateus; 2018.

Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura Política na Europa do Sul

Coordenado por Tiago Fernandes; 2019.

Sociedade

Como se aprende a ler?

Coordenado por Isabel Leite; 2010.

Fazer contas ensina a pensar?

Coordenado por António Bivar; 2010.

Desigualdade económica em Portugal

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2012.

Projeções 2030 e o futuro

Coordenado por Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa; 2012.

Envelhecimento activo em Portugal: trabalho, reforma, lazer e redes sociais

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

Escolas para o século XXI: liberdade e autonomia na educação

Coordenado por Alexandre Homem Cristo; 2013.

Informação e Saúde

Coordenado por Rita Espanha; 2013.

Literatura e ensino do português

Coordenado por José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus; 2013.

Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

Que ciência se aprende na escola?

Coordenado por Margarida Afonso; 2013.

Inquérito à Fecundidade 2013

INE e FFMS; 2014.

A Ciência na Educação Pré-Escolar

Coordenado por Maria Lúcia Santos, Maria Filomena Gaspar, Sofia Saraiva Santos; 2014.

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas

Coordenado por Mário Leston Bandeira; 2014.

Ensino da leitura no 1.º ciclo

do ensino básico: crenças, conhecimentos e formação dos professores
Coordenado por João A. Lopes; 2014.

Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995-2012)

Coordenado por Armando Vieira e Carlos Fiolhais; 2014.

Mortalidade Infantil em Portugal: evolução dos indicadores e factores associados de 1988 a 2008

Coordenado por Xavier Barreto e José Pedro Correia; 2014.

Os tempos na escola: estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países

Coordenado por Maria Isabel Festas; 2014.

Cultura científica em Portugal

Coordenado por António Granado e José Vítor Malheiros; 2015.

O multimédia no ensino das ciências

Coordenado por João Paiva; 2015.

O quinto compromisso: desenvolvimento de um sistema de garantia de desempenho educativo em Portugal

Coordenado por Margaret E. Raymond; 2015.

Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: as consequências sociais do programa de ajustamento

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2016.

Determinantes da fecundidade em Portugal

Coordenado por Maria Filomena Mendes; 2016.

Será a repetição de ano benéfica para os alunos?

Coordenado por Luís Catela Nunes; 2016.

Justiça entre gerações: perspectivas interdisciplinares

Coordenado por Jorge Pereira da Silva e Gonçalo Almeida Ribeiro; 2017.

Migrações e sustentabilidade demográfica: perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Coordenado por João Peixoto; 2017.

Mobilidade social em Portugal

Coordenado por Teresa Bago d'Uva; 2017.

Porque melhoraram os resultados do PISA em Portugal? Estudo longitudinal e comparado (2000-2015)

Coordenado por Anália Torres; 2018.

Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu

Coordenado por Anália Torres; 2018.

As mulheres em Portugal, hoje: quem são, o que pensam e como se sentem

Coordenado por Laura Sagnier e Alex Morell; 2019.

Financial and Social Sustainability of the Portuguese Pension System

Coordenado por Amílcar Moreira; 2019.



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS